

DGRH/I
CC/IEL
5.3

COPIAS DE TRABALHOS PUBLICADOS E
E DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
REFERENTE À ADMISÃO DO
PROFESSOR: EMILIO GOZZE PAGOTTO
PROCESSO Nº 01-2580/92



UNICAMP

FLS

NÚMERO

RUBRICA

INFORMAÇÃO

Ao SIARQ para manter em arquivo a presente pasta, que contém comprovantes curriculares de *Emílio Gozze Pagotto*, a qual acompanhou o trâmite do Proc. nº *01.2580/92* (Vida Funcional), em nome do interessado.

SG *25/06/92*

ARZGomes

ALDA REGINA Z GOMES

Diretor de Serviço

04 documentos. 26/06/92. BB.

Lu

LETRAS
Revista do Instituto de Letras da PUC-Campinas

DIRETOR
PROFESSOR CARLOS DE AQUINO PEREIRA

COMISSÃO EDITORIAL

Profª Astrid Karin Elisabeth Lilly Nilson Sgarbieri
Profª Cleonice Furtado M. Van Raij
Profª Drª Else Benetti Marques Válio
Profª Graciema Pires Terezo
Prof. Jairo Moraes Nunes
Profª Liliane Stivi Mascarenhas
Profª Maria de Fátima Silva Amarante
Profª Maria Helena Novaes Rodriguez
Profª Nair Leme Fobé
Prof. Reynaldo Gonçalves
Profª Tereza de Moraes
Profª Terezinha de Jesus Machado Maher

COORDENADOR GERAL
Professor Lando Lofrano

COORDENADORIA, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
PUCCAMP

Edifício do Instituto de Letras – Rua Barreto Leme, 1225
13020 – Campinas, SP
Tel. (0192) 2-7001 ramais 60 ou 61

A Comissão de Redação da Revista LETRAS aceita colaborações que lhe forem espontaneamente enviadas, reservando-se o direito de publicá-las ou não. Os originais não serão devolvidos.

PELA FORMA E PELO CONTEÚDO DOS TRABALHOS PUBLICADOS NA REVISTA "LETRAS" RESPONDEM ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE OS SEUS RESPECTIVOS AUTORES.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

★ **LETRAS** ★

Revista do Instituto de Letras

Vol. 8, Nºs 1 e 2 dezembro 1989

ÍNDICE

PREFÁCIO	3
ARTIGOS	
A ANÁLISE SEMIO-LINGUÍSTICA E A TRADUÇÃO ..	5
Ingedore G. V. Koch	
A CRONÍSTICA DA AMÉRICA COLONIAL: COSMOVI- ÇÃO TEXTUAL	13
René Pedro Garay	
SABRINA, BIANCA, JÚLIA: O DISCURSO PORNOGRA- FICO PARA A MULHER	28
Maria Teresa G. de Lemos	
TRÊS FACES DE UMA MÈGERA (REFLEXÕES SOBRE A LEITURA)	44
Luiz Percival L. Britto	
HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: UMA ESCRITA QUE FALA	56
Emílio G. Pagotto	
EM TORNO DO CONCEITO DE ANTONÍMIA	74
José Lemos Monteiro	
INTERAÇÕES DIÁDICAS TRANSCULTURAIS: IMPLI- CAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO DO COMPONEN- TE ORAL DE UM CURSO UNIVERSITÁRIO DE SE- CRETARIADO BILÍNGUE	102
Astrid K. E. N. Sgarbieri	
FEDRA DE SÊNECA: RE-LEITURA DE UM MITO AMO- ROSO NA ÉPOCA DO CÉSARES	108
Cleonice F. M. Van Raij	
CONSIDERAÇÕES SOBRE "BEST-SELLERS" – LITERA- TURA DE MASSA	118
Liselotte C. H. Figueiredo	
PROJETO PEDAGÓGICO DO INSTITUTO DE LETRAS. ...	123
Maria de Fátima S. Amarante e Tereza de Moraes	
TRADUÇÃO	
A IMPORTÂNCIA DA LINGUÍSTICA TEXTUAL PARA A TRADUÇÃO E A TRANSCODIFICAÇÃO	142
Wolfgang V. Dressler (por Ingedore G. V. Koch)	
RESENHAS	
(ZILBERMAN) REGINA – ESTÉTICA DA RECEPÇÃO E HISTÓRIA DA LITERATURA, S. PAULO, ÁTICA, 1989 (POR ELSE B. M. VÁLIO)	156
(ZILBERMAN) REGINA E (SILVA) EZEQUIEL THEODO- RO (ORGANIZADORES) – LEITURA: PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES, S. PAULO, ÁTICA, 1988 (POR ELSE B. M. VÁLIO)	159
INSTRUÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHO PUBLICÁVEL NESTA REVISTA	163

UNICAMP

INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS:
UMA ESCRITA QUE FALA*

Emílio Gozze PAGOTTO
(Aluno do Programa de Mestrado em Lin-
güística - UNICAMP)

1. INTRODUÇÃO

Nós vivemos na era da comunicação de massa, com inúmeros veículos transmitindo todo tipo de mensagem, nas mais diversas linguagens. Ocupando um espaço considerável nesse contexto, há as histórias em quadrinhos, que atingem principalmente o público infanto-juvenil.

O objetivo maior deste trabalho é demonstrar como a linguagem dos meios de comunicação pode revelar aspectos interessantes da comunidade para a qual eles se destinam. Isso será alcançado pela análise da tensão entre escrita e fala que se revela vivamente nas histórias em quadrinhos, onde o paradoxo de uma fala escrita nos permite conhecer os valores sociais que permeiam a fala do mundo real.

Dos vários aspectos da língua que poderiam ser abordados para a consecução desse objetivo, escolhi a variação lingüística, que nos levará às primeiras conclusões e abrirá caminho para as considerações mais importantes acerca da tensão entre escrita e fala e de como os valores sociais do mundo real perpassam não só a variação lingüística, enquanto fenômeno interno ao mundo criado nas histórias, mas sobretudo a forma como a escrita se comporta ao reproduzir a fala, ou melhor, como ela é feita se comportar.

Como corpus foi escolhido o conjunto de revistas publicadas pela Editora Globo: os números de 1 a 5 das revistas MÔNICA, CASCÃO, CEBOLINHA e CHICO BENTO, publicados no ano de 1987.

A escolha de tais revistas se deve ao fato de que se trata de personagens brasileiros, portanto mais identificados, em princípio, com a realidade sociolingüística do Brasil, além de possibilitar uma abordagem

(*) Agradeço a Jairo M. Nunes pelas contribuições e pela paciência.

mais sincrônica do conjunto das variantes, uma vez que procuram adaptar-se à realidade lingüística atual.

Estarei usando diversos conceitos da Sociolingüística Laboviana ou quantitativa, tais como **variável**, **estilo**, **marcador**, **significado social de variantes** e, evidentemente, o pressuposto básico de que o desempenho lingüístico de um falante tem estrita ligação com a sua classe social, a situação de fala, a consciência da sua própria variedade de fala e da dos seus vizinhos. Com eles espero alcançar o objetivo a que me proponho aqui.

Como o objetivo mais estrito deste trabalho é observar a tensão entre escrita e fala, o que nos interessa como objeto de estudo é aquilo que vem inscrito nos balções que indicam a fala dos personagens, enquanto manifestação lingüística em um dado contexto. Assim, não será considerado o que estava nos balções que indicam o pensamento dos personagens, nem a fala do narrador. Da mesma maneira, não se analisará o uso onomatopaico da escrita.

2. AS HISTÓRIAS E SEUS PERSONAGENS

O conjunto de personagens que aparecem nas histórias examinadas poderia ser dividido em quatro grupos:¹

- aqueles que integram a turma da Mônica;
- aqueles que pertencem ao universo do personagem Rolo;
- aqueles que pertencem ao universo do personagem Chico Bento;
- os personagens "fantásticos".

Dos personagens que representam pessoas (excetuem-se os do quarto grupo), não é possível, como se verá logo abaixo, dizer muito da sua relação com o mundo real (essa relação é muito importante para o tipo de análise a ser feito aqui). Em geral, os índices de conexão com o mundo real não são muitos, o que nos leva a deduções nem sempre muito seguras acerca de traços mais específicos que se busquem nesses personagens. Essa parece ser uma característica destas histórias em quadrinhos que levaria a uma identificação dos leitores com os personagens. No final deste trabalho voltarei a este ponto e à sua relação com as características lingüísticas analisadas.

2.1 A turma da Mônica

A turma da Mônica aparece na maior parte das histórias. É constituída de crianças em sua maioria na faixa de cinco a seis anos, presumivelmente, que se relacionam entre si ou com personagens adultos. Não há referência ao mundo escolar, exceto pelo personagem Franjinha. Os personagens que se destacam são: Mônica, Cascão, Cebo-linha e Magali.

As histórias da turma da Mônica giram, geralmente, em torno desses quatro personagens, que moram em um bairro de uma cidade presumivelmente de porte médio, vivenciando suas experiências na rua, em praças arborizadas, em terrenos baldios. Nenhum deles mora em apartamento. Pode-se dizer que pertencem à classe média: as casas são confortáveis, mas não são luxuosas; todas têm aparelho de TV em cores; as crianças recebem sempre brinquedos, freqüentemente estão comprando balas, sorvetes, ou vão ao cinema.

2.2 A turma do Rolo

O personagem Rolo é um jovem entre dezessete e vinte anos, sem atividade profissional definida, cabelo e barba crescidos, que representa a juventude das grandes cidades. O número de histórias protagonizadas por ele e sua turma não é muito grande, mas todas giram em torno das preocupações e vivências do jovem da classe média.

2.3 O universo de Chico Bento

Chico Bento é um garoto que vive na zona rural, freqüenta a escola das redondezas e ocupa seu tempo pescando, nadando no rio ou roubando goiabas. Seus pais são pequenos produtores rurais; não há empregados em sua propriedade, em que se desenvolve uma lavoura de subsistência; têm algum gado, que lhes fornece o leite necessário, uma horta e galinhas criadas soltas no terreiro. A situação dos amigos de Chico Bento é parecida, e todos se ocupam das mesmas atividades.

2.4 Os personagens "fantásticos"

Chamam-se aqui de "fantásticos" os personagens criados a partir de uma referência do mundo real, mas que contém uma carga

de fantasia maior do que os outros. Os que se destacam, formando grupos que convivem à parte dos outros personagens, são:

- Piteco - homem pré-histórico;
- Horário - um pequeno dinossauro meigo e tímido;
- Bidu - o cachorro do Franjinha, que, quando protagoniza suas histórias, conversa com plantas, pedras e outros cachorros.

3. VARIANTES DIALETAIS

3.1 Considerações iniciais

Numa história em quadrinhos, tudo é representação. O conjunto de elementos significantes forma um todo que reproduz o mundo real, guardando com este uma distância proporcional: transpõe elementos da vida cotidiana e abre espaço para manifestações que extrapolam as chamadas "leis da natureza" que regem o mundo real.

Assim, todos os personagens mencionados anteriormente estabelecem entre si relações que são, guardadas as devidas proporções, as relações encontradas na comunidade onde as histórias são lidas: sentimentos, valores morais, a família, a discussão existencial do homem.

Se o conjunto de elementos significantes reproduz o mundo do leitor, é de esperar que a língua se incorpore a este conjunto, em consonância com o mundo do leitor. Ora, sabe-se que a língua se apresenta sob a forma de muitas variedades, determinadas por fatores diversos. Se as histórias em quadrinhos reproduzem a sociedade que as consome, deveria ser esperado que incorporassem toda essa gama de variação, em concordância com os fatores que a determinam. No fundo, é isso que estamos tentando analisar.

Uma primeira observação geral do corpus separaria a fala das histórias em quadrinhos em dois dialetos, os quais chamarei aqui de urbano e rural. A definição do que seja um dialeto não é simples. Downes (1984) fala em um continuum dialetal, onde a freqüência relativa de contato entre os grupos de falantes iria ocasionando diferenças lingüísticas cada vez maiores, quanto menor fosse a freqüência de contato entre os grupos. Aqueles nos extremos desta escala de contato falariam dialetos bem diferentes entre si. O problema maior é com os grupos próximos um do outro: até que ponto a fala de um

configura um dialeto diferente da do outro. Para efeitos práticos, manteremos por enquanto a distinção entre dois dialetos, com base em um critério meramente impressionístico: Chico Bento e sua turma falam diferentemente dos outros grupos de personagens.

Como o que nos interessa é a tensão entre o código escrito e a fala natural, examinarei o dialeto urbano segundo as suas características formais e informais mais gerais, para depois fazer um estudo um pouco mais detalhado de algumas variáveis lingüísticas, de acordo com a concepção da Teoria da Variação e da Mudança. Em relação ao dialeto rural, um estudo da representação escrita da fala será suficiente para trazer as informações necessárias.

3.2 O dialeto urbano

Na literatura sociolingüística, um dos pressupostos que sempre estão presentes é a oposição entre **padrão** e **não-padrão** e as pressões (especialmente do primeiro em relação ao segundo) que um exerce sobre o outro. Downes (1984), em relação ao padrão, assinala que:

"Those people within the society who are professionally involved with language (...) assist in both the creation and preservation of the standard. The codification is implemented through dictionaries, grammars and manuals of usage; standards of correctness evolve."

(p. 35)

Desse processo de implementação do padrão surge uma situação em que sempre haverá a disputa entre o oficial e o não oficial. Downes (1984) acrescenta:

"The written language is very important in this process of language making."

(p. 36)

Isto é, o padrão tem estreita ligação com a tradição escrita. É normalmente por meio dela que ele se mantém na sociedade.

Sendo assim, todas as variáveis observadas aqui são fruto da oposição padrão X não-padrão. Ora, a fala vem escrita, e a escrita, dada a sua tradição escolar, é a representante modelo do padrão, é o lugar onde ele pode se manifestar plenamente. Assim, todas as vezes em que se falar em variação, estar-se-á pensando em até que ponto a

escrita transgredir os códigos oficiais pelos quais ela se pauta, seja no plano meramente ortográfico, seja nas normas que regem o bom uso da morfologia e da sintaxe. Dessa maneira, pode haver transgressões que têm razão no estilo de fala², ou pode haver transgressões que indicam o falar de um indivíduo, tendo em vista as suas características sociais (ou até pessoais). Inicialmente olharei mais para o primeiro caso.

No dialeto urbano, tem-se a presença de variantes formais e coloquiais do português falado no Brasil. Este dialeto é usado pela turma da Mônica, pelo personagem Rolo e seus amigos e pelos personagens fantásticos. Abrange, dessa maneira, a maior parte das histórias.

Façamos inicialmente uma análise global de quais seriam os casos de variação.

3.2.1 Variantes morfofonéticas

Aquilo que se chama aqui de variantes morfofonéticas são os casos em que a escrita foge dos padrões convencionais e registra, com maior aproximação, algumas variantes do falar coloquial.

No corpus examinado, puderam-se extrair as seguintes variantes:

tá (~está); **tô** (~estou); **pra** (~para); **pro**; **simbora**; **perai**; **tava** (~estava) e até o curioso **pelamordedeus** as quais aproximam a fala dos balões da linguagem informal, em harmonia com as situações vivenciadas, que são, em sua totalidade, também informais.

Porém, excetuando-se **simbora** (ao que parece, produto de "Vai-se embora"), **perai** (espera aí fundidos e com a redução de **espera**) e **pelamordedeus** (a junção tem, ao que parece, a função de enfatizar a carga emotiva da expressão), as formas acima não ocorrem sempre, dando lugar às suas variantes padrão: **está**, **estou**, **para**, **estava**. Ambas as variantes de cada variável ocorrem nas mais variadas situações e, muitas vezes, conjuntamente. Além disso, não se pode dizer que uma ou outra variante caracterizem alguma faixa etária ou classe social: são usadas tanto por adultos como por crianças de várias camadas sociais.

A respeito do código escrito e as variantes morfofonéticas, valem ainda algumas observações:

— Não é registrada qualquer variante informal para a primeira pessoa do plural do verbo **estar**, nem para a terceira pessoa do

plural, do mesmo verbo, no presente do indicativo, o que seria compatível com a ocorrência de *tô* e *tá*;

— Não se registram na escrita as variantes que implicam erro de concordância verbal ou nominal (embora elas sejam presentes no falar urbano do Brasil e muito comum na linguagem infantil).

3.3.2 Variantes morfossintáticas

O padrão e o não-padrão se encontram também caracterizados pela ocorrência de palavras e estruturas sintáticas típicas de um e de outro.

Como características do não-padrão, é possível destacar as seguintes ocorrências:

— O verbo *ter*, funcionando como impessoal, em lugar de *haver*, uso condenado pela gramática normativa, mas extremamente freqüente no português coloquial;

— O uso do pronome *ele* (e suas flexões) como oblíquo; completando verbos transitivos diretos, emprego também condenado pela gramática normativa, mas igualmente freqüente na linguagem popular;

— O emprego de gírias;

— A ocorrência de frases iniciadas por pronomes oblíquos;

— Presença de frases curtas e períodos simples.

O que se poderia destacar como traços característicos do padrão são:

— O uso do pronome oblíquo *o* (e suas flexões), bem como de suas variações: *lo, la, los, las*

— O emprego do verbo *haver*, impessoal;

— Emprego correto do futuro do subjuntivo do verbo *ver*;

— Emprego da regência correta dos verbos *assistir* e *obedecer*, de acordo com a norma padrão;

— Ênclise de pronomes oblíquos a verbos que iniciam sentenças;

— Emprego de estruturas frasais com grau de complexidade normalmente só encontrado na linguagem formal;

— Emprego de léxico característico de situações formais e até científicas.

3.2.3 Um breve estudo quantitativo

De uma maneira geral, não se pode falar em uso sistemático das variantes padrão ou não-padrão. Variantes morfofonéticas não-padrão são usadas juntamente com as suas correspondentes padrão, da mesma maneira que ocorrem gírias ao lado de verbos corretamente empregados e cuja regência padrão só ocorre em textos escritos de acordo com a gramática normativa.

Assim, da mesma maneira que a linguagem utilizada fica adequada a todo o contexto de fala, muitas vezes ela se choca com as características culturais dos personagens e com o contexto em que ocorre — sempre informal.

Das diversas características apontadas na seção anterior farei um estudo pouco mais detalhado de cinco variáveis:

<i>tô</i>	X	<i>estou</i>
<i>tá</i>	X	<i>está</i>
<i>pra</i>	X	<i>para</i>
<i>ter</i>	X	<i>haver</i>
<i>ele/ela</i>	X	<i>o/a</i>

A escolha se deve, primeiro, à produtividade. É mais seguro (embora não necessariamente uma condição), segundo o modelo da Teoria da Variação e da mudança, que se escolham variáveis cujas variantes tenham uma freqüência significativa. Em segundo lugar, as variáveis em questão refletem bem o ponto que estou querendo relevar aqui, que é a tensão entre escrita e fala. Todas as variantes da coluna da esquerda não são aceitáveis pelas gramáticas normativas em um texto escrito.

3.2.3.1 Os resultados

Se consideramos as diversas variantes como representantes da oposição padrão X não-padrão, obtemos o seguinte resultado geral:

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: ...
E. G. PAGOTTO

Tabela 1. Total de ocorrências das variantes padrão e não-padrão

Variante	Frequência	Nº de ocorrências
Padrão	44.5%	276
Não-padrão	55.5%	342
Total	100 %	618

Com esse resultado não se quer dizer que a linguagem nas histórias em quadrinhos tende a ser, como um todo, menos formal, mas que, no que diz respeito ao uso das cinco variáveis selecionadas, há uma certa tendência de prevalecerem, de uma maneira geral, as variantes informais.

Vejamos agora quais foram as frequências para cada variante morfofonética.

Tabela 2. Frequência das variantes morfofonéticas

Não padrão		Padrão		Subtotais
tô	7 % (5)	estou	93 % (67)	72
tá	36 % (82)	está	64 % (146)	228
pra	91.5% (193)	para	8.5% (18)	211
Subtotais	280 (55%)		231 (45%)	511

Repare que esta tabela mostra uma diferença muito grande em relação à distribuição geral das variantes, na oposição padrão X não-padrão (tab. 1)

Se o *pra* é um marcador de estilo informal³ e ocorre em 91.5% das vezes, é de esperar prevalecerem as situações informais que condicionem outros marcadores do mesmo estilo. O que se vê é, ao contrário, uma grande diferença em relação à forma *tá*, que ocorre 36% das vezes, em

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: ...
E. G. PAGOTTO

relação a *está*. Da mesma maneira, a reduzidíssima frequência de *tô* (7%) em relação à sua contraparte *estou* (93%) não seria esperada, seja em relação a *tá* seja em relação a *pra*.

Evidentemente estou tomando a noção de encaixamento, prevista pela Teoria da Variação e da Mudança, segundo a qual variantes de mesma natureza devem ser esperadas em ambientes semelhantes. Pode haver fatores de natureza lingüística condicionando em certa medida a frequência de uma ou outra variante, mas uma tal discrepância em um corpus onde não há nenhuma situação que se possa chamar formal indica que não devem ser tais condicionamentos o que influi decisivamente na variação.⁴

Vejamos agora as frequências das variantes morfossintáticas.

Tabela 3. Frequência das variantes morfossintáticas

Não-padrão		Padrão		Subtotais
ele/ela	28% (10)	o/a	72% (26)	36
ter	73% (52)	haver	27% (26)	71
Subtotais	62 (58%)		45 (42%)	107

O primeiro fato para o qual eu gostaria de chamar a atenção são as percentagens dos subtotais: as variantes padrão (*o/a*, *haver*) e não-padrão (*ele/ela*, *ter*) em relação ao total das variantes morfossintáticas. Como se vê, temos 58% para as variantes informais e 42% para as variantes formais, o que, em certa medida, repete a proporção revelada pela frequência total das variantes morfofonéticas e morfossintáticas, na tabela 1. O mesmo ocorre com os subtotais das variantes morfofonéticas (veja tabela 2), onde temos 55% e 45% para as variantes não-padrão e padrão, respectivamente.

Nas frequências de cada variante, percebe-se uma nítida inversão: enquanto o *ter* existencial é mais usado, *ele/ela* é inversamente, e na mesma proporção, menos usado. A frequência de *ter* seria esperada, tendo em vista o ambiente das histórias, o que revela a incorporação, nas histórias, de um modo de falar que reproduz o coloquial da comunidade na qual elas se inspiram. No entanto, esse resultado não se encaixa com o resultado da frequência de emprego de pronomes. Aqui, prevalece a linguagem formal, prescrita pelas gramáticas.⁵

Vejamos se é possível fornecer alguma interpretação para todos esses resultados, aparentemente tão contraditórios.

3.2.3.2 Uma interpretação

Um dos pressupostos sobre os quais a Teoria da Variação e da Mudança se apóia é o de que as variantes carregam significado social. Labov (1972), estudando os falantes de Martha's Vineyard, demonstrou como esse significado pode levar a uma situação até de mudança lingüística, mesmo que no sentido contrário ao da forma padrão. No caso das variantes em questão, não é possível falar do significado social que elas têm para os personagens, visto que elas não obedecem a uma estratificação social ou hierarquização de contextos de fala. Devem-se procurar as respostas no lado de cá das histórias, a nossa grande comunidade lingüística, cuja fala, em certa proporção, se vê refletida lá.

Pois bem. Não é difícil afirmar que *pra* não sofre nenhuma estigmatização na nossa sociedade (nenhum professor corrigiria — eu imagino — a fala de seu aluno, por ele usar a forma *pra*). Se se parte do pressuposto de que uma forma menos estigmatizada na nossa sociedade é a que tem mais entrada no registro escrito das histórias em quadrinhos, é possível, então, explicar a alta frequência de *pra*, ao invés de *para*. Porém, até que ponto isso explicaria a hierarquização das frequências das variantes morfofonéticas? Até que ponto se pode dizer que *tá* sofre um estigma maior do que *pra* em nossa sociedade?

A resposta avançará se se considerar que essas variantes vêm escritas. Ao que parece, a grafia de *pra* choca menos que a de *tá*, que por sua vez choca menos que a de *tô* (e lembremos que não há registro de *tamos* nem *tão* — “Eles *tão* aqui”, p. ex. as quais estariam abaixo de *tô*, nessa escala). Dito de outra maneira: o significado social da forma escrita *pra* tem menos estigma para a comunidade leitora, do que a forma *tá*, que, por sua vez, é menos estigmatizada que *tô*.⁶

Essa não é exatamente a explicação para as variáveis morfofonéticas (embora a proximidade seja evidente). No caso delas, o significado social na própria comunidade leitora já é mais marcante. Tarallo e Alkmin (1987) assinalam que:

“... os estudos realizados até o momento mostram que a substituição do pronome clítico *o/a* pelas formas *ele/ela* é típica do vernáculo das classes menos favorecidas do ponto de vista

socioeconômico. A isso corresponde dizer que os grupos privilegiados usam com maior frequência a forma padrão. Esse resultado, porém, não isenta o grupo alto da forma não-padrão; ela somente ocorre com menor frequência neste grupo.” (p. 30/31)

É o que se pode aventar, então: *ele/ela* por *o/a* teria mais estigma, na comunidade leitora, do que *ter por haver*. Esse mecanismo de significação social das variantes que explica a aparente discrepância entre o uso de variantes não-padrão. Tanto em relação às morfofonéticas, quanto em relação às morfofonéticas, a escrita pressiona as variantes em direção ao padrão, de maneira diferente para cada uma delas, conforme o prestígio maior ou menor que teria a sua forma escrita (no caso das variantes morfofonéticas) ou as próprias variantes⁷ (no caso das variantes morfofonéticas).

4. UMA ESCRITA ESPECIAL PARA PERSONAGENS “ESPECIAIS”

Como se viu, é a maior ou menor aceitação de uma ou outra variante que faz com que sua frequência seja maior ou menor nos balões. O prestígio aqui não é só o prestígio do que é mais ou menos aceito enquanto fala, mas também daquilo que é aceito enquanto transgressão do código escrito (principalmente a ortografia). Se a escrita se abre para o diferente, isto se dá na medida em que não há choques com os valores da comunidade leitora em relação às transgressões cometidas.⁸

Há ainda um tipo especial de transgressão do código ortográfico, não para a ascensão de uma variante coloquial. São casos em que se caracteriza um indivíduo, destacando-se na escrita uma característica especial de sua fala. No *corpus* examinado, podem-se distinguir três casos:

- crianças com algum problema de fala, como é o caso do Cebolinha;
- a linguagem dos bebês;
- a fala de personagens estrangeiros.

A fala do personagem Cebolinha é registrada com a sua sistemática troca do /r/ (ou /R/) pelo /l/, em posições iniciais e no meio dos vocábulos. Nas posições finais, o /r/ reaparece grafado com a letra r, o que parece ser uma incoerência. Normalmente o Cebolinha não é marginalizado dentro do seu grupo social por falar “errado”, embora ele tenha as suas

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: ...
E. G. PAGOTTO

crises de vez em quando. Os membros de seu grupo o absorvem bem e, quando ele chega a ser estigmatizado, normalmente é por personagens que não pertencem ao seu grupo.

A linguagem dos bebês é representada mediante o registro, na escrita, de certas variantes típicas de um falante em fase de aquisição da linguagem, como a troca fonemas, os períodos curtos, a predominância de monossílabos, a supressão de fonemas na emissão de vocábulos.

Da mesma maneira, para caracterizar estrangeiros, recorre-se ao registro de trocas de fonemas ou o dobramento de alguns deles:

Ora, essas caracterizações que transgridem a ortografia do português, não chocam os valores da comunidade leitora. A literatura da Teoria da Variação assinala bastante a consciência, o valor que os falantes fazem da fala de seus vizinhos. Esses personagens são estranhos — lingüística ou culturalmente — à comunidade na qual se encontram, no nível das histórias. Se diferem, do ponto de vista do desempenho lingüístico, é natural assinalar isto na escrita. Tal transgressão vai ao encontro da consciência que o leitor tem de que estranhos comportam-se lingüisticamente de maneira diferente. A fala, enfim, também fala.



O caso de Chico Bento se enquadra nessa situação. Só que abrange toda uma comunidade, não se trata de um diferente dentro de uma comunidade normal — no nível interno das histórias — mas de uma comunidade que é estranha a outra comunidade — no plano dos leitores, no julgamento que eles fazem das históricas. Tentarei mostrar que, no caso da comunidade de Chico Bento, mais do que ser a representação da fala do homem do campo, trata-se de uma situação que reflete o quanto o significado social das variantes influi nas transgressões que são permitidas nos balões.

5. TRANSGRESSÃO CAIPIRA — O CHICO E A NORMA

Como Chico Bento pertence a um grupo de pessoas que mora no campo (todas as suas experiências se passam lá, os seus hábitos e

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: ...
E. G. PAGOTTO

expectativas são de um garoto da zona rural) era preciso caracterizá-lo de maneira que se diferenciasse dos outros personagens, principalmente os da zona urbana. Então, os desenhos mostram cenários do interior do Brasil, as roupas de Chico Bento revelam a sua condição de origem. Lingüisticamente, a caracterização se completa, diferenciando-o, pelas variantes lingüísticas utilizadas, de todos os outros personagens. Mas que traços de um dialeto rural são transcritos para os balões no intuito de formar um conjunto coerente e representativo do falar do homem do campo?

Pode-se dizer que o "dialeto" utilizado por Chico Bento segue um processo relativamente coerente, em que são registrados:

a) "Erros" de concordância verbal e nominal



b) Vocabulário típico de certas regiões do Brasil.



HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: ...
E. G. PAGOTTO

- c) Variantes dialetais típicas de algumas regiões do interior do Brasil



- d) Variantes morfofonéticas também ocorrentes na fala urbana.

5.1 Dialeto rural X dialeto urbano — a grafia

É no registro de certas variantes morfofonéticas que se percebe um fato bastante instigante: a caracterização do dialeto de Chico Bento é feita por meio do registro escrito de certas variantes que são ocorrentes também no falar urbano do Brasil, já que as mesmas decorrem de certos condicionamentos fonéticos. Porém, quando do registro escrito do dialeto urbano nas histórias, tais variantes não são grafadas. A escrita só transgredir os padrões formais, aproximando o texto dos fatos fonéticos, quando se trata do dialeto do personagem Chico Bento.

De maneira geral, pode-se dizer que são essas as transgressões da escrita que também ocorreriam no falar urbano:⁹

- a) A vogal *e*, em posição átona final ou inicial, passa a *i* (ex.: *antis*, *ingraçado*) Curiosamente, a vogal *o*, nas mesmas condições, não passa a *u*, o que seria de esperar;
- b) As vogais *o* e *e*, em monossílabos átonos, passam a *u* e *i*, respectivamente. Ex.: *pur* (-por), *si* (-se), *di* (-de);
- c) O apagamento do fonema /r/, em posições finais (ex.: *cantá*)
- d) A monotongação (*otra* ~ *outra*, *sõ* ~ *sou*) — no dialeto urbano só se registra *tô*;

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: ...
E. G. PAGOTTO

- e) A transformação da palavra *não* em *num*, quando cliticizada ao verbo;

f) A ditongação de vogais travadas por fricativas (Ex.: *veiz* ~ *vez*) — Não se registra, porém, a semivogal nos casos de travamento nasal (*também* ~ *também*), o que parece ser uma incoerência na representação escrita da fala rural.

A razão para os fatos apontados acima me parece muito clara: há, na comunidade leitora, a concepção de que o homem do campo fala "errado". Esse preconceito lingüístico leva a uma exacerbação na transgressão do código escrito que não se choca com os valores da comunidade leitora, para quem é natural o caipira falar "errado" — falar errado que inclui uma série de "erros" que a própria comunidade comete. A escrita isenta a fala urbana desses erros, não há aproximações fonéticas, exceção-se os casos dos personagens "diferentes" — que são os Chico Bentos da cidade — e algumas variantes que, mesmo assim, são licenciadas de maneira diferente, conforme o seu prestígio na fala/escrita.

As diferenças de freqüência, bem como a própria permissão dessas variantes no dialeto urbano das histórias, e o caso do Chico Bento ficam sob a mesma explicação: são mais freqüentes as variantes que ferem menos o significado social que a comunidade leitora atribui a elas. Por outro lado, Chico Bento também não contraria o significado que a sua fala tem para a comunidade leitora: "Caipira fala errado mesmo."¹¹

6. UM ÚLTIMO PROBLEMA — A QUESTÃO DOS DIALETOS

Pode-se dizer que, no corpus analisado, haja realmente dois dialetos, se tomarmos certos traços, como os em *facir* e *fácil*, que ocorrem em um, mas não ocorrem em outro, se desejamos estar de acordo com o mundo representado pelas histórias. O interessante é que todo o conjunto de traços do dialeto de Chico Bento se opõe, quase sistematicamente, ao outro modo de fala, que rotulamos de "urbano", por meio da escrita. Haveria, então, dois dialetos que teriam como característica fundamental uma aproximação maior ou menor em relação à fala coloquial da comunidade a que se destinam. Para se falar em dialetos, temos que pensar, em dialetos "ortográficos" — um mais ortográfico, outro menos.

Na verdade, o que se tem é um padrão de fala que se pretende geral, tanto assim que é o tipo de fala grafado para os personagens "fantásticos", que a rigor não pertencem a nenhum dos dois mundos possíveis criados. O Piteco, o Horácio falam do mesmo jeito que a Mônica ou o

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: ...
E. G. PAGOTTO

Cascão. Essa tendência à universalização de um certo tipo de fala (aqui rotulado como urbano) tem a ver com o conjunto dos outros elementos significantes. Já aludimos anteriormente, na seção 2, ao fato de que traços mais específicos dos personagens não são conseguidos facilmente. Tudo é presumível: a idade das crianças, o tipo de cidade onde moram, o emprego dos pais e assim por diante. Assim, um único padrão de fala é grafado para todos os personagens. Ele só é quebrado para dar lugar à fala dos "diferentes" — personagens ou grupos deles, aos quais a escrita abre espaço para alguma individualização. Chico Bento e seu grupo são aqueles para quem isto é feito com maior sistematicidade e abrangendo o maior número de traços.

7. CONCLUSÃO

Creio que chegamos aonde queríamos chegar. As histórias em quadrinhos são uma boa fonte para pensar as relações sociais que se refletem na variação lingüística do português do Brasil. O trabalho mostrou que a tensão fala X escrita se resolve com aproximações fonéticas — transgressões ao código formal escrito — que não são gratuitas, mas interagem com os valores que a comunidade leitora tem acerca das variantes — até que ponto uma transgressão é mais ou menos aceita por esta comunidade.

Esse processo é mais visível na comparação entre o que se chamou de dialeto urbano e dialeto rural. Percebe-se que o critério que faz possíveis as transgressões ortográficas não é simplesmente o da aproximação fonética, mas o significado social que essas transgressões podem ter para a comunidade leitora, conforme o contexto em que ocorra.

Com isso tudo, não estou, de maneira alguma, acusando de preconceituosos os autores dos textos. Eles apenas fazem o jogo que nós, do lado de cá dos quadrinhos, esperamos que eles façam, sem chocar demais os nossos valores.

NOTAS

(1) Minha descrição aqui se limitará aos traços que são pertinentes à análise sociolingüística a ser feita. Maiores detalhes de quem são os personagens, Cf. Ghilardi — "Maurício em Quadrinhos", Revista LETRAS, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, V. 6

(2) Estilo é tomado na acepção que a Teoria da Variação confere ao termo: "... um possível condicionador do uso de uma regra variável. Tipos de estilo: espontâneo, entrevista, leitura..." (Tarallo, 1985, p. 86)

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: ...
E. G. PAGOTTO

(3) Marcador aqui está empregado no sentido que a Teoria da Variação confere ao termo: "estatuto da variante na comunidade condicionado estilisticamente." (Tarallo, 1985, p. 86)

(4) O que estou querendo dizer é que formas tão características da linguagem coloquial não teriam sua frequência alterada, a menos que fosse por um condicionamento de natureza estilística. Este não se apresenta no nível das histórias, que são todas informais.

(5) Novamente não estou descartando a hipótese de um condicionamento de natureza lingüística, mas não acredito que ele seja tão forte a ponto de ser o responsável por essa alta frequência de pronomes oblíquos.

(6) Em relação às formas tã, tõe, pode-se acrescentar que o processo de perda é mais custoso em tõe, do que em tã. Neste último, perde-se a primeira sílaba, no primeiro há ainda a explicitação, na escrita, da monotongação do ou (estou). A esse respeito, conferir ainda nota 10.

(7) Por essa razão não é registrada nenhuma sentença do tipo: "A Mônica viu eu." Tal emprego do pronome, embora comum na fala das crianças, tem um estigma muito grande, pois indica a fala de classes menos favorecidas socioeconomicamente.

(8) Um bom estudo seria aplicar testes em leitores de histórias, para medir como eles avaliam essas transgressões.

(9) Evidentemente as capitais brasileiras diferem quanto a uma ou outra variante, mas basta observar a fala dos telejornais — que são um bom índice do padrão oral — para percebê-las todas lá.

(10) Possivelmente é esse tipo de ocorrência no dialeto rural o que ocasione a baixa frequência de tõe, no dialeto urbano. A monotongação parece muito identificada, na nossa comunidade, com o falar caipira. Daí a baixa frequência de tõe, no dialeto urbano das histórias em quadrinhos, pois é fruto desse processo mais geral de monotongação.

(11) Por exemplo, os "erros" de concordância nominal são grafados somente para o dialeto rural, enquanto os outros personagens falam todos os esses. Ora, há diversos estudos mostrando uma progressiva queda do /s/ marca de plural, no português oral urbano do Brasil (o próprio presidente Sarney, de vez em quando, engole um). Sendo assim, mais uma vez o que prevalece não é um simples critério de aproximação fonética, mas o significado social que tem a queda do s, enquanto concordância nominal "errada".

BIBLIOGRAFIA

- DOWNES, W. 1984. *Language and Society*. London: Fontana Paperbacks.
- GHILARDI, M. I. 1987. "Maurício em Quadrinhos". In: *Revista Letras*, Campinas, PUCAMP.
- TARALLO, F. 1985. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo, Ática.
- TARALLO, F. & ALKMIN, T. 1987. *Falares crioulos. Línguas em contato*. São Paulo. Ática.
- LABOV, W. 1972. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

PREENCHIMENTOS EM FRONTEIRAS DE CONSTITUINTES

Versão final para publicação

Fernando TARALLO (UNICAMP)
Mary A. KATO (UNICAMP)
Célia Therezinha Oliveira (UFRJ)
Charlotte Galves (UNICAMP)
Dinah Callou (UFRJ)
Hilton do Nascimento (UFMG)
Dercir Pedro de Oliveira
Cecília Moreira
Emílio Cozze Pagotto
Jairo Morais Nunes
Lilian Coutinho Teixeira
Mauro Alves de Freitas Rocha
Mônica Elisa de Lima
Maria Beatriz Nascimento Decat

Referência:

TARALLO, F.; KATO, M.A. et alii.

PREENCHIMENTOS EM FRONTEIRAS DE CONSTITUINTES

Fernando TARALLO, Mary A. KATO et alii

1. Histórico do trabalho

Em Tarallo et alii (1988, no prelo) propôs-se uma análise piloto do corpus do português oral do Brasil (NURC), focalizando segmentos que não faziam parte do núcleo sintático SUJEITO VERBO COMPLEMENTO, em sua função e forma sintagmática, bem como em sua distribuição nas fronteiras de constituintes. A idéia inicial era estudar apenas os elementos nas fronteiras de regência de caso, com base na suposição de que o português admitia elementos nessa fronteira, ao contrário de línguas, como o inglês, que exigem uma adjacência estrita entre o termo atribuidor de caso e o termo regido (Cf. Stowell, 1981 e Kato, 1987). Ao se perceber que os mesmos tipos de segmentos podiam ser encontrados em outras fronteiras, como, por exemplo, nas margens sentenciais, estendeu-se a análise também para esses lugares e também para o espaço entre Cópula e Predicativo. Foi levantada a hipótese de que as fronteiras de atribuição de caso seriam menos permeáveis à penetração desses segmentos, que chamamos genericamente de 'ruptores'.

A hipótese a respeito da função sintática desses segmentos foi a de que seriam adjuntos, isto é, elementos não-argumentais. Considerou-se ainda que, nos mesmos espaços, ocorreriam elementos discursivos sem nenhuma função sintática. Coube analisar então se haveria espaços que privilegiariam elementos com função sintática e outros que privilegiariam elementos discursivos.

A análise mostrou que, embora o português do Brasil não seja uma língua que respeita de forma estrita a adjacência entre o elemento que atribui caso e o elemento que é seu receptor, apenas 10,2 % das sentenças do corpus apresentou, nas fronteiras de atribuição de caso, sintaxe interrompida por segmento com função sintática. Na fronteira Cópula...Predicativo, que não envolve atribuição de caso, contrariamente à expectativa, a interrupção por segmentos sintáticos foi mínima. De forma geral, essa fronteira mostrou-se menos permeável à interrupção. A análise mostrou ainda que fronteiras de atribuição de caso e fronteiras em que não há tal atribuição (exemplo: cópula...predicativo) não apresentam diferenças quanto ao tipo de ruptor permitido, havendo, porém, em todos os casos, uma ocorrência maior de elementos discursivos do que de elementos sintaticamente interpretáveis. Além disso, como foi

previsto na análise, os segmentos sintaticamente interpretáveis eram quase sempre SPs ou SADVs, com função de adjunto(1).

Embora motivado pelo tema escolhido por consenso no I. Seminário do Projeto da Gramática, a saber, 'A Ordem no Português Falado', a pesquisa passou a ter um objetivo mais abrangente: o da transcrição sintática, na íntegra, do corpus de dados orais, usando como 'fundo' a realização da estrutura argumental do verbo em um nível de representação a ser definido na seção 2.3. e analisando como 'figura' os elementos que preenchiam as fronteiras entre os constituintes.

2. O presente estudo

2.1. Material analisado neste estudo

O presente trabalho pretende estudar mais extensivamente o fenômeno analisado no estudo piloto, mantendo muito de suas concepções e categorias e apresentando algumas modificações.

A análise desta primeira etapa quantitativa foi feita a partir de seis amostras do corpus compartilhado estabelecido pelo Projeto, a saber: DID de São Paulo (inquérito 234, informante I) e do Rio de Janeiro (inquérito 328, Informante N.); D2 de São Paulo (inquérito 360, informantes X. e Y.) e do Rio de Janeiro (inquérito 355, informantes W. e K.); e elocução formal do Rio de Janeiro (inquérito 379, informante Z.) e de São Paulo (inquérito 405, informante A.).

Os resultados serão posteriormente comparados com os das demais regiões, mas acreditamos que essencialmente não haverá diferenças significativas.

2.2. Questões a serem respondidas

Ao final da pesquisa piloto, foram formuladas algumas questões a serem respondidas:

a. Qual a natureza do 'ruptor' (= preenchedor) em relação ao espaço de ruptura (= fronteira de preenchimento)?

b. Os ruptores automáticos e os não automáticos parecem ser estratégias próprias do planejamento da fala, correspondendo aos espaços de pausa no fluxo da fala. Qual a relação entre planejamento da fala e espaço de ruptura?

c. Haverá um espelhamento 1 a 1 entre os casos de truncamento sintático nas fronteiras de atribuição de caso e nas configurações de margens?

d. Em línguas que obedecem rigidamente à adjacência, há possibilidade de ocorrerem ruptores automáticos e não integrantes nos lugares em que a adjacência é requerida?

2.3. Categorias utilizadas para o 'fundo'

Estaremos chamando de 'fundo' os padrões sentenciais e os contextos de preenchimento, definidos em determinado nível de representação, e de 'figura' os segmentos preenchedores.

No estudo piloto considerava-se, como base para a análise, a projeção sintática da estrutura argumental do verbo, optando-se pelo uso de categorias como S(ujeito) e C(omplemento) em lugar de estruturas sintagmáticas, que requereriam árvores ou representação parentizada. No presente estudo foram usadas funções mais genéricas do que as normalmente usadas. Assim, os complementos incluirão argumentos internos e predicativos:

- a. Co (1 complemento)
Ele tem cinco anos.
(D2/SP-360:139/3)
- b. Co C1 (dois complementos)
Você teve que adaptar o horário deles ao seu.
(D2/SP-360:145/33)
- c. Co Co (dois complementos com relação de predicação)
Eu achei aquilo horroroso, viu?
(DID/SP-234:110/16)

Os elementos discursivos também não serão subclassificados em automáticos e não automáticos, integrantes e não integrantes.

Uma vez que o estudo piloto apontou ser o português oral do Brasil uma língua que parece não diferenciar as fronteiras de atribuição de casos de outras fronteiras, decidiu-se trabalhar, neste estudo, com todas as fronteiras de predicação e de complementação, incluindo-se o espaço entre complementos (2). Em lugar, pois, do termo 'ruptor', achamos mais apropriado usar o termo 'preenchedor' e, em lugar de local de 'ruptura', usamos local de preenchimento.

No estudo piloto, considerou-se o tópico e o antitópico como um tipo de adjunção, por não participarem necessariamente da estrutura temática do verbo, sendo, portanto, analisados como ruptores nas margens da sentença. Todavia, considerando-se o português como uma língua de

tópico (Pontes, 1987) -- fato indiscutível segundo os dados de nossa pesquisa -- passamos a interpretar a relação entre o sintagma tópico e a sentença como uma relação sintática de predicação (Galves, 1987, Kato, 1987) e esse SN como um tipo de sujeito não-temático. Assumimos ainda que a categoria vinculada a essa posição, quando vazia, é um pronome nulo e será, pois, representada entre parênteses à similaridade do sujeito referencial nulo (S) e dos complementos (Co)(C1)(3).

Então a minha de onze anos ela supervisiona o trabalho dos cinco.
(D2/SP-360:141/7)

E os nomes realmente eu não guardei (Co) porque...
(DID/RJ-328:3/80)

No presente estudo, além do sujeito referencial nulo((S)) -- o chamado sujeito impessoal, portanto não-temático (Expl0) -- passou a fazer parte da representação de estrutura do 'fundo'.

(S)achei ótima
(DID/SP-234:107/21)

então Expl0 havia restaurantes que eles serviam....
(DID/RJ-328)

Da mesma forma, a relação sintática entre a sentença e o antitópico passa a ser analisada também como uma relação de predicação, com o sintagma antitópico considerado o predicado da sentença-sujeito. Assim, as fronteiras de predicação não estarão apenas entre o sujeito convencional e o elemento portador de flexão, mas também o espaço entre o sintagma tópico e o sujeito (Top...S) bem como o espaço entre o complemento e o sintagma antitópico.

O conceito de 'fundo' foi, portanto, expandido, uma vez que esses elementos, antes considerados como marginais, passam a integrar a base sintática da análise. Passamos então a ter os seguintes espaços:(...Top) e (Antitop...).

Outra fronteira de predicação se situa entre os elementos de uma mini-orção ('small clause'), isto é, entre o que convencionalmente se chama Objeto + Predicativo do Objeto. A estrutura da mini-orção não foi aqui analisada como sendo oracional e sim como constituída de dois constituintes irmãos de V, que estariam co-indexados (4). Para diferenciar a mini-orção da estrutura de verbo mais dois complementos, utilizou-se a convenção (V + Co + Co) e o espaço entre eles representado como: (Co...Co). Assumiu-se

como ordem básica: SN + SA, isto é: objeto + predicativo, e no caso de inversão (SA + SN), considerou-se (Co) + Co + Antitópico.

Teremos então a seguinte representação básica (fundo) para efeito de análise (Cf. nota (2)):

(...Top (... S...V+Flex...Co...C1...)Antitop...)
Co

Nos resultados apresentados nas seções 3 e 4 adiante, as fronteiras que compõem o fundo definido acima, reaparecem definidas como segue:

- ...Top = margem à esquerda (incluindo-se as variantes g,f,j)
- ...S = margem limite de IP (=inflectional phrase, sentença), incluindo-se as variantes a,b)
- S...V = margem limite de VP (= verb phrase, sintagma verbal), incluindo-se as variantes e,c)
- V...Co = fronteira central de regência (incluindo-se as variantes d,k)
- Co...C1 = mais próximo da margem à direita (incluindo-se as variantes o,r,w,p,m,n,u,s,z)
- Antitop... = margem à direita (incluindo-se as variantes x,l,v,h,i,t,q)

Convém ressaltar aqui que S = sujeito no 'fundo' nem sempre representa a noção tradicional de sujeito. Representa, sim, uma posição estrutural obrigatória (5), que no caso, por exemplo, do sujeito posposto é preenchido pelo Explø (verbos ergativos/inacusativos) ou por um pronome referencial nulo (S) (outros casos).

e...agora à tarde Explø vão os dois para a escola
(D2/SP-360:140/14)

(S) é muito exigente comigo e com meu marido essa
menina
(D2/SP-360:141/30)

2.4. Categorias usadas para a 'figura'

Vimos, portanto, que para o 'fundo' foram utilizadas categorias relacionais genéricas como complementos, tópicos, etc. Da mesma maneira, para os preenchedores foram utilizadas funções genéricas como : adjuntos, conjutores e elementos discursivos, sem subclassificá-los. Consideraram-se também categorias mistas: pausa + adjunto, conjutor +

pausa, sem levar em conta a ordem em que tais combinações se dão.

Em um segundo momento pretende-se analisar mais detalhadamente o comportamento das subcategorias de cada macro-categoria, não só em termos de subfunções mas também de forma.

2.5. Outras decisões sobre transcrição

O tipo de transcrição utilizado para complementos e para sujeitos permitirá, em um segundo momento: a. estudar a ordem relativa dos complementos; b. examinar o estatuto de Co nas estruturas com expletivo nulo; e c. verificar a relação quantitativa entre essas diferentes estruturas.

Quanto à transcrição de pronomes nulos (sujeito ou objeto), continuou-se a utilizar a convenção do parênteses, não para a transcrição dos padrões sentenciais, mas apenas para o quadro de descrição das fronteiras, as quais exibem a realização efetiva de categorias. Assim, tanto para a construção com sujeito e objeto referenciais nulos quanto para sujeito e objeto lexicalmente preenchidos, teremos como padrão sentencial SVCo. Na transcrição das fronteiras, preenchidas ou não, teremos S...V, V...Co quando os argumentos estão lexicalmente preenchidos e (S)...V e V...(Co) quando são nulos.

Um problema sério para a transcrição foi a definição do espaço preenchido quando havia sujeito ou objeto nulo. Assim, se temos X como um preenchedor, as representações, por exemplo, X (S) ou (S) X V levariam à mesma forma fonética. Assim, para 'de vez em quando sai' podemos considerar que uma das duas fronteiras a seguir foi preenchida pelo adjunto 'de vez em quando': ...(S) ou (S)...V. A decisão foi tomada em função do preenchimento mais natural quando os elementos do fundo estão lexicalmente realizados. Julgando que 'De vez em quando ele sai' é mais natural do que 'Ele de vez em quando sai', consideramos que o espaço preenchido é ...(S)(ó).

Cumpram ainda ressaltar que: a. a pausa entre sentenças foi codificada como preenchedora da última fronteira da primeira sentença; b. a estrutura interna das chamadas subordinadas não foi analisada nesta fase da pesquisa; e c. relativas e completivas nominais foram consideradas categorias complexas, classificadas de acordo com sua função (Scomplexo, Cocomplexo, etc.).

3. Análise dos resultados I: Destriçando os dados

Apresentamos inicialmente os resultados preliminares, com todos os fatores incluídos na análise. A exemplificação será feita imediatamente antes das respectivas tabelas gerais sobre a produtividade percentual dos fatores, apresentando simultânea e paralelamente, para o fator central à análise, exemplos com preenchimento e sem preenchimento a partir de seis amostras do corpus compartilhado estabelecido pelo Projeto, conforme explicitado na seção 2.1. deste trabalho.

A tabela 1 a seguir relata o percentual geral para a variável dependente: preenchimento e/ou interrupção vs. não preenchimento e/ou interrupção.

Tabela 1: Resultado geral: Frequência percentual de preenchimentos na sintaxe falada

TOTAL de dados analisados:	2693	
fronteira preenchida:	1003	37.2%
fronteira não preenchida:	1690	62.8%

Grupo de fatores n. 1: Fronteiras

O primeiro grupo de fatores, conforme ilustrado a seguir, resgata a questão do preenchimento em função de fronteiras sintáticas concebidas linearmente no fluxo sintático. Ou seja: de um lado, tanto fronteiras envolvendo sequências típicas de atribuição de caso como outros espaços foram incluídos, observando-se exclusivamente a linearidade da ordem no fluxo sintático; de outro, optou-se, devido à concentração no verbo como centro nevrálgico do fluxo sintático, por manter os blocos sintagmáticos não verbais fechados neste momento da análise. O grupo de pesquisa, entretanto, formula desde já a hipótese, segundo a qual deverá haver uma certa harmonia transsintagmática, o que ficará estabelecido a partir do momento seguinte ao destrinçamento dos dados quando serão contrastados os casos de preenchimento em função de diferentes níveis de predicação: verbal e não-verbal (Ver agenda futura de pesquisa mais adiante neste trabalho).

a. Top...(S)

- sem preenchimento

O churrasco da Argentina, dizem que se equipara ao do Rio Grande do Sul.

(DID/RJ-328:9/221)

- com preenchimento

porque... o problema do dólar atualmente na Europa há uma oscilação muito grande

(D2/RJ-355:

b. Top...S
- sem preenchimento
agora o o... essas outras pecas que eu tenho assistido eu
não acho que o público se manifestasse assim aplaudindo
muito

- com preenchimento
e os nomes realmente eu não guardo porque são nomes muito
que têm assim uma influência muito indígena, né?
(DID/RJ - 328:3/80)

c. (S)...V
- sem preenchimento
achei ótima
(DID/SP-234:107/21)

- com preenchimento
no / só assistiu três vezes?
(DID/SP-234:107/21)

d. V...Co
- sem preenchimento
ele tem cinco anos
(D2/SP-360:139/3)

- com preenchimento
agora eu assumi também uma secretaria da APM lá do colégio
das crianças
(D2/SP-360:141/2)

e. S...V
- sem preenchimento
agora eu assumi também uma secretaria da APM lá do
colégio das crianças
(D2/SP-360:141/2)

- com preenchimento
um já ajuda o outro
(D2/SP-360:141/2)

f. ...S
- sem preenchimento
eu disse meu Deus
(DID/SP-234:107/22)

- com preenchimento
quando não é dia do meu marido ir para a faculdade
eu fico por Pinheiros
(D2/SP-360:140/3)

g. ...Top

- sem preenchimento

O churrasco da Argentina, dizem que se equipara ao do Rio Grande do Sul

(DID/RJ-328:9/221)

- com preenchimento

agora a televisao a gente vê o mínimo né do máximo que eles fazem

(DID/SP-234:108/24)

h. Co...

- sem preenchimento

ele tem cinco anos

(D2/SP-360:139/3)

- com preenchimento

e além da natação ele quer judô também agora

(D2/SP-360:139/4)

i. Antitópico...

- sem preenchimento

já apronto o outro para ir a escola, o menorzinho

(D2/SP-360:140/9)

- com preenchimento

então para mim era uma novidade né? teatro porque só estudando estudando

(DID/SP-234:110/11)

j. ... (S)

- sem preenchimento

são pequenos, né

(D2/SP-360:143/33)

- com preenchimento (exemplo problemático, cf. apontado na seção 2.5. deste trabalho)

é...de vez em quando sai

(D2/SP-360:141/21)

k. V... (Co)

- sem preenchimento

ai eu tirei

(D2/SP-360:146/10)

- com preenchimento

agora realmente ele nao gosta muito

(D2/SP-360:146/5)

l. (Co)...

- sem preenchimento
agora realmente ele nao gosta muito

(D2/SP-360:146/5)

- com preenchimento
eu vejo pelos meus

(D2/SP-360:142/40)

m. (Co)...Co

- sem preenchimento
achei ótima

(DID/SP-234:107/10)

- com preenchimento (exemplo único e problemático, não ilustrado)

n. (Co)...(C1)

- sem preenchimento
af eu tirei

(D2/SP-360:146/10)

- com preenchimento (exemplo problemático cf. apontado na seção 5 deste trabalho, mais adiante)
coitado cinco anos e já colocado assim nessa alternativa, não

(D2/SP-360:145/12)

o. (Co)...Antitópico

- sem preenchimento
se impôs essa atitude sua

(D2/SP-360:139/24)

- com preenchimento
Casa de Bonecas sim...eu me lembro...a última

(DID/SP-234:107/2)

p. (Co)...C1

- sem preenchimento
ele não eu pus em uma escola

(D2/SP-360:146/7)

- com preenchimento (exemplo problemático cf. alertado em 2.3. e 2.5. neste trabalho)

porque normalmente quando tem muitos e um começa (a bancar o) a tomar atitudes autoritárias, os outros mesmos se encarregam se encarregam de...é...fazer exatamente de colocá-lo no lugar né no seu lugar pra nao perturbar

(D2/SP-360:142/29)

q. C1...

- sem preenchimento
ele não eu pus em uma escola

(D2/SP-360:146/7)

- com preenchimento
agora em dois dias da semana eu o levo à faculdade também,
não é?

(D2/SP-360:140/5)

r. Co...Antitópico

- sem preenchimento
a lagosta de lá é uma delícia, a lagosta do Recife.

(DID/RJ-328:8/1890)

- com preenchimento
já apronto o outro para ir à escola o menorzinho

(D2/SP-360:140/9)

s. Co...Co

- sem preenchimento
Eu achei aquilo horróroso viu?

(DID/SP-234:110/16)

- com preenchimento
(nao há exemplos no corpus)

t. (C1)...

- sem preenchimento
mas quando são amigos não, quando são amigos escondem tudo

(D2/SP-360:142/42)

- com preenchimento
estou sempre falando tudo depressa porque não dá tempo

(D2/SP-360:139/20)

u. Co...(C1)

- sem preenchimento
E uma eles põem uma erva

(DID/RJ-328:6/151)

- com preenchimento (exemplo problemático cf. alertado em
2.3. e 2.5. neste trabalho)

entao ele me dizia que ele ganhava eh eh pra pagar um
aluguel relativo à quarta parte do salário dele

(D2/RJ-355)

v. V...

- sem preenchimento
e agora não eu estou sempre correndo

(D2/SP-360:139/20)

- com preenchimento
mas quer dizer não é só mão vive em função deles

(D2/SP-360:144/5)

w. Co...C1

- sem preenchimento
porque como eu trabalho de manhã, certo? você teve que adaptar o horário deles ao seu

(D2/SSP-360:145/33)

- com preenchimento
Eles ligam muito o a o peixe a a farinha

(DID/RJ-328:3/133)

x. Antitópico...Antitópico

- sem preenchimento
(não há exemplos no corpus)

- com preenchimento (exemplo único e problemático cf. alertado em 2.3. neste trabalho)
mas eles aceitam o menino, porque quer fazer tudo sozinho, no que eu procuro deixar, e a menina porque quer que seja a mamãe que faça, né?

(D2/SP-360:144/7)

y. Co...(Co)

- (não há exemplos no corpus analisado até o momento)

z. V...Antitópico

- sem preenchimento
Ele vem o pato cozido, feito uma espécie de canja

(DID/RJ-328:6/142)

- com preenchimento
(não há exemplos no corpus)

Tabela 2: Os espaços/fronteiras de preenchimento (em ordem decrescente, com percentagens aproximadas por computador)

	Tokens	Total	%
Antitópico...Antitópico (x)	1	1	100
V...(v)	11	16	69

...Tópico(g)	44	65	68
...S(f)	218	329	66
(Co)...(l)	44	68	65
...(S)(j)	137	222	62
Tópico...(S)(a)	9	18	50
Tópico...S(b)	23	47	49
Co...(h)	214	439	49
Antitópico...(i)	10	23	43
C1...(q)	5	13	38
(C1)...(t)	18	51	35
(Co)...Antitópico(o)	2	6	33
Co...Antitópico(r)	6	18	33
(S)...V(c)	54	228	24
S...V(e)	90	383	23
V...Co(d)	98	582	17
Co...C1(w)	1	6	17
V...(Co)(k)	13	100	13
(Co)...C1(p)	1	10	10
(Co)...Co(m)	1	11	9
(Co)...(C1)(n)	1	14	7
Co...(C1)(u)	2	36	6
Co...Co(s)	0	6	0
V...Antitópico(z)	0	1	0
Total	1003	2693	37

A tabela 3 a seguir apresenta um reagrupamento dos subfatores de fronteiras, diferenciando-os em seis categorias.

Tabela 3: Os espaços/fronteiras reagrupados em seis categorias distintas (Confrontem-se as letras do amalgamento com os exemplos acima para as respectivas categorias)

	Tokens	Total	%
margem à esquerda (g,f,j)	399	616	64.7%
margem à direita (x,l,v,h,i,t,q)	303	611	49.5%
margem limite de IP à esquerda (a,b)	32	65	49.2%
margem limite de VP à esquerda (e,c)	144	611	23.5%
fronteira central de regência V e compl. (d,k)	111	682	16.3%
mais próximo da margem à direita (o,r,w,p,m,n,u,s,z)	14	108	12.9%
Total	1003	2693	37.2%

O gráfico 1 a seguir diagrama o 'esqueleto' básico de preenchimento em função das seis fronteiras sintáticas reagrupadas a partir dos 25 espaços estruturais contemplados na tabela 2 acima. Observe-se a maior quantidade de

preenchimento (ou interrupção, conforme costumávamos chamar essas fronteiras no trabalho do ano passado (Tarallo et alii. 1988)) sempre à esquerda, seja na margem propriamente dita (o contraste puro entre esquerda e direita fica na proporção de 64% contra 49%, respectivamente); no contraste entre a margem limite de IP à esquerda (49%, espaço entre tópico e S, preenchido ou não) em relação ao espaço mais próximo da margem à direita (12%, nas mini-orações e nos verbos com dois complementos, preenchidos estes ou não); e finalmente, no contraste entre a margem limite de VP à esquerda e a fronteira central de regência V e complemento, com 23% de preenchimento para sujeito e verbo e 16% para verbo e objeto.

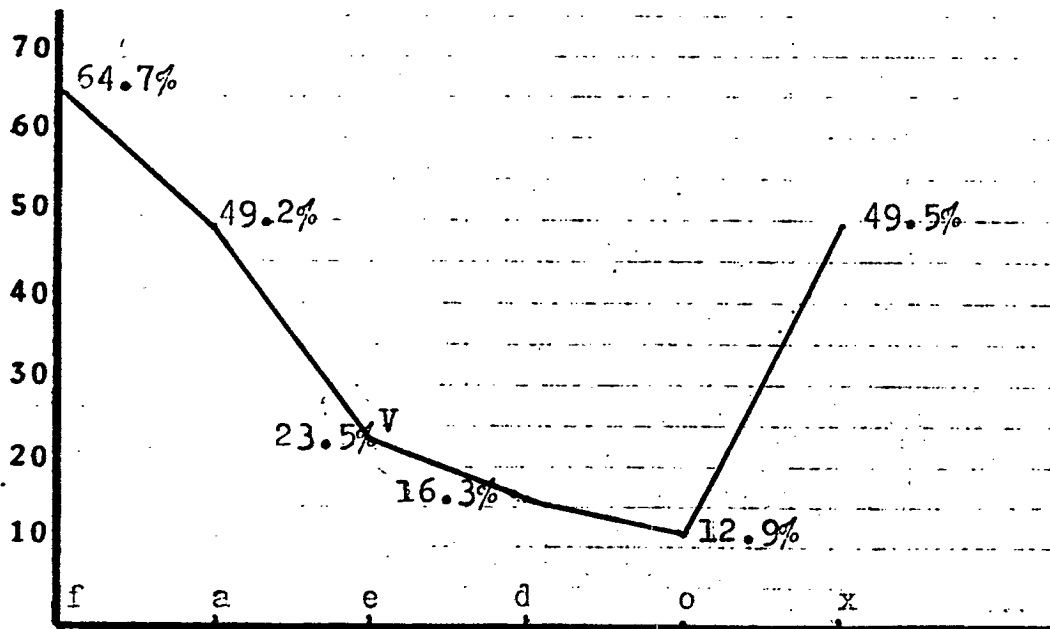


Gráfico 1: Preenchimento e fronteiras reagrupadas

O segundo grupo de fatores, conforme se verá pela tabela 4 a seguir, não revela nada de percentualmente significativo em relação a padrão sentencial e preenchimento ou não dos espaços.

Grupo de fatores n. 2: Padrão sentencial

A. Top S V Co

Então a minha de onze anos ela supervisiona o trabalho dos cinco

(D2/SP-360:141/7)

B. S V Co

ele tem cinco anos

(D2/SP-360:139/3)

C. Expl. V Co

era sábado à noite

(DID/SP-234:107/4)

D. Expl. V. Cocompl(exo)

então havia restaurantes que eles serviam assim um pouquinho de cada coisa

(DID/RJ-328:7/166)

E. S V Cocompl.

eu tenho a impressão que é mais difícil

(DID/SP-234:108/26)

F. Scmpl. V Co

porque o grupo que trabalha em Hair é enorme, né?

(DID/SP-234:110/1)

G. Topcompl. S V Co

agora o o...essas outras peças que eu tenho assistido eu não acho que o público se manifestasse assim aplaudindo muito

(DID/SP-234:106/45)

H. S V Co Co

Eu achei aquilo horroroso, viu?

(DID/SP-234:110/16)

I. S V Co C1

agora em dois dias da semana eu o levo à faculdade também, não é?

(D2/SP-360:140/5)

J. Top expl. V Co

não drama já basta a vida

(DID/SP-234)

L. Top S V Cocompl.

agora a televisão a gente vê o mínimo, né do que do máximo que eles fazem

(DID/SP-234:108/24)

M. Expl. V Co Antitópico (exemplo problemático para análise conforme apontado na seção 5c.)

E muito exigente comigo e com meu marido, essa menina

(D2/SP-360:141/30)

N. Topcompl. S V Cocompl.

Nós, eu por exemplo que estou acostumado a comer só verdura e carne, eu tive dificuldade de me alimentar lá porque é tudo na base de peixe e peixes também desconhecidos por nós

(DID/RJ-328:5/121)

O. Topcompl. S V Co Co

agora...várias peças que eu assisti eu achei diferente

(DID/SP-234:109/36)

- P. Top S V Co C1
O churrasco da Argentina, dizem que se equipara ao do Rio Grande do Sul
(DID/RJ-328:9/221)
- Q. Explø. V Co Co
é tudo correndo
(D2/SP-360:139/14)
- R. S V
mas por que nos dias que ele não tem aula ele acorda cedo?
(D2/SP-360:145/24)
- S. Explø. V Co C1
e:...agora à tarde vão dois para a escola
(D2/SP-360:140/14)
- T. Scompl. V Co C1
ou aquele que foi diz que foi ele que fez tomou a/fez aquilo
(D2/SP-360:142/46)
- U. Top Explø. V Cocompl.
Os churrasco da, de Buenos Aires, mas era cada bife que você não aguentava comer
(DID/RJ-234:9/223)
- V. Scompl. V Cocompl.
aquele que não estiver presente foi aquele que fez
(D2/SP-360:143/20)
- W. Explø. V Antitópico
Ele vem, o pato cozido, feito uma espécie de canja
(DID/RJ-328:6/142)
- X. Top S V Co Antitópico
Casa de Bonecas sim...eu me lembro...a última
(DID/SP-234:107/2)
- Y. S V Co Antitópico
Já apronto o outro para ir a escola, o menorzinho
(D2/SP-360:140/9)
- Z. Top S V Co Co
Inclusive o tal pato no tucupi eu achei muito ruim, sabe
(DID/RJ-328:6/135)
1. Top Explø. V Co Antitópico
O Amazonas é impressionante o número de frutas e frutas assim tudo duro, tipo assim cajá-manga
(DID/RJ-328:4/85)

Tabela 4: Frequência percentual de preenchimento em relação a padrões sentenciais (em ordem decrescente, com percentagens aproximadas pelo computador)

	Tokens	Total	%
TOP S V Co Antitópico(X)	5	6	83
Scmpl. V Co C1(T)	6	10	60
S V(R)	32	56	57
S V Co Antitópico(Y)	14	31	45
TOP S V Co(A)	82	188	44
TOPcompl. S V Co(G)	13	30	43
TOP explø. V Co(J)	12	30	40
TOP explø. V Cocompl.(U)	4	10	40
TOP S V Cocompl.(L)	9	24	38
Scmpl. V Co(F)	17	45	38
Explø. V Co(C)	92	251	37
S V Co(B)	479	1280	37
S V Co C1(I)	106	292	36
TOPcompl. S V Co Co(O)	2	6	33
Explø. V Co C1(S)	5	15	33
TOP S V Co Co(Z)	2	6	33
S V Cocompl.(E)	49	148	33
Explø. V Cocompl(D)	22	66	33
S V Co Co(H)	22	71	31
TOPcompl. S V Cocompl.(N)	3	10	30
TOP S V Co C1(P)	5	18	28
Scmpl. V Cocompl.(V)	6	24	25
Explø. V Antitópico(W)	1	4	25
Explø. V Co Antitópico(M)	17	70	24
TOP explø. V Co Antitópico(1) ø	ø	6	ø
Explø. V Co Co(ø)	ø	5	ø
Total	1003	2693	37.2%

Tal resultado, oscilando de 0% a 83% e com categorias tão próximas em distribuição percentual tão distante, antecipa o output probabilístico altamente negativo atribuído aos padrões sentenciais. A questão do preenchimento de fronteiras não deve ser contemplada, pois, a partir da macrossintaxe em torno do verbo e seus argumentos organizados em padrões de sentença, mas sim, e sobretudo, com vistas à microssintaxe encontrável na relação entre os constituintes lineares, argumentais ou não.

Grupo de fatores n. 3: Tipos de preenchedores

O terceiro grupo de fatores, tipo de preenchimento, efetua uma distribuição geral dos preenchedores encontrados à luz de categorias ainda muito amplas e superficialmente consideradas, conforme apontado em outra seção deste trabalho. Considerem-se os exemplos a seguir.

1. Adjunto

sabe eu gosto muito de maçã

(DID/RJ-328:3/65)

2. Elemento discursivo (ou pontuador)
então ela está bem ordenada

(D2/SP-360:141/39)

3. Pausa

agora na mai/na maioria das vezes eles dizem...que foi eles

(D2/SP-360:143/16)

4. Pausa + adjunto

no/só assistiu três vezes?...

(DID/SP-234:107/23)

5. Pausa + discursivo

eu gosto de coisa mais alegre sei lá...

(DID/SP-234)

6. Conjuntor

e tive oportunidade de trabalhar...fazer uma cena com o balé russo

(DID/SP-234:110/8)

7. Clítico

Quer dizer aquilo me chocou

(DID/SP-234:110/21)

8. Pausa + clítico

então quando sai aquela folia assim de um correr atrás do outro então ela...se cala um pouco

(D2/SP-360:142/15)

9. Adjunto + elemento discursivo

agora na mai/na maioria das vezes elas dizem que foi eles

(D2/SP-360:143/16)

- a. Clítico + elemento discursivo

porque é comédia justamente eu não te falei?

(DID/SP-234:107/37)

- b. Conjuntor + elemento discursivo

e depois então era só frutas mas frutas realmente que eu nunca havia visto

(DID/RJ-328:3/76)

- c. Elemento discursivo + adjunto + pausa

mas não me apresentei quase nada apesar de gostar muito, ter gostado, né?...

(DID/SP-234:111/4)

- d. Clítico + adjunto

Isso já se cuidam

(D2/SP-360:140/39)

e. Conjuntor + pausa

mas...percebe que não é uma coisa perfeita que vai aparecer vão ter cortes vão modificar

(DID/SP-234:109/3)

f. Conjuntor + adjunto

e além da natação ele quer judô também agora

(D2/SP-360:139/6)

g. Conjuntor + elemento discursivo + adjunto (exemplo problemático cf. apontado em outra seção deste trabalho)

E agora à tarde vão dois para a escola

(D2/SP-360:140/14)

Tabela 5: Tipos de preenchedores, em ordem decrescente

Tipo	N	%
elemento discursivo(2)	279	27.8
adjunto(1)	269	26.8
pausa(3)	100	9.9
adjunto - elemento discursivo(9)	94	9.3
conjuntor(6)	70	6.9
pausa - elemento discursivo(5)	67	6.8
clítico(7)	38	3.7
discursivo - adjunto - pausa(c)	18	1.7
pausa - adjunto(4)	18	1.7
conjuntor - adjunto(f)	16	1.6
conjuntor - elemento discursivo(b)	12	1.2
clítico - adjunto(d)	9	0.9
conjuntor - discursivo - adjunto(g)	5	0.5
clítico - elemento discursivo(a)	2	0.2
conjuntor - pausa(e)	2	0.2
pausa - clítico(8)	1	0.1
C1(i)	1	0.1
Total	1003	

Respeitando os critérios adotados na coleta do material do Projeto NURC/Brasil, nossa análise contemplou ainda: modalidade de (inter)locução (Cf. tabela 6); procedência geográfica dos dados (Cf. tabela 7) e sexo do informante (Cf. tabela 8) como variáveis independentes ao condicionamento da interrupção/preenchimento.

Tabela 6: Preenchimento e tipo de entrevista (em ordem decrescente, com percentagens aproximadas pelo computador)

	Tokens	Total	%
Elocução formal	166	442	38
DID	427	1161	38
D2	410	1090	37

Total 1003 2693 37.2%

Como se vê pela tabela 6, a diferença percentual de preenchimento entre os três tipos de situação interacional é praticamente nula. Tal fator será descartado somente quando tivermos terminado todos os fragmentos do corpus compartilhado: Porto Alegre, Recife e Salvador. Ainda que os resultados apontem somente para variação individual, será interessante medir até que ponto tal variação pode ser mais propiciamente condicionada pelo tipo de interlocução em que o informante se encontra inserido.

Tabela 7: Frequência percentual de preenchimento e origem geográfica

	Tokens	Total	%
Rio de Janeiro	459	1226	37
São Paulo	544	1467	37
Total	1003	2693	37.2%

Também quanto à procedência geográfica não há diferença alguma. Mas a codificação e respectiva tabulação dos dados ainda está em menos de 1/3 do que nos propusemos a analisar. Qualquer conclusão mais forte neste momento sobre a não relevância deste fator é, pois, prematura.

Tabela 8: Sexo do informante

	Tokens	Total	%
homem	157	394	40
mulheres	846	2299	37
Total	1003	2693	37.2%

Também aqui nenhuma diferença percentual significativa foi apontada pelos dados. Dado o tipo de fenômeno considerado, a literatura pertinente nos garante de imediato que o destino deste condicionador é para o não significativo. Releve-se, entretanto, que tal destino somente será traçado quando todos os dados tiverem sido analisados.

A tabela 9 a seguir apresenta o percentual de preenchimento de fronteiras para cada um dos 8 informantes analisados até o momento. Observe-se que o leque de variação individual é bastante restrito, oscilando entre 34% e 42% para os informantes Y. e W., respectivamente.

Tabela 9: Frequência percentual de preenchimento (em ordem decrescente com percentagens aproximadas pelo computador) e informantes

	Tokens	Total	%
Informante W, n. 435	104	246	42
Informante X, n. 473	96	233	41
Informante Z, n. 469	65	168	39
Informante I, n. 281	189	496	38
Informante A, n. 489	101	274	37
Informante N, n.	237	664	36
Informante K, n. 436	54	148	36
Informante Y, n. 472	157	463	34
Total	1003	2693	37.2%

4. Análise dos resultados II: Brincando com os dados

O passo seguinte da análise foi um tratamento probabilístico dos dados percentuais analisados até o momento com vistas a verificar o efeito condicionador geral para cada um dos fatores considerados. Destes, a análise multi-regressiva (step up and down) revelou a significância de um único fator no condicionamento ao preenchimento, tendo descartado os padrões sentenciais e todos os três fatores de natureza externa à variável analisada: modalidade, procedência geográfica e sexo. O fator que considerou os tipos de preenchedores não foi submetido à triagem probabilística dada a sua natureza inerentemente knockout. A tabela 10 a seguir retoma a tabela 3 já exposta anteriormente neste trabalho, acrescentando-lhe os pesos probabilísticos.

Tabela 10: Frequência e probabilidade de preenchimento segundo as fronteiras reagrupadas e amalgamadas

	Tokens	Total	%	Prob.
margem à esquerda (f)	399	616	64.7	.79
margem à direita (x)	303	611	49.5	.66
margem limite de IP à esquerda (a)	32	65	49.2	.66
margem limite de VP à esquerda (e)	144	611	23.5	.38
fronteira central de regência V e compl.(d)	111	682	16.3	.28
mais próximo da margem à direita (o)	14	108	12.9	.23

Ou seja, o retrato geral apresentado pela tabela 10, juntamente com as evidências negativas apontadas pelo programa probabilístico em relação a padrão sentencial e às três variáveis independentes externas, quantitativamente garantem um algoritmo sintático para o português culto do Brasil que privilegia a possibilidade de preenchimento em determinadas fronteiras e o inibe em outras. Assim, considerando-se o valor probabilístico .50 como ponto neutro

ao condicionamento, das seis fronteiras reagrupadas as três primeiras favorecem o preenchimento enquanto as três últimas o inibem.

A partir deste momento da análise três fatores estarão em jogo: as fronteiras, os tipos de preenchedores, e os oito informantes analisados.

4.1. As fronteiras e os tipos de preenchedores

Para a análise que segue foi utilizado um procedimento estatístico tridimensional para o cruzamento de dados, ou seja: serão cruzados os fatores fronteira e tipo de preenchedor à luz da variável preenchimento vs. não preenchimento em terceira dimensão. A tabela 11 a seguir apresenta este resultado tridimensional, tendo levado em consideração somente os dois tipos mais frequentes de preenchimento: elementos discursivos (ou pontuadores do discurso) e adjuntos (e, é claro, a forma híbrida composta por pontuadores e adjuntos).

Tabela 11: Tabela tridimensional com variável dependente, fronteiras reagrupadas e tipo de preenchedor (em ordem decrescente com percentagens aproximadas por computador)

ELEMENTO DISCURSIVO	279	27.8%
margem à esquerda	162	58%
margem à direita	58	21%
fronteira central de regência		
V e complemento	31	11%
margem limite de VP à esquerda	12	4%
margem limite de IP à esquerda	10	3%
mais próximo da margem		
à direita	6	2%
ADJUNTOS	269	26.8%
margem limite de VP à esquerda	78	29%
margem à direita	76	28%
fronteira central de regência		
V e complemento	57	22%
margem à esquerda	42	15%
margem limite de IP		
à esquerda	13	5%
mais próximo da margem		
à direita	3	1%
ADJUNTO e DISCURSIVO	94	9.3%
margem à esquerda	57	60%
margem à direita	23	24%

margem limite de VP à esquerda	5	5%
fronteira central de regência V e complemento	5	5%
margem limite de IP à esquerda	3	3%
mais próximo da margem à direita	1	1%

Os resultados apresentados pela tabela 11 encontram-se diagramados no gráfico 2.

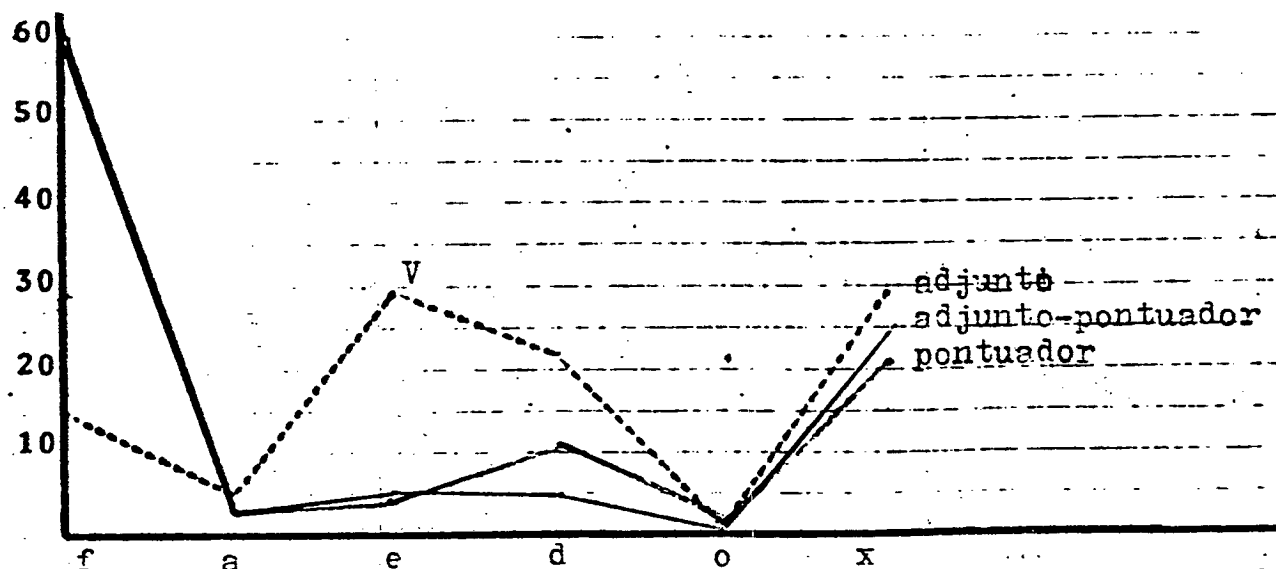


Gráfico II: Preenchedores e fronteiras

Observe-se que, em função das seis fronteiras reagrupadas e comentadas anteriormente, os pontuadores de discurso, quando sozinhos e/ou acompanhados de adjuntos (portanto, na forma híbrida), maciçamente penetram a margem esquerda da unidade de análise (a margem f). Esta mesma margem esquerda (ou fronteira passível de preenchimento) apresenta-se em quarta prioridade quando o preenchimento é realizado através de adjunto, sendo relegada até pelas fronteiras mais sintáticas de atribuição de caso: a fronteira central de regência V e complemento (d) e a margem limite de VP à esquerda (e). Observe-se, ainda, que a margem à direita (x), que fica em segunda prioridade com os pontuadores em estado puro e em forma híbrida, aparece em segundo lugar no caso dos adjuntos: um resultado esperado segundo as normas da gramática tradicional. Destas colocações mais gerais resultam ainda dois pontos particulares a apontar: em primeiro lugar, há que se ressaltar que, considerando-se os dois tipos mais frequentes

de preenchimento (os pontuadores e os adjuntos), não há uma compartimentalização estrita entre tipo de preenchedor e fronteira específica, embora as colocações acima apontem para algumas tendências mais marcantes nos dados. Em segundo lugar ressalte-se a sutil semelhança entre a presença de preenchedores nas fronteiras de margem limite de IP e de espaço mais próximo da margem à direita, oscilando de 1 a 5%.

Antes de prosseguirmos com a análise, duas observações devem ser ainda colocadas a propósito do gráfico 2. A primeira diz respeito a um maior balanceamento percentual dos adjuntos na estrutura como um todo. Observe-se que o leque percentual dos adjuntos em relação às fronteiras varia entre 1% e 29%, com a média para a categoria prefixada em 26.8%. Tanto no caso dos pontuadores puros como nas formas híbridas, entretanto, a oscilação fica entre 2% e 58%, e 1% e 60% respectivamente, com as médias prefixadas em 27.8% para os pontuadores e 9.3% para a forma híbrida. Em outras palavras: o comportamento fortemente balanceado dos adjuntos é contrariado pelos picos atingidos pelos pontuadores, puros ou híbridos.

A segunda observação diz respeito à força dos pontuadores na neutralização das imposições sintáticas de ordem no caso dos adjuntos, isto é: conforme o gráfico 2 bem o demonstra, o comportamento da forma híbrida é uníssono às disposições sintáticas de ordem dos pontuadores puros. A forma híbrida é, pois, do ponto-de-vista de seu funcionamento, um pontuador puro. Isto significa que o balanceamento na colocação do adjunto será totalmente neutralizado quando a ele se juntar um pontuador qualquer. Encontra-se aqui também evidência para uma visão mais funcional da sintaxe que prevê a gramaticalização de espaços via seu uso no discurso: os pontuadores abrem espaço para a entrada de adjuntos, neutralizando inicialmente seus atributos categoriais e gramaticalizando-o, posteriormente, em espaços estruturais não condicentes com seu estatuto original.

A seguir tomamos cada uma das seis fronteiras reagrupadas e elencamos, tridimensionalmente de novo, os tipos de preenchedores que nelas podem entrar. Assim, o que se verá a seguir é uma longa tabela com seis subdivisões, em que, para cada uma das seis fronteiras, se encontra estabelecida uma hierarquia dos preenchedores atestados, em ordem percentual decrescente, com percentagens aproximadas pelo computador.

Tabela 12: Ordem percentual decrescente de tipos de preenchedores em relação a fronteiras específicas de preenchimento (somente as percentagens mais altas até um mínimo de 5 são mencionadas na tabela)

MARGEM à ESQUERDA = 399/616=64.7%

elemento discursivo	162	-	41%
conjuntor	69	-	17%
adjunto/discursivo	57	-	14%
adjunto	42	-	11%
pausa/discursivo	19	-	5%
conjuntor/adjunto	16		
conjuntor/discursivo	12		
disc./adj./pausa	6		
conjuntor/disc./adj.	6		
pausa	3		
pausa/adjunto	2		
conjuntor/pausa	2		
qu-argumento/disc./			
pausa	2		
qu-argumento/disc.	1		

MARGEM à DIREITA = 303/611=49.5%

pausa	85	-	28%
adjunto	76	-	25%
discursivo	58	-	19%
pausa/discursivo	35	-	12%
adjunto/discursivo	23	-	7%
pausa/adjunto	16	-	6%
disc./adj./pausa	10	-	3%

MARGEM LIMITE DE IP à ESQUERDA = 32/65=49.2%

adjunto	13	-	41%
discursivo	12	-	37%
adjunto/discursivo	7	-	21%

MARGEM LIMITE DE VP à ESQUERDA = 144/611=23.5%

adjunto	78	-	54%
clítico	28	-	19%
discursivo	12	-	8%
clítico/adjunto	9	-	6%
adjunto/discursivo	7	-	5%
pausa	4		
pausa/discursivo	2		
clítico/discursivo	2		
pausa/clítico	1		
conjuntor	1		

FRONTEIRA CENTRAL DE REGÊNCIA

V e COMPLEMENTO = 111/682=16.3%

adjunto	57	-	51%
discursivo	31	-	28%
adjunto/discursivo	9	-	8%
pausa	4		

clítico	4
pausa/discursivo	3
pausa/adjunto	1
disc./adjunto/pausa	1
C1	1

MAIS PRÓXIMO DA MARGEM À DIREITA = $14/108=12.9\%$

discursivo	6 - 42%
pausa	3 - 22%
adjunto	3 - 22%
adjunto/discursivo	1 - 7%
pausa/discursivo	1 - 7%

Ressalte-se novamente a confirmação de alguns resultados já observados e apontados nas tabelas anteriores. A margem pura à esquerda é carregada de elementos discursivos/pontuadores de discurso; a da direita, por sua vez, ópta por adjuntos e pausa, vindo os elementos discursivos em terceiro lugar. O mesmo tipo de comentário sobre a margem pura à direita é válido para a margem limite de IP à esquerda, com os adjuntos em primeiro lugar e os discursivos em segundo. Na margem limite de VP à esquerda bem como na fronteira central de regência verbo e complemento, por sua vez, tanto do verbo para o sujeito quanto do verbo para o objeto, os adjuntos imperam. Os discursivos, portanto, somente reinam na margem mais à esquerda, a tal margem pura, e na margem mais próximo à margem da direita (ver comentários sobre o processamento desses casos em outra seção deste trabalho).

Para finalizar esta seção 4.1. do texto o gráfico 3 retoma o quadro já apresentado anteriormente, explicitando, mais uma vez e até redundantemente, o diferenciado comportamento dos pontuadores discursivos e dos adjuntos frente às fronteiras analisadas. Observe-se que, enquanto em algumas fronteiras (a da margem à direita, x, por exemplo) o percentual é somente minimamente polarizado, de 19% para pontuadores para 25% para os adjuntos, em outras (considere-se a margem limite de VP à esquerda, e) o percentual chega a polarizar com uma diferença percentual de 46%. Há que se considerar, pois, em uma análise deste tipo não somente a força bruta dos fatores no condicionamento ao preenchimento, mas uma quantificação mais refinada em que dados possam ser tridimensionalizados.

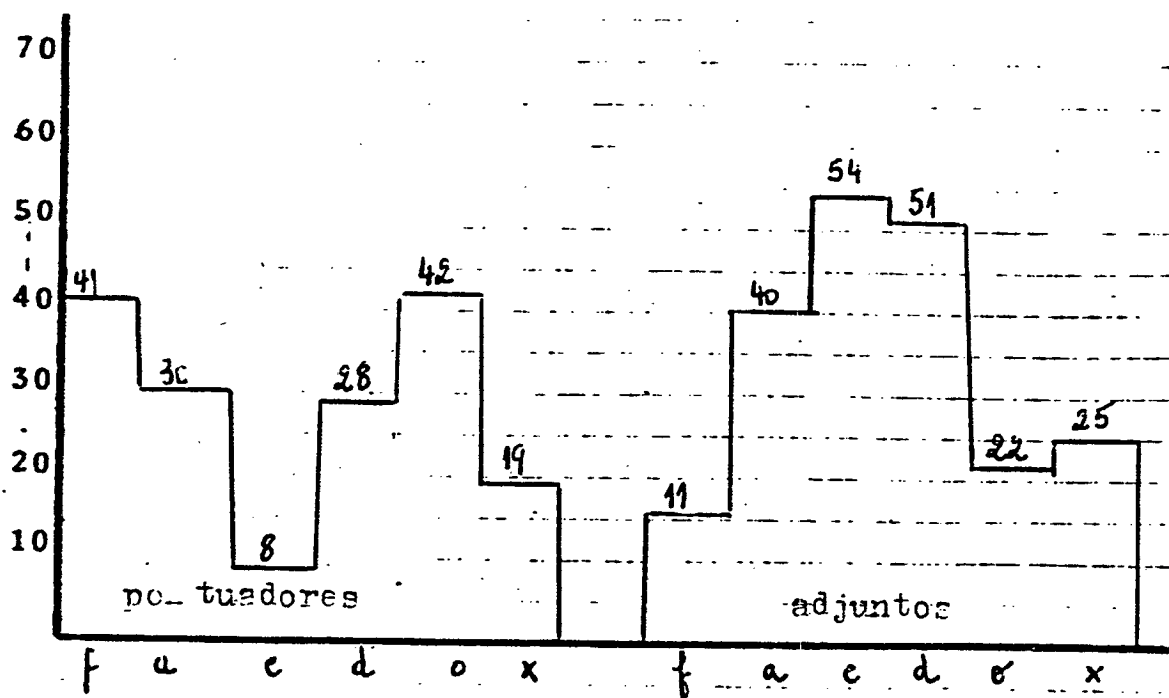


Gráfico 3: Pontuadores e adjuntos

4.2. O peso do fator 'indivíduo'

Por que investir em uma análise do comportamento individual em relação a determinado fenômeno quando a margem percentual de diferença entre os informantes é tão pequena? O tratamento probabilístico aplicado aos dados na seção anterior garantiu a soberania do fator 'fronteira' no condicionamento ao preenchimento ao mesmo tempo que descartou qualquer possibilidade de um condicionamento individual, ou seja: de existência de gramáticas particulares. Tal possibilidade de análise, tão discutida em Guy (1980), foi retomada nesta versão e fase da pesquisa, dada a extrema riqueza de resultados que ela pode desencadear em um tratamento mais refinado dos dados. Espera-se, pois, deste tipo de análise, um cruzamento tridimensional dos dados que reflita o comportamento de cada indivíduo frente às fronteiras e aos tipos de preenchedores nelas usados. A tabela 13 a seguir apresenta tal tridimensionamento.

Tabela 13: Cruzamento tridimensional de informantes, fronteiras, e preenchimento

(Primeiro, a ordem dos informantes de forma decrescente (percentagens arredondadas pelo computador):

W = 103/246 = 42% (D2, Rio de Janeiro)

X = 96/233 = 41% (D2, São Paulo)

Z = 65/168 = 39% (EF, Rio de Janeiro)

I = 189/496 = 38% (DID, São Paulo)

A = 101/274 = 37% (EF, São Paulo)

N = 237/664 = 36% (DID, Rio de Janeiro)
 K = 54/148 = 36% (D2, Rio de Janeiro)
 Y = 157/463 = 34% (D2, São Paulo)

	W	X	Z	I	A	N	K	Y
margem à esquerda(f)	41	44	26	64	41	87	20	74
margem à direita(x)	31	22	20	70	37	69	17	40
margem limite de IP à esquerda(a)	5	0	2	6	0	13	3	2
margem limite de VP à esquerda(e)	19	19	7	23	17	23	7	28
fronteira central de regência V e compl.(d)	5	7	10	23	6	44	4	12
mais próximo da margem à direita(o)	2	4	0	3	0	1	3	1

Segundo a tabela acima, a fórmula sintática de preenchimento para cada um dos informantes, conforme percentagens obtidas a partir dos valores absolutos, é a seguinte:

W = f>x>e>a=d>o
 X = f>x>e>d>o>a
 Z = f>x>d>e>a>o
 I = x>f>e=d>a>o
 A = f>x>e>d>a=o
 N = f>x>d>e>a>o
 K = f>x>e>d>a=o
 Y = f>x>e>d>a>o

E, ainda, segundo os resultados gerais da tabela 3, a hierarquia para todos os informantes ficou fixada na fórmula a seguir, configurando o retrato de comportamento do grupo:

f>x=a>e>d>o

De maneira geral, pois, o resultado da gramática de grupo não é artificioso: assim o fato de o peso probabilístico não ter sido dado como significativo no cômputo geral dos dados se reflete na hierarquia de percentagem de preenchimento nas fronteiras, aparentando os informantes uns aos outros. Um passo interessante de análise é, pois, tomar os informantes aos pares, I. de São Paulo e N. do Rio, por exemplo, ambas em situação de DID e transformá-los em variável dependente. Assim, é possível saber, no cruzamento de quaisquer outros fatores por exemplo, quanto de x cada um usa em y. Foi cruzada então essa nova variável dependente com fronteiras e tipos de preenchimento. Serão considerados somente os mesmos dois tipos de preenchimentos já contemplados na análise empreendida na seção anterior.

Tabela 14: Informantes aos pares como variável dependente, fronteiras e preenchedores

	I./N.	A./Z.	K./W.	Y./X.
margem à esquerda				
elementos discursivos:	33>29	8 = 8	12<13	33>19
adjunto:	5<15	2 < 3	0< 9	7> 1
adjunto e discursivo:	2<17	3 = 3	2< 9	14> 7
margem à direita				
elementos discursivos:	9<20	2< 6	4> 3	7= 7
adjunto:	8<24	3> 1	6<12	21> 1
adjunto e discursivo:	3< 8	0< 4	1< 3	3> 1
margem limite de IP à esquerda				
elementos discursivos:	3= 3	0< 1	0< 3	0= 0
adjunto:	1< 6	0= 0	3> 1	2> 0
adjunto e discursivo:	0< 2	0= 0	0< 1	0= 0
mais próximo da margem à direita				
elementos discursivos:	1= 1	0= 0	1> 0	1< 2
adjunto:	0= 0	0= 0	0< 2	0< 1
adjunto e discursivo:	0= 0	0= 0	1> 0	0= 0
margem limite de VP à esquerda				
elementos discursivos:	1< 4	0< 1	0< 3	1< 2
adjunto:	10<13	11> 5	3<12	21> 3
adjunto e discursivo:	2= 2	0= 0	0= 0	0< 1
fronteira central de regência V e complemento				
elementos discursivos:	13> 8	2> 1	2= 2	1< 2
adjunto:	6<30	1< 5	0< 3	8> 4
adjunto e discursivo:	1< 3	0< 1	0= 0	0= 0
Total	98 185	32 39	35 76	119 51

Este é só um exemplo dos muitos e mil cruzamentos que ainda iremos realizar. Observe-se como os dados, ainda parcos, já demonstram a noção de Kato (1985, ENPULI) sobre o 'sotaque sintático': A informante I. carrega sua margem esquerda de elementos discursivos (33) contra 5 adjuntos; já a informante N., apesar de usar 29 elementos discursivos, faz uso também de adjuntos nessa fronteira (15). Agora, observemos em que fronteira I. coloca seus adjuntos: mais próximo da margem à direita e na margem limite de VP à

esquerda, enquanto N. mantém a distribuição de elementos discursivos e adjuntos relativamente balanceada nas duas margens. Já na fronteira central de regência V e complemento, I. mantém o mesmo padrão de elementos discursivos em taxa mais alta do que N., que por sua vez inunda essa fronteira de adjuntos. No cômputo geral dos dados, I. apresenta 38% de preenchimento (ou interrupção de fala), enquanto N., 36%. Apesar de a diferença ser mínima, este tipo de cruzamento revela sutilezas impressionantes.

Tomando-se os valores absolutos de elementos discursivos na forma pura, acrescidos dos pontuadores em forma híbrida (lembre-se que o gráfico 2 havia demonstrado uma identidade de comportamento em relação a estes dois tipos de preenchedores), e contrastados aos adjuntos, uma nova hierarquia pode ser estabelecida com respeito ao comportamento mais 'discursivo/pontuado' e/ou mais 'adjunto' dos informantes. Os números que aparecem a seguir são, na realidade, percentagens extraídas deste processo de adição e contraste.

	DISCURSIVO		ADJUNTO
X.	80%	>	20%
I.	69%	>	31%
K.	65%	>	35%
Z.	61%	>	39%
N.	52%	>	48%
Y.	51%	>=	49%
W.	48%	<=	52%
A.	46%	<	54%

O trabalho final de refinamento de dados sobre o comportamento de cada um dos informantes será realizado durante o ano de 1990, uma vez completado o quadro de análise com os informantes de Salvador, Porto Alegre e Recife. Interessante notar, ainda em caráter totalmente preliminar, que tal tipo de análise, ao mesmo tempo que confirma os resultados atestados para o grupo na seção 3 e 4.1., abre espaço para que as diferenças individuais sejam explicitadas e melhor compreendidas.

5. Alguns problemas que exigem cuidados

Na revisão teórica da análise foram detectados problemas que, a rigor, exigiriam requantificação. Em vista da exiguidade de tempo deixamos para fazer as correções após o debate do encontro. Os problemas detectados são os seguintes:

a. Havíamos assumido a categoria vazia pronominal, mas não vestígios, uma vez que estávamos assumindo, numa linha

mais lexicalista, ordens variantes de argumentos como igualmente básicas. Houve, porém, um caso de passiva, que foi analisado como resultante de movimento ergativo, o que criou uma inconsistência com outros verbos ergativos, cuja variante SV não foi vista como tendo um vestígio de movimento SN. E assim, o preenchimento após um verbo passivo foi considerado como ocorrido entre a categoria Co vazia e o complemento C1.

b. Um caso analisado como antitópico parece ser, na verdade, um antitópico de SN e não de sentença, o que exige uma revisão das construções de antitópico.

c. A categoria vazia vinculada a um antitópico foi analisada, em um dos exemplos, como expletivo nulo, e não como pronome referencial nulo, o que exige uma reflexão teórica sobre a natureza dessa categoria vazia e uma revisão desses casos. Assim, na concepção de antitópico de Tarallo e Kato (1989), a sentença abaixo teria sido transcrita com sujeito (S) referencial, e não como expletivo nulo.

(ela) é muito exigente comigo e com meu marido, essa menina.

(D2/SP-360:141/30)

Expl0 é muito exigente comigo e com meu marido, essa menina.

Todas as estruturas de antitópico serão revistas em uma análise posterior de natureza qualitativa, que poderá alterar os resultados do presente trabalho.

d. O objeto indireto de verbos dicendi, quando vazio, foi transcrito (C1). Dado, porém, que o comportamento dessa elipse é diferente da elipse de objeto direto e de objetos indiretos de verbos não-dicendi, seria importante considerar a hipótese de que tais elementos seriam um tipo de adjunto e, portanto, não passíveis de transcrição como (C1).

6. Conclusões do presente trabalho

Diante dos resultados obtidos na pesquisa, passaremos a responder às questões que nos propusemos discutir nesse trabalho.

a. Qual a natureza do preenchedor em relação ao espaço de preenchimento?

I. Nenhum espaço é privilégio exclusivo de um tipo de preenchedor. Logo, espaço não define sua função.

II. Embora não haja uma relação biunívoca entre espaço de preenchimento e tipo de preenchedor, pode-se estabelecer uma relação de ocorrência preferencial de certos preenchedores em certos espaços:

Iia. Margem à esquerda é preferida por elementos discursivos;

Iib. Fronteiras de atribuição de caso são preferidas por adjuntos;

Iic. Os demais espaços são indiferentes para tipo de preenchedor.

Iid. Conquanto esses demais espaços sejam semelhantes quanto à qualidade do preenchedor, eles diferem quanto à quantidade de preenchimento. A posição entre Tópico e Sujeito é mais permeável a preenchimento do que a posição entre complemento e antitópico ou entre complementos.

Pode-se concluir então que justamente as fronteiras de atribuição de caso são as mais permeáveis à penetração de preenchedores sintaticamente interpretáveis, o que mostra que são locais regidos por restrições de ordem mais formal. A teoria prevê a possibilidade da ocorrência, à esquerda do verbo, de elementos que independem dele para receber caso.

b. Os preenchedores discursivos parecem ser estratégias próprias para planejamento da fala, correspondendo aos espaços de pausa no fluxo da fala. Qual a relação entre planejamento e espaço de preenchimento?

Os resultados da pesquisa mostram que há uma ordem decrescente de quantidade de preenchimento da esquerda para a direita, exatamente acompanhando o fluxo da fala. Admitindo-se que o planejamento é maior no início de cada fluxo, o resultado mostra que há mais preenchimento nos momentos de maior planejamento.

7. Agenda para o próximo trabalho

Um dos resultados mais intrigantes da presente pesquisa foi o de que o padrão oracional não se mostrou significativo como fator na apreensão da quantidade e tipos de preenchimentos. Além disso, os problemas de transcrição e de exemplificação revelaram a necessidade de uma análise teórica do próprio 'fundo', assumido na presente pesquisa como um dado (pressuposto) e não como objeto de análise.

Outro resultado interessante foi que os fatores sociais não parecem ter o peso esperado na variação encontrada, considerando-se a variável dependente preenchimento vs. não preenchimento de fronteiras de constituintes.

Assim sendo, a etapa que havia sido prevista para a continuidade do trabalho, a saber:

- tratar, com refinamento e precisão (e a nível mais qualitativo que quantitativo propriamente dito), os diversos tipos de preenchedores encontrados na amostra, bem como sua ordem de fatoração, foi deixada para uma agenda futura. Essa medida pareceu-nos mais prudente, principalmente tendo em vista também que o trabalho mais qualitativo envolve necessariamente uma interface bastante forte com o pessoal da conversação. Esse trabalho integrado exige, a nosso ver, uma precisão e um rigor, de ambas as partes, nos conceitos utilizados. De nossa parte, entidades como Tópico, Antitópico e Expletivo \emptyset ainda não estão funcionalmente claras, o que justifica essa mudança de agenda.

Em vista dessa decisão, resolveu-se empreender para a agenda de pesquisa correspondente a 1990:

a. Uma análise mais exaustiva (e definitiva) dos fatores sociométricos (região, modalidade, sexo), considerados no projeto;

b. uma análise mais teórica da relação de predicação, subjacente a construções aparentemente tão díspares como a topicalização, a antitopicalização, a não predicação (estruturas com Expletivo \emptyset) e a mini-oração, para falar apenas de predicações não-convencionais. O fato de o trabalho ter-se iniciado com a hipótese da adjacência de caso teve como consequência que, de alguma forma, a relação de complementação ficou explicitada, enquanto a de predicação não foi sequer mencionada.

O primeiro objetivo, a avaliação sociolinguística, será coordenado por Fernando Tarallo. O primeiro tópico do segundo objetivo será coordenado por Charlotte Galves e deverá estudar a relação entre Sujeito Gramatical Lexical e Predicado. O segundo tópico, coordenado por Milton do Nascimento e Mary Kato, será o padrão com Expletivo \emptyset , a que chamaremos genericamente Apresentativo. E finalmente, o terceiro tópico, coordenado por Mary Kato e Dináh Callou, será o das construções com tópico.

Todos esses estudos não envolvem nova transcrição, podendo os dados já digitados ser reanalisados.

Um tópico que poderá ser desenvolvido-- a ser ainda discutido no grupo, quanto a cronograma-- e que envolve nova digitação, seria:

- Desvendar a harmonia transsintagmática, comparando-se o comportamento da interrupção e do preenchimento no fluxo sintático em função de blocos sintagmáticos nominais e preposicionais (e, eventualmente, adjetivais e adverbiais).

Notas

(1) No estudo de Kato (1987) considerou-se a possibilidade de complementos de verbo aparecerem, por exemplo, entre o Sujeito e o portador de flexão, principalmente em contextos contrastivos como João para o pai deu uma caixa de charuto e para a mãe um vidro de perfume, casos em que poderíamos falar em cadeia temática.

(2) A relação entre dois complementos somente foi considerada como sendo de predicação no caso de Co + Co (objeto + predicativo), mas não no caso de Co + C1, como o fazem alguns autores que adotam o princípio da árvore binária (Cf. Kayne, 1984).

(3) As categorias vazias resultantes de movimento não foram representadas.

(4) Kato (1989) defende a hipótese oracional das mini-orações, usando a argumento da ordem dos constituintes no português. Em análise posterior podemos estender nossas considerações levando em conta a hipótese oracional.

(5) Não estaremos assumindo a mesma obrigatoriedade para a posição Top, embora considerando a possibilidade de um tópico nulo nos casos de alguma posição argumental vazia.

(6) Todavia, dada a mobilidade dos adjuntos, não podemos assegurar que todos os transcritores tenham tomado as mesmas decisões nos vários contextos de elemento nulo.

Referências Bibliográficas

GALVES, Ch. (1987) Objet nul et prédication en Portugais du Brésil, Comunicação apresentada no 7o Colóquio Internacional de Linguística de Paris VIII, mimeo inédito.

KATO, M.A. (1985) A formal-functional approach; or an integrated view of language description. Trabalho apresentado no ENPULI, Universidade Federal do Ceará, julho de 1985.

----- (1987) A teoria da adjacência de caso e a posição entre o sujeito e o elemento portador de flexão em português. Estudos Linguísticos (XV Anais do Seminário do GEL): 213-221.

----- (1989) Mini-orações e a ordem dos constituintes no português, versão preliminar, discutida no III Encontro da ANPOLL, julho de 1989.

KAYNE, B. (1984) Connectedness and Binary Branching. Dordrecht: Foris.

PONTES, E. (1987) O Tópico no Português do Brasil, Campinas: Pontes Editores.

STOWELL, T. (1981) Origins of Phrase Structure, MIT: Tese de Doutorado.

TARALLO, F. e KATO, M.A. (1989) Harmonia trans-sistêmica: variação inter e intralinguística, Praedição 5, Campinas, Unicamp, 41 pp.

TARALLO et Alii (no prelo) Rupturas na ordem de adjacência canônica no português falado. Comunicação apresentada no II Seminário do Projeto da Gramática Oral, Lindoia, 1989.

III. PREENCHEDORES SINTATICOS NAS FRONTEIRAS DE
 CONSTITUINTES
 (Kato, Tarallo et alii)

- Mary Aizawa Kato
- Fernando Tarallo
- Charlotte Galves
- Milton do Nascimento
- Jairo Moraes Nunes
- Maura Alves de Freitas Rocha
- Dercir Pedro de Oliveira
- Emílio Gozze Pagotto
- Alvanã Boff
- Marilza de Oliveira

3.1. Os resultados globais quantitativos

O trabalho anterior (Tarallo, Kato et alii, 1990a), que analisou quantitativamente a ocorrência de preenchedores sintáticos e discursivos nas fronteiras, apresentou os seguintes resultados em relação às questões ali levantadas:

a. Qual a natureza do preenchedor em relação ao espaço de preenchimento?

I. Nenhum espaço é privilégio exclusivo de um tipo de preenchedor. Logo, espaço não define sua função.

II. Embora não haja uma relação biunívoca entre espaço de preenchimento e tipo de preenchedor, pode-se estabelecer uma relação de ocorrência preferencial de certos preenchedores em certos espaços:

IIIa. *Muyam* à esquerda é preferida por elementos discursivos

IIIb. *Muyam* à direita é preferida por elementos sintáticos

IIc. Fronteiras de atribuição de caso são preferidas por adjuntos;

IIId. Os demais espaços são indiferentes para tipo de preenchedor.

IIe. Conquanto esses demais espaços sejam semelhantemente indiferentes à qualidade do preenchedor, eles diferem quanto à quantidade de preenchimento. A posição entre Tópico e Sujeito é mais permeável a preenchimento do que a posição entre complemento e antitópico ou entre complementos.

Pôde-se concluir então que justamente as fronteiras de atribuição de caso são as mais permeáveis à penetração de preenchedores sintaticamente interpretáveis, o que mostra que são locais regidos por restrições de ordem mais formal. Um trabalho mais teórico agendado para o próximo ano deverá investigar por que certos preenchedores sintáticos e não outros aí podem ocorrer.

b. Os preenchedores discursivos parecem ser estratégias próprias para planejamento da fala, correspondendo aos espaços de pausa no fluxo da fala. Qual a relação entre planejamento e espaço de preenchimento?

Os resultados da pesquisa obtidos até o momento mostram que há uma ordem decrescente de quantidade de preenchimento de acordo com a distância, entretanto considerando o fluxo da fala. Além disso, o planejamento é mais complexo em situações de fala.

cada fluxo, o resultado mostra que há mais preenchimento nos momentos de maior planejamento.

3.2. As questões da presente pesquisa sobre os preenchedores sintáticos

Considerando-se agora apenas os preenchedores sintáticos, passamos a enumerar as questões que pretendemos responder:

- a. Qual a relação entre fronteira de preenchimento e tipo formal do preenchedor sintático?
- b. Qual a relação entre fronteira de preenchimento e função sintática do preenchedor?
- c. Quais as classes ou funções que apresentam fenômeno de variação posicional?
- d. Quais as possíveis explicações para essa variação?

A questão a. tem a ver com hipóteses correntes sobre o fator extensão fonológica ou complexidade estrutural, ambas referidas como 'peso' na literatura especializada. Espera-se que quanto mais longo ou complexo o preenchedor, maior será sua tendência a aparecer mais no fim da sentença. No entanto, para os casos de peso, maior no início.

As questões relativas à função (pergunta b.) têm a ver com a hipótese corrente, na gramática gerativa, sobre as possíveis posições de adjunção no português, interpretadas atualmente como uma função da morfologia flexional do verbo. Como vimos em trabalhos anteriores, o português ópta parametricamente por uma gramática que não exige adjacência entre o núcleo atribuidor de caso e o elemento regido. Com exceção da preposição, que categoricamente exige adjacência de seu regido, outros regentes como a flexão verbal que atribui nominativo e o verbo que atribui acusativo, permitem que elementos não-argumentais apareçam nessas fronteiras de atribuição de caso. Essa possibilidade de não-adjacência tem recebido uma explicação em função do estatuto da flexão verbal, em especial da concordância de pessoa, hoje vista como uma categoria nuclear independente da flexão de tempo.

Um trabalho mais teórico e mais detalhado sobre esse fenómeno da adjunção está agendado para a nossa próxima etapa de pesquisa. Tal tipo de trabalho deverá questionar o próprio conceito tradicional de adjunto, pois dentro dessa categoria parecem estar abrigados: a) elementos cuja função é estritamente de modificação (por exemplo, advérbios de intensidade); b) elementos com função de predicados ^{que subcategorizam o verbo} ~~(ref. de Castilho, 1977)~~ (Provavelmente S); c) elementos quasi-temáticos (benefactivos, instrumentais, dativos de interesse); d) elementos determinadores de aspecto (sempre, muitas vezes):

~~delimitam~~ ~~precisam~~ o referente.

Investigando o que tem ocorrido na gramática gerativa, verificamos que aquilo que era considerado um tipo de adjunto, como por exemplo a categoria Auxiliar, ou ainda o elemento COMP (complementizador), passa hoje para a classe dos núcleos. A negação, antes interpretada como adjunto do verbo, passa também a ter estatuto de núcleo. Tais mudanças nos levam até a especular se a categoria adjunto efetivamente existe. ^(cf. proposta de ...) Contudo, enquanto não tivermos uma justificativa convincente de que ele não existe, consideraremos todas essas funções como adjuntos, não apenas seguindo a terminologia tradicional para termos não-essenciais da oração, como também seguindo uma representação configuracional implícita de que um adjunto não altera a categoria à qual ele se adjunge.

Fig. 1.

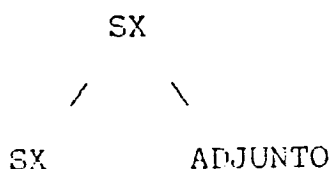
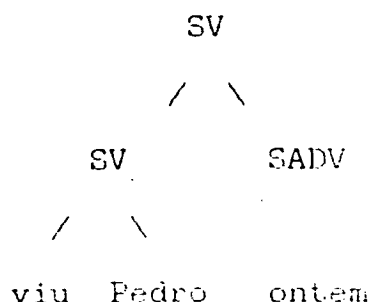


Fig. 2



Nem as formas e nem as funções dos adjuntos foram positivamente estabelecidas, mas foram sendo postuladas à medida que foram sendo necessárias para a transcrição de estruturas filológicas em termos de a ocorrência em...

Deixa: tanto a ocorrência para a categoria ou função não
incluída na análise. Em relação às funções dos preenchedores
advérbiais, no presente estudo complementa os estudos sobre
advérbios de Ilari et alii (1989, 1990), que fazem uma
proposta de subclassificação dos advérbios em uma linha
funcional/semântica, embora nem sempre as designações por
eles dadas coincidam inteiramente com as assumidas neste
trabalho.

No estudo anterior os pronomes clíticos foram incluídos no
conjunto de preenchedores sintáticos. No presente estudo
tais pronomes foram excluídos para serem tratados
separadamente em etapa posterior, uma vez que seu
posicionamento poderá ter muito a ver com aspectos
fonológicos, constituindo pois mais um estudo de interface
entre a sintaxe e a fonologia. Uma vez excluídos os
clíticos, passamos a chamar os preenchedores genericamente
de 'adjuntos'.

Em relação à possibilidade de variação posicional de certos
tipos de constituintes, supomos que ela advém de princípios
de canonicidade em níveis diferentes: semântico (agente
antes do paciente, animado antes do inanimado, premissa
antes da conclusão, etc); discursivo/textual (novo antes do
velho, fundo antes de figura, orientação antes de
replacimento e resolução), conforme sugerido em Kato (1987).
A análise de cada função contém também uma lista de exemplos.

a aparecer canonicamente em uma posição X, o mesmo constituinte pode estar sinalizando uma função textual (por exemplo, *figura vs fundo*), que prefere dar a ele outra posição sintática. Dar uma pista de como se dá a interação entre esses diversos níveis ou módulos cognitivos, poderá ser um dos tipos de discussão na conclusão a este trabalho.

Para responder a essas questões foram utilizados os seguintes fatores, além dos já selecionados para os estudos anteriores:

Grupo 9: Forma do preenchedor

Neste grupo estaremos focalizando a forma sintagmática do adjunto, utilizando para isso a representação corrente da teoria da X-barras, segundo a qual não apenas categorias lexicais, como nome e verbo, têm um núcleo, mas também as categorias funcionais (ou gramaticais) também o têm. Assim, da mesma forma que um SV tem uma cabeça verbal e complementos, o SP terá a preposição como núcleo e o SN como seu complemento. Além disso, uma sentença subordinada com complementizador terá este como núcleo e a sentença como seu complemento, constituindo o sintagma SC (sintagma complementador).

Passamos à exemplificação da transcrição realizada. Os símbolos à esquerda da categoria, números ou letras, correspondem ao valor utilizado na codificação dos dados.

1. advérbio monossilábico
ela eu *não* sei se faço isso. (DID/SSA-231:4/5)
2. advérbio dissilábico
mas *sempre* tem um bom número na reunião (DID/SSA-231:7/13)
3. advérbio polissilábico
eu *agora* eu falo depressa (DID/SP-360:139/128)
- P. SP simples
então *no teatro* eu acho que é bem mais difícil (DID/SP-234:108/185)
- 7 X. SP complexo
Bem, nós vamos não é admitir *aqui em aula* que existe
uma complementariedade entre esses três saberes (EF/RE-337:4/16)
- C. SPs sem cabeça: São implicitamente sintagmas
preposicionadas que podem ocorrer com a preposição nula.
já *outro dia* eu chamei você de Fernando (EF/RE-337:4/4)
- S. oração adverbial finita
eu não chego a ter a idéia *embora eu lá conviva com
brasileiros que trabalham.* (D2/RJ-355:4/35-36)
- R. oração reduzida
Ele não precisa ir a Universidade *para se preparar
para a vida profissional* (DID/SSA-231:5/5)
- Q. palavra *qu-*
Por que entrou a compreensão? (EF/POA-2709/165-166)
- A. sintagma adjetival
aprendeu a comer né? *sozinha* (DID/SSA-231:3/21)
- L. advérbio expandido
Não me apresentei *quase nada* apesar de gostar
muito...ter gostado muito né (DID/SP-281:111/297-297)
- então quando sai aquela folia assim de um correr atrás
do outro então ela se cala *um pouco* (D2/SP-360:112/130-130)

D. sentença sem cabeça: Trata-se de orações analisáveis como subordinadas adverbiais, mas que não têm um elemento subordinador.
eu, sofri um acidente há coisa de vinte dias atrás
(D2/RJ-355:2/36)

Grupo 10: Número de preenchedoras

U. adjunto único

Eles servem *muito* aquilo com churrasco

(DID/RJ)

M. adjunto múltiplo: Difere do adjunto complexo porque naquele a função do todo é a mesma enquanto neste tem-se mais de uma função.

E usam *muito* na alimentação peixe de rio

(DID/RJ)

Grupo 11: Função do adjunto

De forma geral, caracterizamos como funções aquelas já consagradas nas gramáticas tradicionais do português, acrescentando-se alguma outra ou subdividindo-as conforme a necessidade do corpus e sempre que possível utilizando a

nomeclatura dada por Ilari et alii (1989, 1990). ^{De qualquer forma,} ~~Os autores deste~~ trabalho têm plena consciência da vulnerabilidade do tipo de ~~perceção~~ adotados, ~~mas o fato de o corpus ter sido codificado por vários membros~~ Como já dissemos anteriormente, nem sempre pôde haver

coincidência completa entre a nossa análise e a de Ilari et alii, ^{Além disso,} principalmente porque no ~~próprio~~ trabalho destes um mesmo item pode aparecer analisado como aspectual e temporal. Para não haver diferença entre os transcritores, utilizamos um teste para separar os aspectuais dos temporais. Aquelles foram inicialmente definidos como os que denotam frequência e nada têm a ver com a referência deitica como *ontem*, por exemplo.

fulgor-se que uma análise que levasse em conta apenas a forma sintomática seria insuficiente para possibilitar uma interpretação verdadeira.

Essa definição semântica, contudo, gerou dúvidas, o que nos levou a um teste com base em um estudo de Kato e Tarallo (no prelo) sobre respostas afirmativas no português. Nesse estudo verificou-se que, ao lado do verbo e do auxiliar, certos elementos adverbiais podem aparecer como resposta a uma pergunta *sim/não*, isto é como o elemento assertivo da sentença. Serão justamente estes que estaremos chamando de aspectuais.

- Você já foi ao zoológico?

- Já.

- Você ontem foi ao zoológico?

- *Ontem.

A. aspectual

ainda existe o individualismo marcado

(EF/SP-405:49/61)

C. consecutivo

E a gente gostou tanto que ficava todo o dia jogando

(DID/POA-045:10-17)

D. conformativo

Dependendo de determinadas ocasiões, o dólar desce, ah desce

(D2/RJ-355:4/33)

E. concessivo

Eles querem sempre por mais que a gente dê eles querem sempre mais a coisa, né?

(DID/SSA)

F. finalidade

ele não precisa ir a Universidade pra se preparar para a vida profissional

(DID/SSA-231:5/5)

I. comparativo

eu como toda humanidade estou perplexo

(D2/RE-5:5/12)

L. locativo
"então no teatro eu acho que é bem mais difícil (DID/SP-234:108/185)

M. modo, meio, companhia, instrumental
eu compro a prazo (D2/RJ-355:3/6)

N. negação
O pessoal da pesquisa não é o do Direito (EF/RE-337:3/34)

P. causal
Estou sempre falando tudo depressa porque não dá tempo (D2/SP-360:139/128-129)

Q. intensificador
Não me apresentei quase nada apesar de gostar muito né (DID/SP-281:11/295-296)

R. proporcional
na medida em que acabava a caça do lugar ou que em vir tude da da época do ano no inverno por exemplo... os animais iam hibernar outros imigravam para lugares mais quentes (EF/SP-405:49/70-74)

S. condicional
se possível põe um aventalão (EF/SP-405:51/158)

T. temporal
então quando sai aquela folia assim de um correr atrás dela então ela... se cola um pouco (D2/SP-360:142/234-236)

Z. modalizador
então infelizmente este ano eu tive que fazer um empréstimo para pagar os doze mil (D2/RJ-355:2/10)

X. benefactivo, dativo de interesse
o dinheiro para mim não tem valor (D2/RJ-355:2/46)

K. predicativo do sujeito
prende a comer né? sozinha (DID/SP-231:3/21)

F. multi-focal (também, só, etc)
as cooperativas *também* são entidades realmente bastante
significativas

(DID/RE-131:3/21)

ou ainda casos que havíamos denominado, em um primeiro
momento da análise, de inclusão / exclusão, como em:
me custa dois mil e quinhentos cruzeiros por mês
*fora o dinheiro que eu tive que levar, os dólares,
os mil dólares que eu tive que levantar pra gastar
das despesas lá da Europa*

(D2/RJ-355:3/15-18)

Os fatores referentes a funções de outros níveis serão
introduzidos apenas na parte de discussão dos resultados,
como hipóteses a serem eventualmente testadas em trabalhos
posteriores. Incluem-se ainda aqui funções elencadas que
demonstraram ocorrência mínima no corpus: hipótese e
descritivo.

3.3. Descrição dos resultados

A tabela 1 a seguir apresenta a distribuição percentual dos adjuntos em relação às seis fronteiras analisadas nos trabalhos anteriores.

Tabela 1: Distribuição percentual dos adjuntos segundo fronteira sintática (em ordem decrescente)

FRONTEIRA	ADJUNTOS	%
margem à direita (x)	347	33,1%
margem à esquerda (f)	292	27,9%
margem limite de VP à esquerda (e)	244	23,3%
fronteira central de regência V e compl.(d)	122	11,7%
margem limite de IP à esquerda (a)	34	3,2%
mais próximo da margem à direita (o)	8	0,8%
Total	1047	

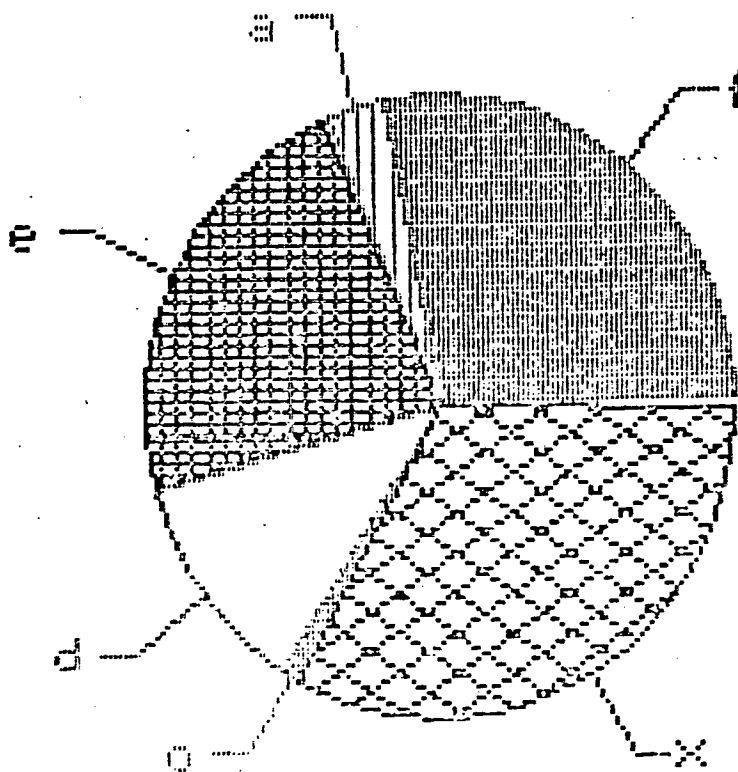


Figura 1: Distribuição de adjuntos segundo fronteira sintática

A figura 1 acima diagrama a penetração de preenchimentos de natureza sintática em fronteiras de constituintes, estabelecendo a seguinte hierarquia: $x > f > e > d > a > o$, assim confirmando resultados já obtidos segundo os quais a margem à direita é a mais susceptível à entrada de preenchedores sintaticamente interpretáveis.

Separando os 1047 casos de adjuntos alguns critérios foram adotados além deste sobre a fronteira sintática, conforme explicitado na seção anterior: 1. o fato de o adjunto aparecer em forma pura ou, contrariamente, acompanhado por outro segmento qualquer, de natureza sintática ou discursiva (ressalte-se que tal codificação já havia sido prevista e realizada na transcrição anterior dos dados; 2. o fato de o adjunto aparecer isolado ou em combinações múltiplas; 3. a forma dos adjuntos e 4. sua função sintático-semântica. Destes quatro critérios no presente trabalho examinaremos, com maior detalhamento, os dois últimos: forma e função dos adjuntos, associados à fronteira de constituintes. Antes de descrevermos, porém, os resultados obtidos para forma e função dos adjuntos, apresentaremos os resultados obtidos para os primeiros dois critérios acima citados.

A tabela 2 apresenta os resultados para a distribuição dos adjuntos em forma pura ou híbrida. Observe-se que os adjuntos em forma pura correspondem a mais da metade dos casos (667), seguindo-se ocorrências em que se misturam

adjunto e marcador discursivo (211 casos) e quatro outras combinações em menor grau e escala: adjunto e pausa (59 casos); conjuntor e adjunto (48 casos); marcador discursivo, adjunto e pausa (34 casos) e, finalmente, clítico e adjunto (18 casos) e conjuntor, elemento discursivo, adjunto (10 casos). Ressalte-se que os dados apresentados na tabela 2 resultam da codificação já realizada em etapa anterior do projeto, o que explica a presença dos clíticos.

Tabela 2: Adjuntos em forma pura ou híbrida

	N
adjuntos puros	667
adjunto + discursivo	211
adjunto + pausa	59
conjuntor + adjunto	48
discursivo + adjunto + pausa	34
clítico + adjunto	18
conjuntor+discursivo+adjunto	10
Total	1047

Sobre o fato de serem os adjuntos usados isoladamente, o que categorizamos na fatoração como 'único', ou acompanhados de outros adjuntos ('múltiplo' em nossa categorização), a figura 2 a seguir deixa clara a soberania dos adjuntos usados isoladamente.

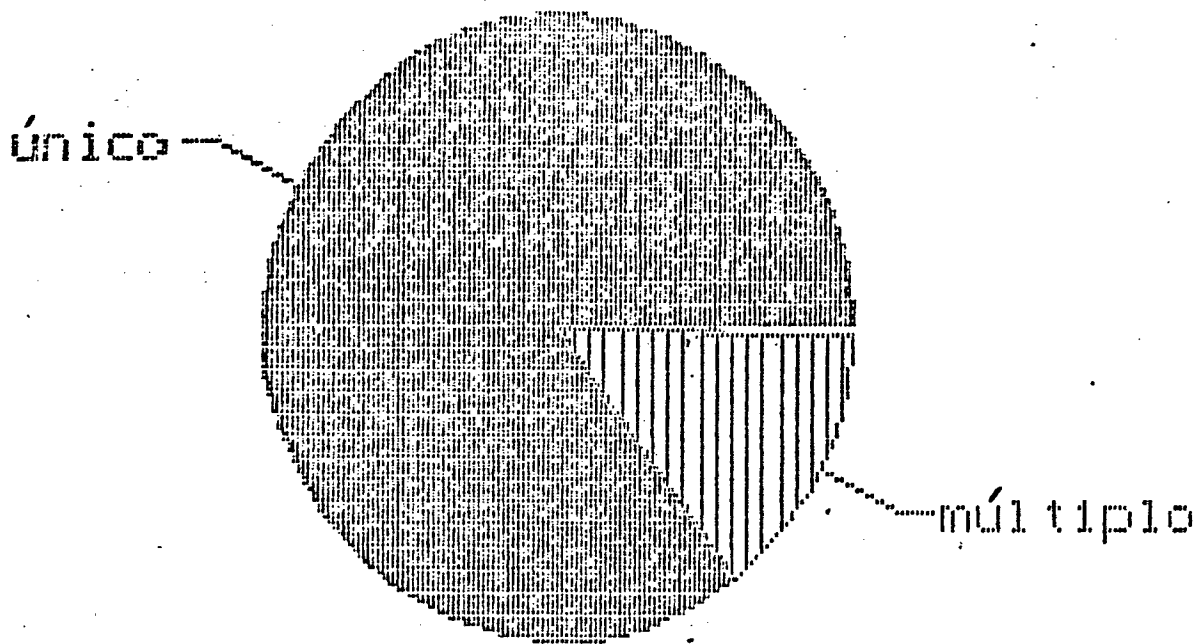


Figura 2 : Adjuntos: únicos e múltiplos

Passemos, pois, à parte mais importante desta primeira apresentação dos resultados obtidos na análise. A tabela 3 inicia a apresentação dos resultados para formas dos adjuntos segundo fronteira sintática, em ordem decrescente de ocorrência.

Tabela 3: Forma dos adjuntos segundo fronteira sintática

Fronteira f: Margem à esquerda/ ...TOP

SP	92 = 31,5%
oração adverbial finita	70 = 23,9%
advérbio dissilábico	31 = 10,6%
advérbio polissilábico	26 = 8,9%
advérbio monossilábico	25 = 8,5%
oração reduzida	14 = 4,8%
SP complexo	12 = 4,1%
SP sem cabeça	9

palavra QU	9
advérbio expandido	4
TOTAL	292

Fronteira a: Margem limite de IP à esquerda/ TOP ...S

SP	9 = 26,5%
advérbio polissilábico	9 = 26,5%
oração adverbial finita	7 = 20,5%
advérbio monossilábico	3
oração reduzida	3
advérbio dissilábico	2
SP sem cabeça	1
TOTAL	34

Fronteira e: Margem limite de VP à esquerda/ (S)...VP

advérbio monossilábico	183 = 75,0%
advérbio polissilábico	22 = 9,0%
advérbio dissilábico	19 = 7,8%
SP	13 = 5,3%
oração adverbial finita	3
SP sem cabeça	2
oração reduzida	2
TOTAL	244

Fronteira d: Fronteira central de regência Verbo e complemento/ V...Co/C1

advérbio dissilábico	53 = 43,4%
advérbio polissilábico	19 = 15,6%
advérbio monossilábico	16 = 13,1%
SP	16 = 13,1%
advérbio expandido	8
SP sem cabeça	3
oração reduzida	2
oração adverbial finita	2
SP complexo	2
sintagma adjetival	1
TOTAL	122

Fronteira o: Mais próximo da margem à direita/ Co...Co/C1

SP	3 = 37,5%
advérbio monossilábico	2 = 25,0%
advérbio dissilábico	1
oração reduzida	1
advérbio polissilábico	1
TOTAL	8

Fronteira x: Margem à direita/ Co/C1...(ANTITOP)

SP	118 = 34,0%
oração adverbial finita	84 = 24,3%

oração reduzida	37 = 10,6%
advérbio dissilábico	34 = 9,8%
advérbio polissilábico	24 = 6,9%
SP sem cabeça	10
advérbio monossilábico	9
SP complexo	9
sentenças finitas/infini- tivas sem cabeça	9
advérbio expandido	6
sintagma adjetival	6
palavra QU	1
TOTAL	347

Embora os dados estejam sensivelmente representados em quase todas as fronteiras, vale observar que as quatro fronteiras que não envolvem atribuição de caso privilegiam a forma SP, enquanto as duas fronteiras de atribuição de caso favorecem a presença do advérbio em suas três manifestações silábicas consideradas. Um comentário mais pertinente, entretanto, é viabilizado a partir do Quadro 1 a seguir: Trata-se de uma representação com Ns absolutos das formas de adjuntos mais frequentes na amostra analisada, distribuídos segundo fronteira sintática.

Quadro 1: Distribuição das formas de adjuntos por fronteiras

	f	a	e	d	o	x
SP	92	9	13	16	3	118
advérbio monossilábico	25	3	183	16	2	9
oração adverbial finita	70	7	3	2	-	84
advérbio dissilábico	31	2	19	53	1	34
advérbio polissilábico	26	9	22	19	1	24
oração reduzida	14	3	2	2	1	37
SP sem cabeça	9	1	2	3	-	10
SP complexo	12	-	-	2	-	9
advérbio expandido	4	-	-	8	-	6
palavra QU	9	-	-	-	-	1
sentença finita/infini- tiva sem cabeça	1	-	-	-	-	9
sintagma adjetival	-	-	-	1	-	6
Total	292	34	244	122	8	347

Os hífenos no quadro acima indicam não ocorrência da forma de adjunto em particular na respectiva fronteira. Vale observar que alguns adjuntos ocorrem maciçamente em uma determinada fronteira enquanto outros estabelecem um equilíbrio de uso ao longo do enunciado. Vejamos:

1. SPs, orações adverbiais finitas, orações reduzidas, SPs sem cabeça e SPs complexos estabelecem um equilíbrio entre as duas margens extremas, à esquerda e à direita. Cumpre ainda observar que destas quatro formas de adjuntos, duas (orações adverbiais finitas e orações reduzidas) são notadamente proposicionais e se posicionam, conforme o esperado, nas duas laterais do enunciado.

2. Outras formas de adjuntos consideradas indicam um pico em uma fronteira específica: advérbios monossilábicos na fronteira entre sujeito e verbo; advérbios dissilábicos na fronteira central de regência verbo e complemento, embora a ocorrência dessa forma nas fronteiras laterais seja também numericamente significativa.

3. Outras formas apresentam um equilíbrio de uso balanceado ao longo do enunciado. Neste sentido, considerem-se os advérbios polissilábicos.

4. Finalmente, as demais formas, embora caracterizáveis conforme 1., 2., ou 3. acima, apresentam muito poucos dados o que nos proíbe uma taxonomia mais apurada neste momento.

Vale ressaltar, entretanto, os hifens presentes no quadro acima: embora tais hifens não remetam necessariamente à impossibilidade de ocorrência, eles efetivamente atestam casos de não ocorrência. Ou seja: ao explicitarmos os hifens, não estamos atestando casos em que a gramática prediz a impossibilidade de ocorrência da forma, que pode até chegar a ser o caso, mas simplesmente registrando que, em face da amostra analisada, não foram encontradas ocorrências para as formas em questão em relação a determinadas fronteiras. Essas não ocorrências, representadas no quadro acima pelo hifen, seguem listadas abaixo, resumidas no quadro 2:

Quadro 2: Não ocorrência de formas segundo fronteiras

	f	a	e	d	o	x
SP sem cabeça	+	+	+	+	-	+
SP complexo	+	-	-	+	-	+
advérbio expandido	+	-	-	+	-	+
palavra QU	+	-	-	-	-	+
sentença finita/inf.s/cab.	+	-	-	-	-	+
sintagma adjetival	-	-	-	+	-	+

Ou seja: do quadro acima, uma única fronteira avulta como a grande facilitadora da entrada de qualquer forma de adjunto considerada no trabalho: a fronteira x, margem à direita.

A exemplo do que havíamos feito para as formas dos adjuntos encontradas no corpus, efetuamos uma análise detalhada para

as funções sintático-semânticas dos mesmos segundo fronteira sintática. Tais resultados são apresentados a seguir na tabela 4.

Tabela 4: Função dos adjuntos segundo fronteira sintática

Fronteira f: Margem à esquerda/ ...TOP

temporal	109 = 37,3%
locativo	61 = 20,8%
condicional	29 = 9,9%
aspectual	20 = 6,8%
causal	15 = 5,1%
modalizador	14 = 4,7%
modo (meio/modo/companhia/ instrumento)	11 = 4,7%
multi-focais	13 = 4,4%
concessivo	4
finalidade	3
proporcional	3
benefactivo(experienciador)	2
predicativo do sujeito	1
consecutivo	1
conformativo	1
descritivo	1
hipótese	1
TOTAL	292

Fronteira a: Margem limite de IP à esquerda/ TOP ...S

locativo	9 = 26,4%
temporal	8 = 23,5%
modalizador	4 = 11,7%
aspectual	3 = 8,8%
finalidade	2
causal	2
condicional	2
concessivo	2
conformativo	1
benefactivo	1
TOTAL	34

Fronteira e: Margem limite de VP à esquerda/ (S)...V

negação	129 = 52,8%
aspectual	63 = 25,8%
multi-focais	17 = 6,9%
temporal	15 = 6,1%
locativo	7 = 2,8%
modalizador	3
modo	2

finalidade	1
causal	1
benefactivo	1
condicional	1
predicativo do sujeito	1
comparativo	1
conformativo	1
proporcional	1
TOTAL	244

Fronteira d: Fronteira central de regência Verbo e complemento/ V...Co/C1	
intensificador	47 = 38,5%
multi-focais	21 = 17,2%
aspectual	12 = 9,8%
locativo	12 = 9,8%
modo	9 = 7,3%
modalizador	7 = 5,7%
temporal	7 = 5,7%
comparativo	2
negação	1
finalidade	1
benefactivo	1
predicativo do sujeito	1
conformativo	1
TOTAL	122

Fronteira o: Mais próximo da margem à direita/ Co...Co/C1	
aspectual	2 = 25,0%
finalidade	2 = 25,0%
multi-focais	1
temporal	1
locativo	1
comparativo	1
TOTAL	8

Fronteira x: Margem à direita/ Co/C1...ANTITOP	
modo	60 = 17,2%
causal	59 = 17,0%
locativo	52 = 14,9%
temporal	51 = 14,6%
finalidade	32 = 9,2%
multi-focais	27 = 7,7%
intensificador	13 = 3,7%
aspectual	8 = 2,3%
benefactivo	7
condicional	7
concessivo	7
modalizador	6
predicativo do sujeito	6
comparativo	5

consecutivo	3
conformativo	2
descritivo	2
TOTAL	347

Novamente o quadro que emerge quando se consideram as funções dos adjuntos se aproxima do obtido para as formas, ou seja: determinadas fronteiras parecem privilegiar certas funções, embora não categoricamente. O Quadro 3 a seguir lista, a exemplo do Quadro 1 para as formas dos adjuntos, as funções com Ns absolutos segundo fronteira sintática.

Quadro 3: Distribuição das funções dos adjuntos por fronteiras sintáticas

	f	a	e	d	o	x
temporal	109	8	15	7	1	51
locativo	61	9	7	12	1	52
negação	-	-	129	1	-	-
aspectual	20	3	63	12	2	8
modo	14	-	2	9	-	60
causal	15	2	1	-	-	59
multi-focal	13	-	17	21	1	27
intensificador	-	-	-	47	-	13
finalidade	3	2	1	1	2	32
condicional	29	2	1	-	-	7
modalizador	14	4	3	7	-	6
concessivo	4	2	-	-	-	7
benefactivo	2	1	1	1	-	7
comparativo	-	-	1	2	1	5
predicativo do sujeito	1	-	1	1	-	6
conformativo	1	1	1	1	-	2
consecutivo	1	-	-	-	-	3
proporcional	3	-	1	-	-	-
descritivo	1	-	-	-	-	2
hipótese	1	-	-	-	-	-

O Quadro 3 acima permite algumas observações gerais sobre os adjuntos segundo sua função sintático-semântica.

1. As margens laterais, tanto esquerda quanto direita, privilegiam adjuntos com função temporal e locativa. Além destas, a margem direita abre espaço para um sensível uso de adjuntos com função de causa ou de modo.

2. A função de negação e de aspecto são privilegiadas pela fronteira e, isto é: entre sujeito e verbo, enquanto a fronteira d, entre verbo e complementos, abre espaço para os multi-focais/operadores de escopo e os intensificadores.

3. Os números são baixos para avaliar as fronteiras a e o, mas os dados parecem sugerir uma semelhança de comportamento entre a margem limite de IP à esquerda e a margem à esquerda.

O mesmo comentário feito para o uso de hifens no quadro 1 é válido para este quadro. Assim, listaremos, no quadro 4 a seguir, as funções de adjuntos que não ocorreram em determinadas fronteiras. São elas:

Quadro 4: Não ocorrência de funções segundo fronteiras

	f	a	e	d	o	x
negação	-	-	+	+	-	-
modo	+	-	+	+	-	+
causal	+	+	+	-	-	+
multi-focais	+	-	+	+	+	+
intensificador	-	-	-	+	-	+
condicional	+	+	+	-	-	+
modalizador	+	+	+	+	-	+
concessivo	+	+	-	-	-	+
benefactivo	+	+	+	+	-	+
comparativo	-	-	+	+	+	+
predicativo do sujeito	+	-	+	+	-	+
conformativo	+	+	+	+	-	+
consecutivo	+	-	-	-	-	+

proporcional	+	-	+	-	-	-
descritivo	+	-	-	-	-	+
hipótese	+	-	-	-	-	-

Ou seja: as duas fronteiras que permitem a entrada de praticamente qualquer função de adjunto são as fronteiras f e x, margem à esquerda e à direita, enquanto a fronteira q apresenta traços fundamentalmente negativos.

Finalmente, a tabela 5 a seguir nos permite apreciar até que ponto a distribuição dos adjuntos por fronteira sintática obedece mais a critérios formais do que funcionais. Na realidade, o que os dados apresentados na tabela 5 parecem sugerir é que a função dos adjuntos administra sua entrada nas fronteiras de constituintes muito mais fortemente do que sua forma. Para tal verifique-se a força dos comentários 1 e 2 sobre a função dos adjuntos e a multiplicidade de formas associada a eles nas respectivas fronteiras.

Tabela 5: Forma e função dos adjuntos segundo fronteira sintática

Fronteira f: Margem à esquerda

Qtd.	Forma	Função
36	SP	locativo
33	oração adverbial finita	temporal
29	SP	temporal
25	oração adverbial finita	condicional
19	advérbio dissilábico	temporal
10	advérbio dissilábico	locativo
9	advérbio monossilábico	locativo
8	advérbio polissilábico	aspectual
8	SP sem cabeça	temporal
7	advérbio polissilábico	modalizador
7	advérbio polissilábico	temporal
6	SP complexo	temporal
6	SP complexo	locativo

5	oração adverbial finita	causal
5	SP	modalizador
5	SP	causal
5	palavra QU	causal
5	advérbio polissilábico	multi-focal
4	advérbio monossilábico	multi-focal
4	SP	modo
4	SP sem cabeça	multi-focal
4	oração reduzida	condicional
4	advérbio dissilábico	multi-focal
3	SP sem cabeça	aspectual
3	oração reduzida	modo
3	oração adverbial finita	concessivo
3	SP	aspectual
3	advérbio dissilábico	aspectual
3	advérbio dissilábico	modo
2	advérbio expandido	aspectual
2	palavra QU	aspectual
2	palavra QU	temporal
2	oração adverbial finita	proporcional
2	oração reduzida	temporal
1	advérbio dissilábico	modalizador
1	SP sem cabeça	pred. do sujeito
1	oração reduzida	finalidade
1	oração reduzida	modalizador
1	oração reduzida	descritivo
1	oração reduzida	hipótese
1	oração reduzida	conformativo
1	oração adverbial finita	finalidade
1	oração adverbial finita	modo
1	sent.fin./inf.sem cabeça	temporal
1	SP	finalidade
1	SP	benefactivo
1	SP	concessivo
1	SP	consecutivo
1	SP	comparativo
1	SP	proporcional

Fronteira a: Margem limite de IP à esquerda

Qtd.	Forma	Função
5	SP	locativo
3	advérbio polissilábico	temporal
3	advérbio polissilábico	aspectual
3	advérbio polissilábico	modalizador
3	advérbio monossilábico	locativo
2	oração adverbial finita	temporal
2	oração adverbial finita	condicional
2	oração reduzida	finalidade
2	SP	temporal
1	oração adverbial finita	causal
1	oração adverbial finita	conformativo
1	oração adverbial finita	concessivo

1	oração reduzida	concessivo
1	SP	causal
1	SP	benefactivo
1	SP sem cabeça	temporal
1	advérbio dissilábico	locativo
1	advérbio dissilábico	modalizador

Fronteira e: Margem limite de VP à esquerda

Qtd.	Forma	Função
129	advérbio monossilábico	negação
44	advérbio monossilábico	aspectual
12	advérbio polissilábico	aspectual
8	advérbio monossilábico	multi-focal
6	advérbio dissilábico	multi-focal
6	advérbio dissilábico	aspectual
6	advérbio dissilábico	temporal
5	SP	locativo
4	advérbio polissilábico	temporal
3	SP	temporal
3	advérbio polissilábico	multi-focal
2	advérbio polissilábico	modalizador
2	advérbio monossilábico	temporal
1	advérbio monossilábico	locativo
1	SP sem cabeça	aspectual
1	SP sem cabeça	temporal
1	advérbio dissilábico	locativo
1	SP	causal
1	SP	modalizador
1	SP	modo
1	SP	proporcional
1	SP	benefactivo
1	advérbio polissilábico	modo
1	oração adverbial finita	conformativo
1	oração adverbial finita	finalidade
1	oração adverbial finita	condicional
1	oração reduzida	comparativo

Fronteira d: Fronteira central de regência verbo e complementos

Qtd.	Forma	Função
31	advérbio dissilábico	intensificador
11	advérbio dissilábico	multi-focal
10	SP	locativo
7	advérbio dissilábico	aspectual
7	advérbio expandido	intensificador
7	advérbio polissilábico	modalizador
7	advérbio monossilábico	multi-focal
5	advérbio monossilábico	intensificador
4	advérbio polissilábico	intensificador
3	advérbio polissilábico	aspectual

3	SP	modo
2	advérbio monossilábico	temporal
2	SP sem cabeça	temporal
2	advérbio polissilábico	multi-focal
2	advérbio polissilábico	temporal
1	advérbio monossilábico	negação
1	advérbio monossilábico	aspectual
1	advérbio monossilábico	modo
1	SP sem cabeça	aspectual
1	advérbio dissilábico	locativo
1	advérbio dissilábico	modo
1	advérbio dissilábico	finalidade
1	SP	temporal
1	SP	comparativo
1	SP	benefactivo
1	advérbio expandido	modo
1	advérbio polissilábico	modo
1	oração adverbial finita	modo
1	oração adverbial finita	conformativo
1	SP complexo	locativo
1	SP complexo	modo
1	sintagma adjetival	pred.do sujeito
1	oração reduzida	multi-focal
1	oração reduzida	comparativo

Fronteira o: Mais próximo da margem à direita

Qtd.	Forma	Função
2	advérbio monossilábico	aspectual
1	advérbio polissilábico	finalidade
1	oração reduzida	finalidade
1	SP	temporal
1	SP	locativo
1	SP	comparativo
1	advérbio dissilábico	multi-focal

Fronteira x: Margem à direita

Qtd.	Forma	Função
53	oração adverbial finita	causal
37	SP	locativo
36	SP	modo
25	SP	temporal
17	advérbio dissilábico	multi-focal
15	oração reduzida	finalidade
12	oração reduzida	modo
7	oração adverbial finita	temporal
7	SP	benefactivo
6	advérbio polissilábico	modo
6	oração adverbial finita	finalidade
6	SP sem cabeça	temporal
6	SP complexo	locativo

6	sent.fin./inf.sem cabeça	finalidade
6	sintagma adjetival	pred.do sujeito
5	advérbio polissilábico	aspectual
5	oração adverbial finita	concessivo
5	oração adverbial finita	comparativo
4	advérbio polissilábico	temporal
4	oração adverbial finita	condicional
4	SP	causal
4	SP	multi-focal
3	sent.fin./inf.sem cabeça	temporal
3	advérbio monossilábico	multi-focal
3	oração adverbial finita	consecutivo
3	oração reduzida	condicional
3	advérbio polissilábico	multi-focal
3	advérbio polissilábico	modalizador
3	advérbio monossilábico	locativo
3	advérbio expandido	intensificador
3	advérbio dissilábico	modo
3	advérbio dissilábico	temporal
3	advérbio dissilábico	intensificador
2	advérbio monossilábico	intensificador
2	oração reduzida	concessivo
2	oração reduzida	descritivo
2	oração reduzida	causal
2	oração reduzida	temporal
2	SP	finalidade
2	SP	intensificador
2	advérbio polissilábico	intensificador
2	advérbio dissilábico	modalizador
1	advérbio monossilábico	modo
1	SP sem cabeça	aspectual
1	SP sem cabeça	finalidade
1	SP sem cabeça	locativo
1	SP sem cabeça	intensificador
1	palavra QU	modo
1	oração reduzida	modalizador
1	oração reduzida	finalidade
1	oração adverbial finita	conformativo
1	SP complexo	aspectual
1	SP complexo	finalidade
1	SP complexo	temporal
1	SP	conformativo
1	advérbio expandido	modo
1	advérbio expandido	temporal
1	advérbio expandido	locativo

Um ponto interessante de análise é a questão da biunivocidade entre forma e função dos adjuntos. A tabela 5 deixa claro que, independentemente de serem as formas dos

adjuntos em alguns casos mais favorecidas em determinadas fronteiras sintáticas do que em outras, a função dos adjuntos parece adequar subfatores com fronteiras sintáticas. Assim, nos casos de temporal e locativo, presentes maciçamente nas duas margens laterais, fica evidente a supremacia da função sobre a forma uma vez que as duas funções aparecem representadas por uma gama de formas.

Resta saber, entretanto, se exatamente em função de fronteira sintática, algumas funções se manifestam mais favoravelmente em uma forma do que outra. Tomamos, então, a título de exemplificação, três funções para os adjuntos: os locativos (que imperam nas margens, mas se manifestam também em outras fronteiras), os intensificadores, com o pico de uso na fronteira entre verbo e complemento, e não uso nas fronteiras f, a, e, e o; e os aspectuais, com o pico de uso na fronteira entre sujeito e verbo, mas também com ocorrência nas demais fronteiras. Assim, temos três casos diferenciados:

1. locativo: pico em duas fronteiras, com uso menor nas demais;
2. intensificador: pico em uma fronteira e sem uso em quatro fronteiras;
- e
3. aspectuais: pico em uma fronteira, com uso menor nas demais.

O quadro 5 a seguir demonstra, com base nestas três funções, que não se pode falar, em hipótese alguma, de uma biunivocidade entre forma e função. Observe-se que mesmo para a função com pico em uma fronteira e não uso em outras, o intensificador, a gama de formas representadas é variada demais, proibindo uma correlação entre forma e função. Nos casos de pico em uma fronteira e uso menor nas demais e, mais fortemente ainda, pico em duas fronteiras e uso menor nas demais, a correlação entre forma e função a ser obtida deveria ser ainda menor. E é exatamente o que o quadro a seguir demonstra.

Quadro 5: Formas usadas para três funções em seis fronteiras sintáticas.

função: locativo	intensificador	aspectual
--fronteira f:		
SP		adv. diss.
advérbio dissilábico		adv. polis.
adv. monossilábico		SP s/cab.
SP complexo		SP
		adv. exp.
		palavra QU
--fronteira a:		
SP	-	adv. polis.
adv. monossil.		
adv. dissil.		
--fronteira e:		
SP	-	adv. monosil.
adv. monossil.		
adv. dissil.		adv. diss.
		adv. polis.
		SP s/cab.
--fronteira d:		
SP	adv. dissil.	adv. polis.
adv. dissil.	adv. expandido	adv. dissil.

SP complexo	adv.monossil. adv.polis.	adv.monos. SP s/cab.
--fronteira o: SP	-	adv.monos.
--fronteira x: SP SP complexo SP s/cabeça adv.monos. SP s/ cabeça. advérbio expandido	adv.expandido adv.dissil. adv. monossil. SP adv. polissil. SP s/cabeça.	adv.polis. SP s/cab. SP comp.

A questão da variação posicional destina-se a especular sobre o tipo de explicação a ser dada à forma ou função dos adjuntos tendo em vista sua distribuição percentual pelas fronteiras sintáticas. Ou seja: até que ponto a uma distribuição percentual de uma natureza e não de outra qualquer corresponde uma explicação de natureza mais gramatical, funcional ou estilística no sentido da variação individual. E nossa hipótese que a interpretação para tanto as formas quanto as funções dos adjuntos fique presa ao nível mais gramatical e ou funcional/textual enquanto preenchedores de outra natureza, notadamente os discursivos, deverão demonstrar um condicionamento mais funcional-estilístico para a distribuição de suas ocorrências.

Para encerrar:

Vejam os:

POR FORMA:

grupo 1: pico em uma fronteira, uso menor em todas as demais:

advérbio monossilábico (e)

advérbio dissilábico (d)

grupo 2: pico em uma fronteira, não uso em algumas

palavra QU (f=pico; a,e,d,o= não ocorrência)

sentença finita/inf.sem cabeça (x=pico;a,e,d,o= não ocorrência)

sintagma adjetival (x=pico; f,a,e,d,o= não ocorrência)

grupo 3

2: pico em duas fronteiras, uso menor em todas as demais:

SP (f,x)

oração reduzida (f,x)

grupo 4: pico em duas, não uso em algumas

oração adverbial finita (f,x=pico; o= não ocorrência)

SP sem cabeça (f,x=pico; o= não ocorrência)

SP complexo (f,x=pico; a,e,o= não ocorrência)

advérbio expandido (d,x=pico; a,e,o= não ocorrência)

grupo 5: uso balanceado em todas as fronteiras

advérbio possilábico

FOR FUNÇÃO:

grupo 1: pico em uma, uso menor nas demais

aspectual (e)

finalidade (x)

grupo 2: pico em uma, não uso em algumas

negação (e=pico; f,a,o,x=não ocorrência)

modo (x=pico;a,o=não ocorrência)

causal (x=pico; d,o= não ocorrência).

intensificador (d=pico; f,a,e,o= não ocorrência)

condicional (f=pico;o= não ocorrência)

modalizador (f=pico;o= não ocorrência)

concessivo (x=pico;e,d,o= não ocorrência)

benefactivo (x=pico;o= não ocorrência)

comparativo (x=pico; f,a,o= não ocorrência)

predicativo do sujeito (x=pico; a,o= não ocorrência)

conformativo (x=pico; o= não ocorrência)

consecutivo (x=pico; a,e,d,o= não ocorrência)

proporcional (f=pico; a,d,o,x= não ocorrência)

descritivo (x=pico;a,e,d,o= não ocorrência)

hipótese (f=pico; a,e,d,o,x= não ocorrência)

grupo 3: pico em duas, uso menor nas demais

temporal (f,x)

locativo (f,x)

grupo 4: pico em duas, não uso em algumas

multi-focal (d,x=pico; a= não ocorrência)

grupo 5: uso balanceado em todas as fronteiras
não há funções registradas neste grupo.

3.4. Discussão dos resultados

Como ficou evidente na análise dos resultados, não houve biunivocidade entre forma ou função do preenchedor e tipo de fronteira, havendo, em relação à função, certas tendências que merecem ser discutidas.

Esse resultado negativo em relação às duas primeiras questões formuladas nos objetivos não tiram o interesse dessa pesquisa. Começaremos comentando os resultados em relação a forma.

A primeira pergunta -- Qual a relação entre fronteira de preenchimento e tipo formal do preenchedor sintático? -- estava baseada nas hipóteses do peso fonológico e da complexidade do constituinte e sua posição linear. Como sabemos, a expectativa era de que quanto mais longo ou mais complexo um sintagma, mais à direita ele ocorreria. Tais hipóteses foram totalmente desconfirmadas globalmente. Olhemos comparativamente para constituintes que diferem apenas em termos de peso fonológico, que é o caso dos advérbios quanto ao número de sílabas.

Fronteira	f	a	e	d	o	x
Advérbio						
monossilábico	25	3	183	16	2	9
dissilábico	31	2	19	53	1	34
polissilábico	26	9	22	19	1	24

Os dissilábicos e polissilábicos distribuem-se homogeneamente pelas fronteiras inicial, medial e final, e os monossilábicos concentram-se maciçamente na fronteira medial, dando preferência, em segundo lugar, para a fronteira inicial. Pode-se dizer, então, apenas quanto aos monossilábicos, que eles tendem a rejeitar a posição final, possivelmente dado ao seu pouco peso fonológico.

Quanto ao fator complexidade faremos aqui três comparações:

- 1) advérbios nus vs advérbios expandidos
- 2) SPs sem cabeça, SPs e SPs complexos
- 3) orações reduzidas e finitas

Fronteira	f	a	e	d	o	x
Advérbios nus	82	13	224	88	4	67
expandidos	4	-	-	8	-	6

Os advérbios nus concentram-se na fronteira medial e apresentam uma incidência equilibrada nas extremidades. Quanto às expandidas, embora numericamente inexpressivas, também não apresentam evidência da relação complexidade e posição.

Fronteira	f	a	e	d	o	x
SPs sem cabeça	9	1	2	3	-	10
SP	92	9	13	16	3	118
SP complexo	12	-	-	2	-	9

Os três tipos, embora difiram em termos de complexidade, apresentam uma distribuição semelhante: maior concentração nas extremidades. O SP complexo, o mais complexo dos três, apresenta um número maior na fronteira inicial, contrariando totalmente a expectativa.

Fronteira	f	a	e	d	o	x
Orações						
Finitas	70	7	3	2	-	84
Reduzidas	14	3	2	2	1	37

Mais uma vez a expectativa de que tanto reduzidas quanto as orações finitas tivessem uma ocorrência crescente para a direita não é satisfeita. Há uma preferência nítida pelas extremidades e, entre as duas, há preferência evidente pela direita. Mas se compararmos a primeira e a segunda fronteiras, a tese da escala de complexidade não se sustenta.

A preferência dos SPs e sentenças pelas extremidades explica-se naturalmente pela tese de Stowell (1981), para quem as sentenças ocupam tais posições por não receberem caso e, portanto, a sua adjacência ao seu regente não ser exigida. Os SPs podem igualmente aparecer nas margens, fora do núcleo de regência do verbo e da flexão, por terem um regente interno, a preposição.

Fica evidente nessas comparações, mais diferenciadas quanto a peso e complexidade e mais homogeneizadas quanto a tipo,

que não podemos manter a tese do peso ou da complexidade na ordem dos preenchimentos.

Passemos agora à discussão em relação aos resultados obtidos com o fator função.

A fronteira fechada para preenchedores é a α , isto é, Co...Cl e Co...Co. Podemos dizer que é a fronteira entre o que tradicionalmente chamamos complementos. A gramática tradicional não vê uma relação gramatical entre os complementos, no caso de os complementos serem o objeto direto e o indireto, mas vê claramente uma relação de predicação entre o objeto e o seu predicativo (Co...Co). Se considerarmos, como Kayne(1984), que entre o objeto direto e o indireto também há uma relação de predicação de tal forma que, em Dei um livro para a Maria, um livro para a Maria têm a mesma relação predicativa que temos em Maria inteligente, que aparece em Acho Maria inteligente, podemos chegar a uma generalização de que em predicações não verbais há uma imposição de adjacência entre o sujeito e o predicado.

Embora os resultados tenham revelado que não há uma biunivocidade perfeita entre fronteira e função, fica evidente que há claras preferências por zonas. Os adjuntos quase-argumentais como locativo, benefactivo e modo (instrumental, meio, maneira e companhia), preferem a

margens e destas o locativo tem preferência pela margem direita. Os que têm a ver com tempo, separados em aspectuais e temporais, mostram que a divisão foi pertinente, pois aqueles preferem posições adjacentes ao verbo e estes posições que fogem do domínio de regência. O que isso mostra é que os temporais têm mais afinidade com o locativo, formando juntos o eixo temporal e espacial em que um evento ocorre, ambos tendendo a ocorrer em posição não-argumental. Os aspectuais, por outro lado, ficam adjacentes ao elemento que carrega as flexões temporais e aspectuais. Os que têm uma função modalizadora preferem a zona pré-sentencial, harmonizando-se trans-sintagmaticamente com outras categorias modalizadoras (cf Kato, 1988) como os verbos modais, que aparecem antes de todos os verbos, e os adjetivos modais que aparecem antes do nome e de outros adjetivos e modificadores nominais. Condicionais e causais apresentam preferências opostas: as primeiras no início e as últimas no fim. Podemos dizer que aqui temos um tipo de canonicidade semântica: na primeira, premissa antes da conclusão, e, na segunda, causa antes do efeito. Os multifocais não apresentam preferência, mas isso é explicável dada a sua capacidade de terem como escopo qualquer tipo de categoria. Finalmente, os intensificadores interrompem maciçamente a fronteira verbo ... complemento, exatamente a fronteira de atribuição de caso acusativo, sendo a única função que não apresenta qualquer variação posicional. Isso nos leva a especular sobre a possibilidade de tais elementos

terem sua posição no Especificador do objeto, de tal maneira que a adjacência para atribuição de caso seria respeitada. Um estudo sobre a possibilidade teórica dessa análise está programado para a próxima etapa. As demais funções apresentam uma incidência baixa para merecer qualquer apreciação significativa.

Vejam agora a terceira e a quarta perguntas de nosso trabalho e que têm a ver com variação. Podemos dizer que com exceção dos intensificadores que se apresentam categoricamente na fronteira d, e dos multi-focais cujo posicionamento depende da categoria que eles têm como escopo, não constituindo, portanto, um fenômeno de variação, todas as demais funções, em suas várias formas, apresentam variação posicional. Não pretendemos fazer uma análise de fatores que condicionam essa variação em detalhe. Apenas queremos lançar hipóteses a serem testadas em trabalhos mais aprofundados em etapas posteriores.

Tomando a variação posicional dos temporais e locativos, que podem aparecer produtivamente nas duas margens externas extremas, podemos dizer que se trata de uma variação apenas no nível das funções semânticas, e não no nível de funções textuais. Assim, os adjuntos temporais e locativos aparecem no início quando constituem a orientação do evento, no sentido de Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972), ou de fundo na terminologia givoniana (Cf. Givón, 1979). Quando,

porém, fazem parte da complicação, eles se situam como parte da predicação da sentença, posicionando-se, pois, em posição pós-verbal. O que teríamos, pois, seria uma mini-narrativa sentencial, com os seguintes componentes:

(Tempo, local	(....V local,tempo)	funções semânticas
adjunção	predicação	
orientação	complicação/resolução	funções narrativas

A fronteira S...V , por outro lado, também ocupada por esses adjuntos, já merece considerações de ordem mais sintática, em especial de caráter diacrônico. Pode-se imaginar que nessas ocorrências, o que foi classificado como sujeito possa, na verdade, constituir um tópico, de tal forma que é o sujeito que está apresentando uma posição variável e não os adjuntos. Línguas de tópico, como o português do Brasil, podem ter a adjacência aparentemente interrompida, porque aquilo que se interpreta como sujeito não é o SN diretamente regido pela flexão, mas um sujeito mais externo. Assim um caso como

então essa região em profundidade ...vai até a aponeurose;

que poderia ser transcrita

Top ... (S)VC_o

e não S...VC_o .

Da mesma forma, a variação posicional dos aspectuais pode ser um fenômeno de diacronia, já que as mudanças operadas entre o português de Portugal e o português do Brasil afetam

principalmente o que ocorre nessa zona central da sentença: posição dos clíticos (próclise no PB e ênclise no PP), enfraquecimento do sistema flexional no PB. Vale, pois, investigar em relação aos aspectuais se a posição recessiva do PB não seria a posição dominante no PP. Isso iria confirmar a hipótese de Pollock (1989) de que a natureza da Concordância em uma gramática tem consequências importantes na colocação dos clíticos e advérbios.

Os trabalhos agendados para o ano de 1991 incluem, pois, uma investigação que explicita esses problemas reais de variação, separando-os daqueles cujas formas são, na realidade, altamente condicionadas por funções de outro nível.

Além disso, a hierarquia de preenchimento nas fronteiras obtida para os preenchedores em geral não foi obedecida pelos adjuntos. Assim, no trabalho anterior constatou-se que havia um decréscimo de preenchimento da esquerda para a direita, mostrando que isso se devia, provavelmente, ao maior ^{planejamento} preenchimento no início da sentença do que no fim. A análise com os preenchedores sintáticos mostrou duas quebras dessa hierarquia. Com os preenchedores gerais, a fronteira mais preenchida era *f*, isto é: antes do tópico. Com os adjuntos, a fronteira mais permeável é *x*, isto é: no fim. Houve ainda uma diferença na parte central, entre as fronteiras *d* e *e*, isto é, antes e depois do verbo. Com os

adjuntos o preenchimento é maior em *e* do que em *d*. Isso mostra que os preenchedores sintáticos têm sua posição mais independente do planejamento da fala e que a hierarquia é mais uma função dos preenchedores discursivos.

3.5. Conclusões

Os trabalhos desenvolvidos até agora permitem dizer que, através de um estudo empírico dos dados brutos da fala, a equipe está em vias de desenvolver um instrumento de análise de produção da fala, numa explicitação do que ocorre entre a Estrutura-S sintática e a Estrutura Superficial propriamente dita. A configuração do 'fundo', após apurada em sua formalização, deverá definir posições estruturais bem determinadas para os 'adjuntos', a partir de novos núcleos e novos especificadores, com cada posição bem interpretável em forma lógica e quiçá na Representação Semântica, de tal sorte que os preenchedores poderão restringir-se aos discursivos, esses mesmos merecendo uma análise quanto a sua função na fala.

REFERENCIAS (seções I e III)

GIVON, T. (1979). *On Understanding Language*. New York: Academic Press.

ILARI, R. (1989, 1990). Considerações acerca do advérbio. Trabalho apresentado durante o 3o. Encontro do Projeto Gramática do Português Falado. Aguas de Lindóia, novembro de 1989. In: A. Castilho (org.). No prelo.

KATO, M. A. (1986). *No Mundo da Escrita*. São Paulo: Editora Atica.

_____. (1988). Ordem Adj + Nome e a Harmonia Transcategorial. *Letras e Letras*, vol. 4, 1 e 2, 205-214.

KATO, M. A. & TARALLO, F. (1991). SIM: Respondendo afirmativamente em português. In: M.A.A.Celani (org.). Volume em comemoração aos 20 anos do LAEL. PUC-SP. No prelo.

KAYNE, R. (1984). *Connectedness and Binary Branching*. Dordrecht: Foris.

LABOV, W. (1972). The transformation of experience in narrative syntax. In: W. Labov, *Language in the Inner City*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

_____ & WALETSKY, J. (1967). Narrative analysis. In: J: Helm (ed.), *Essays on the verbal and visual arts*. Seattle: University of Washington Press, pp. 12-44.

POLLOCK, J-Y. (1989). Verb movement, universal grammar, and the structure of IP. *Linguistic Inquiry*, vol. 20, n. 3, 365-424.

STOWELL, T. (1981). *Origins of Phrase Structure*. MIT: Tese de doutoramento.

TARALLO, F. & KATO, M. A. et alii. (1990a) Preenchimentos em fronteiras de constituintes. Trabalho apresentado durante o 3o. Encontro do Projeto Gramática do Português Falado. Aguas de Lindóia, novembro de 1989. In: R. Ilari (org.). No prelo.

EMILIO GOZZE PAGOTTO

A POSIÇÃO DOS CLITICOS EM PORTUGUES:

UM ESTUDO DIACRONICO

Dissertação a ser apresentada
à Coordenação de Pós-Graduação
do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas como
requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre
em Lingüística.

Orientador:
Prof. Dr. Fernando Tarallo

Campinas

Março - 1992

Este trabalho foi financiado
por uma bolsa de estudos
concedida pelo CNPq.

Ao seu Emilio
e dona Clara.

Seu filho anda distante.

Tudo aquilo que o malandro
pronuncia
com voz macia
é brasileiro;
já passou de português.

(Noel Rosa)

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Dr. Fernando Tarallo, espécie rara de pessoa, que orientou o trabalho e tornou possível o orientando.

A profa. Dra. Charlotte Galves, que como ninguém alia simpatia e competência e com paciência me acolheu o trabalho numa hora difícil.

A profa. Dra. Mary A. Kato, cujo espírito maternal torna a vida acadêmica menos árdua.

Ao prof. Dr. Ataliba Castilho, pelas observações valiosas.

A Ruth, na revisão, no apoio, em tudo, inigualável.

A Verinha, pela cessão de material histórico.

Ao Jairo, que mesmo a distância foi sempre uma baliza.

A Solange, que dividiu sua privacidade em prol desta pesquisa.

INDICE

Indice de tabelas	i
Resumo	iii
Abstract	iv
Introdução	
1. Os atores em cena.....	1
2. Três Portugueses e uma pergunta.....	2
3. Objetivos.....	8
4. Hipóteses.....	9
Capítulo I - Os clíticos na Teoria Gerativa - Algumas Hipóteses Sintáticas para o nosso trabalho	
I.1. Uma nota inicial.....	10
I.2. Os clíticos em sobrevôo.....	10
I.3. O clítico em sentenças raiz de verbo único.....	14
I.3.1. Prefixos e sufixos, proclíticos e enclíticos - o português europeu na lente de um francês.....	15
I.3.2. GALVES (1990) - Português brasileiro, português europeu e outras línguas.....	19
I.3.3. A geometria de KAYNE (1990).....	23
I.4. O clítico em grupos verbais.....	28
I.4.1. O clítico em construções com auxiliares.....	30
I.4.2. Subida do clítico.....	35
I.4.2.1. Francês e Italiano em KAYNE (1989).....	37
Capítulo II - Mergulhando nos dados	
II.1. Metodologia.....	40
II.1.1. Das variáveis dependentes.....	40
II.1.2. Dos operadores.....	43
II.1.3. Dos grupos de fatores condicionadores.....	45
II.2. Alguns resultados - algumas perguntas.....	66
II.2.1. A posição do clítico em verbos sozinhos de sentenças raiz - surpresas e hipóteses.....	67
II.2.1.1. A posição do clítico e a natureza do sujeito.....	72
II.2.1.2. Posição por posição - o caos e a ordem.....	77
II.2.1.3. O clítico como condicionador.....	85
II.2.1.4. A posição do clítico pelo papel temático - a força dos sentidos.....	90
II.2.1.5. Próclise e ênclise por tipo de sentença.....	93
II.2.1.6. Algumas conclusões preliminares.....	99
II.2.2. Posição dos clíticos em grupos verbais.....	101

II.2.2.1.	Resultados gerais da variável - mudança à vista.....	101
II.2.2.2.	Os tipos de grupos verbais e a mudança.....	108
II.2.2.3.	Debulhando o trigo.....	113
II.2.2.4.	Sumarizando descobertas - pequenas conclusões.....	120
II.2.2.4.1.	A variável A versus a variável B	120
II.2.2.4.2.	Assentamentos..	121
II.2.3.	A variável C - o clítico em relação a advérbios pré-verbais.....	122
II.2.4.	A variável D - a posição dos clíticos em grupos verbais precedidos de advérbios.....	128
II.2.5.	Os clíticos em gerúndios e infinitivos.....	131
II.2.5.1.	Os clíticos em gerundivas - verbos simples.....	131
II.2.5.2.	Os clíticos em gerundivas - grupos verbais.....	133
II.2.5.3.	A variável A em infinitivas - verbos simples.....	136
II.2.5.4.	Grupos verbais em infinitivas.....	141
II.2.5.5.	Gerúndios e infinitivos - pequenas conclusões.....	143
Capítulo III - A Mudança - O que mudou por qual caminho		
III.1.	O ponto de partida - juntando os trapinhos ..	145
III.1.1.	Posição do clítico em verbos simples	146
III.1.2.	Movimento longo do clítico e estruturas com auxiliar	151
III.2.	Alguma coisa mais sobre o processo - começamos e não terminamos.....	156
Conclusão		164
Bibliografia		166

INDICE DE TABELAS

1. Próclise e ênclise em sentenças raiz, sem atratores antes do verbo	68
2. Próclise e ênclise em verbo sozinho de sentenças raiz em períodos de 50 anos	69
3. Frequência de próclise e ênclise em função do tipo de sujeito	73
4. Frequência de próclise e ênclise por três tipos de sujeito em períodos de 50 anos	74
5. Frequência de próclise e ênclise por estrutura básica básica da sentença	79
6. Frequência de próclise e ênclise por estrutura básica da sentença, em três períodos de tempo	82
7. Frequência de próclise e ênclise em função de cada clítico, em períodos de 50 anos	87
8. Frequência de próclise em função do papel temático do clítico	92
9. Próclise e ênclise em sentenças raiz, principais e coordenadas	94
10. Posição do clítico em sentenças encaixadas sem preenchimento fonético em Comp	97
11. Total de ocorrências de cada variante em grupos verbais	103
12. Total de ocorrências de cada variante em grupos verbais, em função da presença ou ausência de "atratores"	104
13. Frequência das variantes nos grupos verbais com atratores e sem atratores, em períodos de 50 anos ..	106
14. Posição do clítico segundo o tipo de grupo verbal	109
15. Posição do clítico segundo os tipos de grupos verbais, no século XX	110
16. Posição do clítico nos grupos verbais, segundo a posição do verbo	114
17. Posição de cada clítico nos grupos verbais em três períodos de tempo	116
18. Distribuição do clíticos se e me por papel temático nos séculos XVI a XVIII	118
19. Distribuição dos clíticos se e me nos grupos verbais por papel temático, no século XX	119
20. Posição do clítico em relação a advérbios pré-verbais	123
21. Posição do clítico em relação à negação em períodos de 50 anos	124
22. Posição do clítico em relação a advérbios pré-verbais	125
23. Posição do clítico em relação à negação pela presença ou não de outros "atratores" nos séculos XVI a XVIII	127
24. Posição do clítico em grupos verbais precedidos de advérbio ou negação	128
25. Posição do clítico em relação à negação antes de grupos verbais, em períodos de 100 anos	129

26. Próclise e ênclise em gerúndios por período de 50 anos	132
27. Posição do clítico em gerúndios não precedidos de elementos "atratores" por período de 50 anos	133
28. Posição do clítico em grupos verbais de sentenças gerundivas por período de 50 anos	134
29. Posição do clítico em grupos verbais de gerundivas nos séculos XVI a XVIII, segundo o verbo principal .	135
30. Posição do clítico em infinitivas por período de 50 anos	137
31. Posição do clítico em infinitivas precedidas de preposição	138
32. Posição do clítico em infinitivas não precedidas de preposição, por período de 50 anos	139
33. Posição do clítico em grupos verbais	142

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar o percurso diacrônico dos clíticos pronominais em português que veio dar nos atuais padrões do português brasileiro, cobrindo o período que vai do século XVI ao século XX.

Inserir-se na linha de trabalho lançada por Tarallo & Kato (1989), no que faz de mais geral: procura explicar a mudança a partir das diferenças inter-lingüísticas. Desta forma, busca apoio em trabalhos realizados na linha da Teoria Gerativa, que exploram a questão da posição dos clíticos nas línguas românicas.

O leitor encontrará assim uma descrição do percurso diacrônico nas situações que tem sido relevantes na literatura: em verbos simples, em grupos verbais, em sentenças infinitivas e gerundivas. Será advogado que em todas estas situações houve mudanças, ainda que no caso dos verbos simples os resultados diacrônicos revelem a posição do clítico bastante semelhante ao português brasileiro atual.

Será advogado também que tais mudanças na posição dos clíticos teriam sido fruto da perda de duas possibilidades de movimento em português brasileiro atual: o movimento do verbo e o movimento longo do clítico. Tal perda teria ocasionado, além das características da posição dos clíticos em português brasileiro atual, uma alteração do estatuto categorial destes elementos, hipótese encontrada em Silva (1990).

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to investigate the diachronic route of the pronominal clitics in Portuguese which tracked down into contemporary Brazilian Portuguese pattern. The periods of time covered ranged from XVth to XXth century.

Its framework is basically the one proposed by Tarallo & Kato (1989): it tries to explain linguistic change from the standing point of cross-linguistic differences. Thus it is fairly grounded on Generative Theory works that study the clitic position in romance languages.

The reader will find a diachronic description of the most important issues in the literature: simple verbs, verbal groups, infinitive and gerund sentences. It will be shown that change occurred in all such cases, although with simple verbs the diachronic results of clitic position seem to be very similar to those found in contemporary Brazilian Portuguese.

It will also be shown that such changes occurred as a result of the loss of two movement possibilities in contemporary Brazilian Portuguese: the verb movement and clitic climbing. As a result, besides the characteristics of the position of clitics found in contemporary Brazilian Portuguese, it reveals a change in the categorial status of such elements - a hypothesis explored in Silva (1990).

INTRODUÇÃO

1. Os atores em cena

A gramática de uma língua é um palco onde as palavras - atores cheios de mistérios - jogam sempre com três faces: a fonológica, que muitas vezes não passa da própria presença do ator em cena (ou pelo menos assim a platéia de lingüistas os prefere ver); a morfológica e a sintática. A platéia prefere admirar ora esta ora aquela face, conforme o clima da cena ou o calor dos bastidores.

Os clíticos pronominais são daqueles atores em que as três faces são difíceis de dissociar. Ao espectador não pode escapar nenhum detalhe de nenhuma das três, porque neles as três máscaras estão de tal forma imbricadas que qualquer deslize significa deixar de lado um ponto importante da carpintaria do espetáculo. Isto torna fascinante e desafiador o estudo dos clíticos pronominais, pois a sua face fonológica pode conter indícios importantes acerca dos padrões rítmicos da língua; a sua face morfológica reflete características relevantes da morfologia da língua, e a sua máscara sintática - ilustrada pelas posições que eles podem ocupar na frase - pode conter reflexos da estrutura da sentença em cada língua. Mais que isso, numa proposta que vise a examinar o espetáculo na sua totalidade, os clíticos pronominais são os atores preferíveis, uma vez que

articulam, talvez como nenhum outro, as três faces da gramática.

No presente trabalho, a face sintática dos clíticos será privilegiada, uma vez que o que estará em questão é a posição por eles ocupada no nível superficial da sentença. Evidentemente, o caráter morfológico e o fonológico não serão deixados totalmente de lado, mas entrarão como explicações suplementares ao comportamento sintático dessas criaturas tão perturbadoras.

Teremos assim um estudo diacrônico do comportamento dos clíticos pronominais em português do Brasil que procurará observar a posição por eles ocupada na sentença, tentando elucidar alguns pontos do processo que veio dar nas diferenças entre o português brasileiro e o europeu atuais, apontadas pela literatura.

Insera-se, assim, na linha de pesquisa lançada por Tarallo e Kato (1989) no que faz de básico - a partir das diferenças observadas na sintaxe das línguas, buscar explicações para a variação e a mudança lingüísticas no âmbito interno da língua.

2. TRÊS PORTUGUESES E UMA PERGUNTA

Os trabalhos recentes na linha da sintaxe comparativa, que abordam as diferenças entre o português brasileiro e o europeu (doravante PB e PE, respectivamente), têm constatado em relação aos clíticos pronominais aquilo que Oswald de Andrade há 50 anos colocou em poema:

Dê-me um cigarro
 Diz a gramática
 Do professor e do aluno
 E do mulato sabido
 Mas o bom negro e o bom branco
 Da nação brasileira
 Dizem todos os dias
 Deixa disso camarada
 Me dá um cigarro.

Dor de cabeça dos professores de português, a posição dos clíticos pronominais assinala uma das radicais diferenças entre o PB e PE:

1. Maria me viu. (PB)
2. Maria viu-me. (PE)
3. * Maria me viu. (PE)

Enquanto 2, em PB é típica de situações de alta formalidade, 3 é agramatical em PE. Em contrapartida, a posição pré-verbal do clítico, em PE, é possível quando:

- a) "... ocorrer numa frase com um COMP preenchido lexicalmente..."
- b) "... ocorrer numa frase que contenha um operador de negação predicativa"
- c) "... ocorrer numa frase que tenha um NP quantificado como sujeito na estrutura S"
- d) "... um modificador restritivo ou aditivo precede o clítico" (Duarte, 1983)

Estes contextos podem ser exemplificados por:

4. Eles disseram que o João o magoou.
5. O João não o magoou.
6. Todos os amigos a felicitaram.

7. Só o João *lhe* falou.(1)

A posição pós-verbal, em sentenças como 4 a 7 é agramatical em PE.

Essas diferenças têm sido explicadas ou por movimento do clítico e do verbo, ou unicamente por movimento do verbo, tentando-se associar princípios morfológicos e sintáticos. Não nos ocuparemos dessas explicações teóricas, por enquanto. No capítulo I, há um certo detalhamento dessas abordagens.

O PB generaliza a próclise em todas as situações, e isto novamente aumenta as diferenças em relação ao PE. Assim, em infinitivas e gerundivas, PE apresenta sempre ênclise (a menos que os verbos estejam precedidos de negação), ao contrário de PB.

Já com relação à posição dos clíticos em grupos verbais (2), Duarte (1983) aponta quatro possibilidades de posição do clítico :

- e) V V-cl
- f) V-cl V
- g) cl-V V
- h) V cl-V (3)

1 Os exemplos foram retirados de DUARTE (1983)

2 Usarei a denominação "grupos verbais" para dar conta de construções com modais, verbos como querer, ou auxiliares como ter, uma vez que elas escondem fatos sintáticos de natureza diversa que serão discutidos mais adiante.

3 A notação V cl-V com o hífen ligando o clítico ao segundo verbo não deve ser entendida aqui como estrita dependência fonológica do clítico em relação a este verbo. De fato, é possível levantar a possibilidade de uma certa independência do clítico, neste caso, o que tem, inclusive, alguma relação com as hipóteses que serão trabalhadas. Fica porém a mesma

As posições e/f são variantes em PE ("e" só não é possível quando o segundo verbo está no particípio). "g" só ocorre quando as construções estão sujeitas às condições estabelecidas em a-d, podendo nesse caso ocorrer também "e". Já a posição em "h" é agramatical em PE, sendo característica de PB.

Essas construções de dois verbos podem ser de 3 naturezas: V+INFINITIVO, V+PARTICÍPIO e V+GERÚNDIO. Elas serão detalhadas mais adiante, quando os resultados forem apresentados.

Postas as diferenças entre o PB e o PE, imediatamente vem a pergunta: Como teria o clítico se comportado diacronicamente na sentença?

Diversos trabalhos recentes têm mostrado que o português, observado a partir do século XVI passou por mudanças que desaguaram em um PB diferente do PE na estruturação sintática. O PB, segundo tais trabalhos, teria perdido propriedades como a relativização com preposição (TARALLO, 1983), a inversão do sujeito (BERLINCK, 1989), a preposição a como marcador de caso acusativo (RAMOS, 1989) e o caráter apassivador do se (NUNES, 1990), propriedades que teriam se mantido no PE, diferenciando as duas gramáticas.

Com os avanços na Teoria Gerativa, colocando a questão da posição dos clíticos como relevante para a descrição da gramática das línguas românicas, passou-se também a

notação, para manter o paralelismo com a notação das outras variantes.

investigar como eles teriam se comportado diacronicamente. LOBO (1990), estudando o comportamento dos clíticos no português do século XV, constata que na gramática do período há uma espécie de somatória das características do PB e do PE atuais; SALVI (1990) investiga o português a partir deste período até chegar ao PE atual, observando que paulatinamente o PE vai adquirindo as feições atuais, especialmente a ênclise em sentenças raiz, que não era regra categórica como é hoje em dia, o que demonstra que também o PE é fruto de mudanças. Cyrino (1990), estudando a posição dos clíticos em PB a partir do século XVIII coloca o século XIX como o período em que o PB começou a assumir as feições atuais, ao contrário de Silva (1990) que toma o PB deste século como extremamente semelhante ao PE atual. Tudo isto nos leva a crer que houve mudanças na posição ocupada pelos clíticos.

Assim, para responder a pergunta esboçada dois parágrafos acima, pretendo investigar o comportamento da posição ocupada pelos clíticos em quatro situações fundamentais (ver discussão no capítulo II):

- a) em sentenças com um único verbo;
- b) em sentenças com grupos verbais;
- c) em sentenças infinitivas e gerundivas;
- d) em sentenças com advérbios pré-verbais.

A situação em d) nos oferece uma posição para o clítico que não tem sido examinada em trabalhos que observam as

diferenças entre PB e PE, que é a posição pré-adverbial. Embora não seja presente nas duas variedades atuais do português, a possibilidade de posição pré-adverbial do clítico era comum em português clássico e foi muito frequente nos dados: cl-Adv V.

3.OBJETIVOS

Do presente estudo, pode-se dizer que tem alguns objetivos principais:

a) Acompanhar o percurso diacrônico da posição ocupada pelos clíticos pronominais que veio dar no português falado no Brasil. O caminho começa no século XVI.

b) Avaliar as possíveis implicações das mudanças detectadas com mudanças substanciais havidas na estrutura da sentença.

4. HIPOTHESES

Em linhas gerais, este trabalho pretende encontrar:

a) que, dadas as radicais diferenças entre o português brasileiro e o europeu modernos, no que toca à colocação dos clíticos, deve ter havido um substancial processo de mudança, esperando-se no percurso padrões de distribuição dos clíticos bem diferentes dos atuais;

b) que, pela natureza morfológica dos clíticos e também por seu caráter sintático, as mudanças têm profunda ligação com regras que envolvem a evolução da morfologia da língua portuguesa, bem como são reflexos de mudanças operadas nas regras de movimento de certos constituintes dentro da sentença.

c) que o processo de mudança tenha se dado de maneira lenta e gradual, uma vez que as diferenças entre o português brasileiro e o europeu são tão profundas que se espera que as divergências tenham se manifestado há bastante tempo atrás.

CAPITULO I - OS CLITICOS NA TEORIA GERATIVA - ALGUMAS HIPOTHESES SINTATICAS PARA O NOSSO TRABALHO

I.1. Uma nota inicial

A abordagem do fenômeno de mudança aqui tratado segue, como já disse, em linhas gerais os passos de Tarallo e Kato (1989), ou seja, o fenômeno deve ser explicado a partir de diferenças inter-lingüísticas. O que pretendo fazer é dar as linhas gerais de algumas abordagens que têm sido feitas, no âmbito da Teoria Gerativa, com o objetivo de extrair delas os pontos de convergência, no intuito de abalizar a análise do processo de mudança na via estrutural. Não é meu interesse aqui discutir todas as implicações possíveis do problema no âmbito interno da Teoria Gerativa. Evidentemente o trabalho ganharia uma consistência maior, caso isso fosse feito, mas implicaria, por outro lado, uma pesquisa de fôlego maior, que preferi não arriscar, dadas as limitações do Mestrado. Mais modestamente, procurarei me servir de alguns trabalhos que tentam dar conta da questão dos clíticos, no intuito de lançar alguma luz no túnel sem fim da mudança lingüística.

I.2. Os clíticos em sobrevôo

ROUVERET (1989) faz uma boa síntese (já retomada em GALVES - 1990) dos trabalhos que abordam a questão dos clíticos. Segundo ele, os trabalhos diferem quanto a

adotarem um tratamento algébrico ou um tratamento geométrico para os clíticos.

Num tratamento algébrico, as propriedades lexicais dos elementos da sentença se sobrepujam às relações hierárquicas dos constituintes. Sob esta ótica, o jeito morfológico de ser dos clíticos é colocado mais em questão, e as propriedades morfológicas de cada língua desempenham um papel crucial. O próprio trabalho dele, Rouveret, analisando o FE, já é uma mostra deste tipo de abordagem, já que o estatuto lexical dos verbos em que se dá o fenômeno da cliticização difere quanto à próclise e à ênclise. As regras da sintaxe, no entanto, não deixam de interagir neste tipo de abordagem, mas desempenham um certo papel secundário.

Numa abordagem geométrica da questão dos clíticos, o que se faz é:

"supor que a diferença entre a próclise e a ênclise decorre exclusiva e diretamente das relações de ordem linear e dominância hierárquica que as categorias têm entre si" (ROUVERET 1989, p. 9)

conforme assinala o próprio Rouveret. A análise de KAYNE (1990), já o disse GALVES (1990), é um exemplo deste tipo de abordagem, pois o movimento do verbo e do clítico, sujeitos às condições de movimento estipuladas em Barreiras, é que vão determinar as possíveis posições dos clíticos.

De uma forma ou de outra, porém, podemos dizer que quando se aborda a questão dos clíticos está em jogo a estrutura básica da sentença de cada língua, pelo menos na forma como é vista nos modelos da Teoria Gerativa. Isto se deve ao fato de que os clíticos, por seu caráter

morfológico, são relacionados ao componente morfológico da língua e é neste âmbito que se situa, já há algum tempo, o núcleo da sentença. (seja sob a denominação genérica de INFL⁴, a partir do modelo de Regência e Ligação, seja como TENSE, ou AGR, nos trabalhos a partir do modelo de Barreiras). E assim que parece já estar assentado que o clítico se move sempre para um núcleo funcional (ou é gerado sob ele). Isso implica que, quando se trata de dar conta da posição dos clíticos nas línguas, deve sempre haver uma posição destas à disposição e o movimento dos clíticos deve respeitar as restrições impostas pela estrutura da sentença, decorrendo daí inúmeras elocubrações acerca do exato estatuto dos clíticos pronominais face estas restrições. O clítico é um núcleo lexical? Um afixo morfológico? As duas coisas ao mesmo tempo? A que restrições deve ele obedecer? Como deve ser o seu "pouso" - uma aterrissagem de cunho mais morfológico, ou seu trem de pouso possui rodas que só se adaptam a asfaltos sintáticos? Estas são normalmente as questões que emergem nos trabalhos e, dado o fato de serem muito recentes, ainda não é possível estabelecer com precisão seja o estatuto seja a forma como tomam as suas posições em cada língua.

Descontadas todas essas dúvidas, parece claro que estudar o fenômeno da posição dos clíticos, do ponto de

⁴ Utilizarei as abreviaturas do inglês para designar os núcleos de categorias funcionais. Assim, estarei usando INFL para flexão; AGR para concordância; TENSE, para Tempo; IP para a projeção máxima da flexão (corresponde à sentença); AGRP, para a projeção máxima de concordância; TP, para a projeção máxima de tempo.

vista diacrônico, é estar lidando com mudanças havidas no componente morfológico da língua e, por conseguinte, na própria estrutura da sentença.

O português, nas suas duas vertentes, apresenta problemas básicos de difícil solução. No PE, intrigam os pesquisadores:

a) a ênclise em sentenças raiz finitas (mesmo com o sujeito presente);

b) a atuação de elementos "atratores" na ocorrência de próclise (cf. seção 2 - Introdução).

O PB, embora aparentemente simples, esconde problemas teóricos sérios, conforme assinalou SILVA (1990). Nele, segundo a mesma autora, a dificuldade é saber:

"où est-ce que les clitiques sont engendrès? A quelle(s) categorie(s) est-ce qu'ils appartiennent? Comment est-ce que la montée se fait? Pourquoi est-ce que la montée est obligatoire? Pourquoi est-ce que les clitiques en portugais brésilien actual doivent rester en bas? 'En bas où?' (SILVA, 1990, p. 50)

Estas questões têm um complicador. Embora se tenha que a próclise é generalizada em PB, no caso dos grupos verbais há duas situações em que ela não é possível:

a) com o clítico o (e suas flexões);

b) quando a construção é passiva.

A primeira é velha conhecida das gramáticas tradicionais, na recomendação de que o pronome o não pode ficar solto entre dois verbos, e tem sido atribuída a uma incompatibilidade fonológica de tal clítico com esta

posição. A segunda foi recentemente levantada por SILVA (1990):

"Dans les cas des passives, la présence d'un clitique reste encore interdite (...) la seule option est alors la montée du clitique au auxiliaire, montée qui produit toujours un résultat insolite:

'o tema que me foi dado é da estética' "

(SILVA, 1990, p.35)

Certamente estas duas impossibilidades devem ser atribuídas à mesma razão, porque são os dois únicos casos que fogem à regra no PB atual e devem estar relacionados de um lado ao estatuto dos clíticos em PB e de outro à natureza da posição disponível para o pouso dos clíticos, hipóteses que se podem entrever no trabalho de SILVA (1990). Voltaremos a elas mais à frente, mas qualquer descrição do PB e mesmo do processo diacrônico deve levá-las em conta.

I.3. - O clítico em sentenças raiz de verbo único (a variável A - cf discussão na seção II.1.1.)

Apresento agora algumas propostas de análise para a posição dos clíticos em verbos simples, que tratam ou especificamente do português, ou de outras línguas românicas. A idéia é retirar destas análises possíveis propostas que possam dar conta dos resultados.

I.3.1. Prefixos e sufixos, proclíticos e enclíticos - o português europeu na lente de um francês.

O grande mérito do trabalho de ROUVERET (1989) é resolver o contraste entre 8 e 9 (estou aqui retomando problemas e exemplos da seção 2), conseguindo dar consistência a uma análise que explique por que os quantificadores e a negação atuam como "atratores" dos clíticos em PE:

8) Maria viu-me.

9a) Alguém me viu.

9b) Maria não me viu.

Este contraste, verificado no âmbito interno do PE, é explicado a partir do papel desempenhado por TENSE na sentença. Deste forma é possível relacionar estas diferenças ao comportamento do clítico em encaixadas finitas e infinitivas:

10) Ela disse que me viu.

11) Ela pensou ver-me.

Por estes dois exemplos, percebe-se que o contraste entre próclise e ênclise em PE não se deve ao fator finitude, uma vez que em 11 temos ênclise na infinitiva, sendo que em 8 - que é finita - também temos ênclise. Por outro lado, em 10 temos próclise com tempo finito, ao

contrário de 8, que apesar do tempo finito, apresenta ênclise.

O ponto crucial para Rouveret é o lugar de realização do constituinte TENSE na estrutura S. Ele parte de dois pontos:

- a) Toda sentença tem TENSE conectado a um verbo;
- b) Numa cadeia T (TENSE - VERBO) a coindexação é fruto de movimento ou de concordância.

Cada língua vai satisfazer tais condições de maneira específica. No caso de PE, a hipótese é que:

- 1) TENSE é a única categoria contida em I, na estrutura profunda;
- 2) O processo de concordância núcleo a núcleo não está disponível.

Considerando 2, somente o movimento de V para I é que possibilitará a coindexação de TENSE e Verbo, a fim de que exista a cadeia T. Por outro lado, T pode ou não se deslocar de I; isto dependerá dos princípios que estarão agindo na sentença. A articulação desses pressupostos nos conduz, assim, ao fato de que, em PE, T terá duas possíveis posições de realização na estrutura S. Na primeira, T estará em I na sua posição de origem, havendo somente o deslocamento de V para I. Na segunda, T se desloca para CP. Isto ocorre no caso das sentenças completivas, já que elas são selecionadas, no sentido de que há uma seleção do verbo da

matriz que exige (+T) (+CP). A forma como satisfazer essa exigência é justamente o deslocamento de T para CP.

Pode-se assim ver que a próclise e a ênclise em PE estariam relacionadas à posição de T em S: T sob I corresponderia à ênclise; T fora de I corresponderia à próclise. Mas de que maneira uma coisa estaria relacionada à outra?

A questão transfere-se agora para o âmbito da morfologia: um verbo que tolera um proclítico não seria da mesma natureza que um verbo que tem um pronome enclítico. Por que não? Uma vez que quando há ênclise, T está sob I, ele forma com o verbo, que para lá se deslocou, um composto em que o verbo perdeu suas características lexicais de núcleo. Ele está desativado, e o clítico, neste caso, é afixado a T. Quando há próclise, T está em CP, sendo o verbo lexicalmente ativo, num processo que se assemelha ao da prefixação: o clítico é um afixo que não altera o estatuto morfológico do núcleo. Já no processo de ênclise, uma vez que ele é determinado por uma operação sintática, sendo que esta operação não altera o estatuto sintático do constituinte ao qual se afixa - T, temos um processo de adjunção. Na próclise, o processo é o de substituição.

Esta análise, que se aplica ao contraste exemplificado pelas sentenças 10 e 8, uma vez que em 10 temos CP, para onde T deve se deslocar, também se aplicaria às sentenças 9a, 9b. Para tanto, Rouveret é obrigado a lançar mão de uma outra condição: a de que o operador T deve c-comandar as

expressões quantificadas de uma sentença. Sendo assim, para que possa ser explicada a próclise em 9a, dentro do quadro por ele delimitado, o constituinte T se move para além do quantificador, passando a c-comandá-lo. No caso da sentença em 9b, em que a negação está envolvida, ele postula que ela é que domina a sentença, havendo também movimento de T, a fim de que este possa c-comandá-la.

Rouveret não trata do PB. Se fôssemos seguir a sua linha de raciocínio, explicaríamos a próclise generalizada como fruto do fato de V não se mover para I, onde se encontraria T. Neste caso, como há necessidade de uma cadeia T, em que T e V estão coindexados, teríamos que admitir que tal indexação se dá por concordância núcleo-núcleo. Mantida a proposta de Rouveret de que em PE a formação da cadeia se dá por movimento, teríamos uma diferença entre PB e PE que toca na organização mais geral da gramática: o PB disporia de concordância núcleo-núcleo e o PE não a possuiria, ou visto pelo outro lado, o PB não possuiria movimento de V que possibilitasse a coindexação com T, enquanto em PE este movimento estaria disponível. Isto nos leva a pensar em termos mais abrangentes, relembando os trabalhos que colocam o PB como desprovido de regras de movimento. Lembro por exemplo Tarallo (1983), em que se postula uma mudança nas estratégias de relativização. Segundo a sua hipótese, o PB teria assumido uma gramática em que a relativização não é mais feita a partir de movimento do sintagma QU, mas por

meio da indexação do relativo a um pronome cópia, que pode ser um pronome nulo.

No caso dos clíticos em PB, a ausência de seu "movimento" seria fruto da impossibilidade de movimento do verbo, mas, o que é mais relevante, revelaria uma diferença básica em relação ao PE: a possibilidade de concordância núcleo-núcleo em oposição à indexação por movimento, do PE.

1.3.2. GALVES (1990) - Português brasileiro, português europeu e outras línguas

GALVES (1990) parte da máxima de ROUVERET (1989) de que um verbo que admite próclise não é o mesmo que admite ênclise, mas a articula à visão de BAKER (1988) do papel da morfologia na sintaxe. Segundo ele :

"os mesmos princípios morfológicos podem aplicar-se quando dois morfemas se juntam no léxico, da maneira habitual, ou quando os mesmos morfemas se juntam na sintaxe como resultado da incorporação"

(BAKER (1988) apud GALVES (1990), p. 90)

Se os prefixos nada mudam no estatuto categorial da palavra à qual se afixam, e se essa mudança só ocorre quando há sufixação, seria esperado que o clítico fosse sempre pré-verbal, já que o estatuto do verbo não muda quando da cliticização. É o argumento de GALVES. Uma vez que o verbo pode estar afixado tanto a AGR quanto a T, teremos verbos de naturezas diferentes: V+AGR é um composto +N; V+T é um composto -N.

Assim, um clítico que se junta a um composto V+AGR está se afixando a uma categoria diferente de quando se afixa a

um composto V+T. A ênclise só ocorreria quando o clítico estivesse em um composto do tipo V+AGR. A próclise ocorreria quando o composto fosse do tipo V+T. Aqui, a idéia de que prefixos não mudam o estatuto categorial da palavra e que os sufixos assim o fazem surge no processo de cliticização: cl-V+T seria um caso de prefixação e V+AGR-cl seria um caso de sufixação.

Galves propõe então três realizações possíveis para a cliticização na estrutura S:

12) (Tense (AGR (cl-V
 TP AGRF VP

13) (Tense (V-AGR-cl (t
 TP AGRF VP

14) (cl-V-AGR-Tense (t (t
 TP AGRF VP

A primeira estrutura, que corresponderia ao PB é resultado da ausência de movimento do verbo. Já é uma tese aceita a de que o PB não tem movimento de verbo. No caso, o clítico fica na posição em que foi gerado, e isso explicaria a próclise generalizada em PB. A segunda estrutura caracterizaria o PE, na situação de ênclise em sentenças raiz. O complexo V+AGR é o responsável pela posição pós-verbal do clítico. O terceiro esquema serviria para as demais línguas românicas.

É claro que imediatamente se pergunta por que em PE o verbo não continuaria subindo até Tense, levando consigo o clítico. Segundo Galves, AGR em PE seria suficientemente forte para se comportar como um pronome, recebendo papel temático do sujeito. Supondo que o sujeito seja gerado numa

adjunção a VP, é necessário que ele suba até Tempo, a fim de possa ser coindexado com AGR.

Também na proposta de Galves o que se vê são as regras de movimento e as relações de dominância hierárquica interagindo com regras da morfologia. Neste aspecto, tanto um quanto o outro partem de uma analogia com as regras da morfologia da língua, utilizando o fato de que sufixos alteram o estatuto categorial da palavra e os prefixos não o fazem. Mas há no meio do caminho duas pequenas pedrinhas. A primeira delas: parte-se da intuição da morfologia, mas ela não explica muita coisa. Em GALVES (1990), por exemplo, o fato de que V+AGR e V+T sejam categorias de natureza diferente é fruto de operações rigorosamente sintáticas. Assim, quando há cliticização a um ou a outro, já temos categorias diferentes; não é o fato de termos enclíticos ou proclíticos que gera estado de coisas. Por que, então, haveria próclise ou ênclise quando a categoria fosse V+AGR ou V+T?

A segunda delas: o fato de que os sufixos de uma língua podem ser de duas naturezas - flexional e derivacional. Ora, são os sufixos derivacionais que alteram o estatuto categorial da palavra, enquanto os flexionais não operam esta alteração. SILVA (1990) nos dá um parênteses importante:

"...le verbe reste toujours un verbe, même si le clitique est là (em ênclise)" (SILVA, 1990, p. 42).

Embora a sua observação não seja para confirmar a tese exposta aqui (pelo contrário, trata-se de um argumento que

KAYNE (1989) utilizou para evitar o processo de adjunção à direita como o responsável pela ênclise), ele serve para nos lembrar que, independentemente de próclise ou ênclise, temos sempre o verbo como verbo. A questão é saber se os clíticos são comparáveis a morfemas flexionais ou derivacionais de uma língua. Como o clítico não altera o estatuto categorial do verbo, melhor seria compará-lo aos morfemas flexionais da língua. Assim, se se deseja integrar o aspecto morfológico do clítico ao seu comportamento sintático, pode-se supor que o lugar de realização dos morfemas flexionais da língua tenha algo a ver com a posição dos clíticos, bem como seu estatuto. Como as línguas românicas realizam a flexão à direita, podemos supor que um clítico em ênclise seja de uma categoria X diferente de um clítico em próclise. O primeiro teria uma categoria análoga a um morfema flexional, o segundo, a um prefixo. Em ambos os casos, o clítico não muda o estatuto categorial do verbo. Analogamente, nem o prefixo nem o sufixo flexional mudam o estatuto categorial do núcleo ao qual se afixam. Se levássemos esta hipótese às últimas conseqüências, poderíamos supor que o lugar de pouso de um proclítico seria diferente de um enclítico - no primeiro caso, algo como uma posição de especificador; no segundo caso, uma posição de nóculo funcional - AGR ou TENSE.

Este comentário - quase um puro devaneio - não é no sentido de invalidar as tentativas de GALVES (1990) e ROUVERET (1989). De fato, as possibilidades de uma abordagem

algébrica da posição dos clíticos estão ainda praticamente começando.

Evidentemente, pelas próprias limitações que o trabalho de GALVES (1990) impõe, ela não trata de questões relacionadas, como o processo pelo qual em PE os operadores ocasionariam a próclise, nem como a posição do clítico em construções com dois verbos (em CYRINO, 1990 há uma tentativa neste sentido que será comentada ao final do trabalho). Mas a proposta dela para os verbos de sentenças raiz é especialmente atraente para o nosso trabalho, uma vez que abarca tanto o PE, como o PB.

1.3.3. A geometria de KAYNE (1990)

Kayne (1990) adota uma postura diante da questão dos clíticos bastante diferente de GALVES (1990) e ROUVERET (1989). O artigo dele é típico exemplo de análise geométrica da posição dos clíticos:

"Our analysis will take Romance clitics to invariably left-adjoin to a functional head. This will, in cases where that functional head dominates the verb, straightforwardly yield the order clitic-verb. The order verb-clitic will, on the other hand, be claimed to result from the verb having moved leftward past the functional head to which the clitic has adjoined." (KAYNE, 1990, p. 1)

Com estes princípios Kayne deseja basicamente dar conta da posição dos clíticos nas encaixadas infinitivas (o contraste francês/italiano é o ponto de partida) em oposição

As encaixadas finitas, além das peculiaridades em relação aos clíticos nos participios.

Nas infinitivas, francês e italiano contrastam radicalmente - próclise no francês e ênclise no italiano (estou aqui retomando os exemplos dele):

15 a) Lui parler serait un erreur.

15 b) * Parler lui serait un erreur.

16 a) Parlargli sarebbe un errore.

16 b) * Gli parlare sarebbe un errore.

Ao lado disso, nas encaixadas finitas ambas apresentam próclise.

Kayne precisa, assim, em primeiro lugar garantir a oposição próclise X ênclise no próprio italiano, em função de a encaixada ser finita ou não finita. Para tanto, ele precisa assegurar que nas finitas não há nenhuma categoria funcional à qual o clítico possa se afixar sozinho, pois isto abriria a possibilidade de um movimento obrigatório do verbo, o que poderia ocasionar ênclise. Por outro lado ele precisa deste tipo de situação nas infinitivas, uma vez que nelas a ênclise de fato ocorre.

Para tanto, ele deduz a seguinte estipulação: que a Gramática Universal permite nódulos do tipo I vazios somente de dois tipos:

a) "traces (to which a clitic may never adjoin);

b) non-traces abstract I nodes that are non-overt counterpart of an otherwise legitimate I-type category"

Com este tipo de raciocínio ele dá conta de uma série de problemas encontrados no Piemontês e no Sardo com respeito à posição dos clíticos, quantificadores e de certos advérbios, os quais não discutirei aqui.

O participio passado apresenta alguns problemas interessantes para Kayne, em especial o caso do italiano, em que podemos ter ênclise, desde que ele não se encontre em construções AUX + PARTICÍPIO:

19) Ogni persona presentatoci

20) * Maria ha parlatoci.

21) Maria ci ha parlato.

A análise que ele apresenta guarda, em linhas gerais, o mesmo raciocínio utilizado nas infinitivas. Em 19, é preciso assegurar uma posição disponível para o clítico, garantindo-se um movimento adicional do verbo para que ocorra a ênclise. Em 20 é preciso garantir que não há posição disponível para o clítico junto ao participio.

O que Kayne vai postular é que em italiano o participio pode ter AGR e TENSE; AGR com os traços de gênero e número e TENSE, um núcleo abstrato vazio. Este é o caso de 19: o verbo se move para AGR, onde recebe o afixo de gênero e depois se adjunge a TP. O clítico não pode estar em AGR - há o vestígio do verbo e, portanto, se adjunge ao núcleo T. Isto dá como resultado a ênclise.

Para garantir a agramaticalidade de 20, Kayne poderia simplesmente postular um AGR vazio, já que, à primeira vista, não há concordância de gênero. Porém, em casos como

20 o Piemontês admite a ênclise. Ele postula então que no italiano, -o no final do participio é morfema de gênero, uma espécie de caso *default*, uma vez que é possível ter:

22) Tu lo hai visto.

23) Tu la hai vista.

Já o Piemontês não apresenta esta alternância. Ele equaciona a questão da seguinte forma: em sentenças como 20) o italiano tem AGR, para onde o participio se move para receber o morfema de gênero, mas não tem TENSE, que está disponível somente no auxiliar. O Piemontês não tem TENSE, mas tem um AGR vazio, onde o clítico pode adjungir-se, sendo que o verbo faz um movimento de adjunção a AGRP.

Vê-se que, no caso da proposta de KAYNE (1990), a interação da sintaxe com a morfologia se dá num âmbito diferente do que em GALVES (1990) e ROUVERET (1989). A morfologia aqui está associada à possibilidade de haver ou não posições disponíveis para o movimento do clítico ou do verbo. Já nos outros dois - especialmente em Galves - operações morfológicas, juntamente com operações sintáticas, vão determinar a posição do clítico.

A vantagem do caminho traçado por KAYNE (1990) é que ele permite que se dê conta de posições "não-verbais" assumidas pelos clíticos, enquanto no caso dos outros autores, teríamos que abrir mão dos princípios morfológicos que seguram a análise para enveredar por caminhos sintáticos tais como o de KAYNE (1990). Duas bússolas, dois caminhos.

I.4. O clítico em grupos verbais (a variável B cf. discussão na seção II.1.1)

Nos grupos verbais o segundo verbo pode estar no gerúndio, no particípio ou no infinitivo. São construções que em geral envolvem a expressão de aspecto verbal, mas temos a possibilidade de construções passivas, no caso dos particípios e a possibilidade de um encaixamento, no caso das infinitivas.

Do ponto de vista da posição ocupada pelos clíticos, essas várias possibilidades nos trazem dois tipos de problemas:

- a) a qualidade do movimento dos clíticos;
- b) as posições disponíveis para o pouso dos clíticos.

A qualidade do movimento está relacionada especialmente à situação em que a cliticização se dá ao primeiro verbo. Neste caso, há duas situações que podem ser divisadas:

- 1) os casos em que o segundo verbo constitui uma proposição diferente da do primeiro verbo;
- 2) os casos em que o segundo verbo não constitui uma proposição diferente da do segundo verbo.

O primeiro caso tem sido analisado na literatura ou como uma situação em que o primeiro e o segundo verbo sofrem um rearranjo sintático, passando-se a uma situação algo semelhante a 2) (RIZZI, 1976; DUARTE 1983; e mais

1.4.1. O clítico em construções com auxiliares

Os trabalhos que lidam com a questão da posição dos clíticos normalmente negligenciam os casos em que eles aparecem em construções com dois verbos. ROUVERET (1989), já referido anteriormente chega a tocar na questão, abordando construções com o perfectivo *ter*. O que ele tenta demonstrar é que sua análise para sentenças com um único verbo também se aplica a construções envolvendo o auxiliar *ter*. Segundo ele, o clítico é lexicalmente dependente do auxiliar e não do verbo principal, sendo o auxiliar "um núcleo lexical de pleno direito, dotado de uma estrutura de predicado argumento autônoma" (ROUVERET (1989), p.17). Uma vez que *ter* se comporta como verbo, cai sob as condições estabelecidas para os verbos simples - ou seja - pode estar junto com T nas sentenças raiz, ou dele separado, em completivas ou sentenças com negação/quantificação. Assim, a posição dos clíticos em 24 e 25:

24) Ele tinha-me visto

25) Eles disseram que o Jaime me tinha visto.

é explicada da mesma maneira que é explicada a próclise e a ênclise em verbos simples.

Restaria o problema de como se dá a cliticização, uma vez que o verbo principal é um núcleo lexical sobre o qual o clítico deve passar para chegar à sua categoria de pouso. Para tanto, Rouveret retoma a análise de SPORTICHE (1988), supondo que VP é dotado de SPEC e que o clítico, passando

por aí, não viola a Condição de Minimalidade. Para que o clítico possa passar pela posição de SPEC de VP é necessário, então, que ele tenha estatuto de sintagma, o que levaria a pensar que o clítico é dúbio quanto a essa categorização - é núcleo e é sintagma.

O que chama a atenção na proposta de Rouveret é que o estatuto do auxiliar está em questão. Foi preciso que ele o considerasse um núcleo lexical pleno, para que estivesse sob as condições estipuladas para os verbos simples. Não só o estatuto do verbo auxiliar, mas o do próprio verbo principal. Diz ele a certa altura:

"Quanto ao participio verbal, o fato de que ele não pode tolerar nenhum clítico sugere que se trata de um núcleo que, como os adjetivos, é lexicalmente inerte."

(ROUVERET, 1989. p. 17)

Evidentemente esta afirmação só vale para o PE, já que em PB é possível haver proclíticos ao participio. Se se toma seriamente a análise de Rouveret, teríamos que admitir que o participio em PB é lexicalmente ativo, revelando-se assim uma diferença desta variedade em relação ao PE. Por outro lado, na cliticização em passivas, o verbo ser teria de ser também analisado como lexicalmente ativo, dotado de uma estrutura de predicado argumento, etc. nos termos que ele descreve, o que não deixa de ser uma idéia ao menos discutível.

Ainda no mesmo trabalho, mas agora em uma nota, a questão da cliticização em grupos verbais volta a emergir, quando ele trata de complementos infinitivos de querer.

Avaliando as sentenças i) e ii) abaixo, deixando claro que está deixando de lado o movimento do clítico, ele afirma:

"Para o bom funcionamento do sistema, deve-se admitir que nenhuma especificação T está presente no complemento do verbo querer em (i), enquanto em (ii) estamos frente a uma proposição infinitiva ordinária, cuja categoria I contém I:

- (i) O João queria-os ver antes do meio-dia.
 - (ii) O João queria vê-los antes do meio-dia."
- (op.cit. p. 30)

O que ele parece querer dizer com esta nota é: vejam (i) como o caso de ter + participio, e vejam (ii) como um caso em que a infinitiva se comporta como todas as mortais infinitivas. A extensão disso seria que em (i) o verbo ver não seria lexicalmente ativo, não podendo, por conseguinte, receber a cliticização, enquanto em (ii) ele teria tal propriedade. Ora, essa dubiedade não é desejável. Como seria a interpretação dada à estrutura sem cliticização? Melhor seria pensar que a cliticização está disponível tanto no primeiro como no segundo verbo e, nos dois casos, teremos os verbos sujeitos às condições por ele estabelecidas. Para fazer isso, Rouveret teria que supor que há movimento do clítico, independentemente do movimento do verbo, o que é indesejável para o sistema que ele monta, embora ele não o demonstre explicitamente.

O que se pode louvar na hipótese de Rouveret é a tentativa de capturar a intuição de que o clítico em PE se comporta nas construções com dois verbos da mesma maneira que com verbos simples. Haja vista a forma como operam os "atratores" sobre tais grupos verbais, impedindo a ênclise

ao primeiro verbo. A mesma tentativa já tinha sido feita antes por DUARTE(1983), que trabalhou com o modelo disponível na época, que era o da Regência e Ligação.

Para que as construções com dois verbos satisfizessem as mesmas condições que ela estipulou para os verbos simples, Duarte teve de recorrer à regra de reestruturação proposta por RIZZI (1976), onde os dois verbos são interpretados como um complexo verbal de adjunção V a V.

Todo esse desacerto provém do fato de que as análises expostas aqui optam por trabalhar com a hipótese de movimento do clítico juntamente com o verbo. Por outras palavras, o clítico assume a posição que assume no nível superficial da sentença muito mais em função do movimento do verbo e de outros constituintes do que de seu próprio movimento. Se por um lado estas tentativas chegam a conseguir uma certa economia na explicação do sistema, uma vez que um fato sintático está em função de outro, em contrapartida têm o inconveniente de, em situações a meu ver cruciais, escapulirem por saídas pouco honrosas.

Em SILVA (1990) encontram-se algumas das intuições mais interessantes acerca do PB atual e sobre o processo de mudança que o teria originado.

Partindo da idéia de que os clíticos devam adjungir-se a núcleos funcionais, ela refuta a análise de ROUVERET (1989), mais ou menos pelas mesmas razões já expostas neste trabalho e procura, a partir do trabalho de KAYNE (1990), levantar hipóteses que expliquem o PB atual.

Silva associa à questão - qual o núcleo funcional disponível para os clíticos, uma segunda questão: não haveria clíticos de naturezas diferentes e por conseguinte associados a posições funcionais diferentes?

A maior parte dos trabalhos prefere tomar os clíticos como categorias Nx, dada a sua característica básica de "substituição" de NPs. Silva levanta a questão de que os clíticos possam ser considerados categorias Dx ou ainda Fx. Levanta então a hipótese de que o PB teria sofrido um processo de mudança em que os clíticos :

"ne sont plus de categories Dx, mais plutôt de categories Nx, categorie qui ne se laisse pas attiré par un noed d'accord; exactment au contraire, il est incompatible avec la preséence de ce trait." (SILVA 1990, p. 34)

Os dados fundamentais de sua análise passam a ser assim os casos em que os clíticos normalmente associados a Dx são impossibilitados de ocorrer: as construções V + PARTICÍPIO. A indicação básica é a de que os clíticos em PB só ocorrem onde os traços de concordância não estão presentes. Isso explicaria, por um lado, o fato de que o participio passivo não admite clíticos e, por outro, o fato de que o clítico o é incompatível com a próclise ao participio em TER + PARTICÍPIO.

Considerando que o seja o clítico que mais fortemente pode ser tomado como categoria Dx, a ausência de concordância do participio nos tempos compostos indicaria que ali não há posição disponível para ele. Como os outros clíticos podem penetrar neste espaço, isto quer dizer que eles não são da categoria Dx, mas sim Nx.

Pode-se assim partir do princípio que o clítico, em PB não procura um núcleo de concordância. Qual seria então a posição disponível? É preciso lembrar que a restrição ao pronome o parece se aplicar a todos os grupos verbais. Isto implicaria dizer que a situação esboçada para os grupos verbais com participio se estenderia a todos os grupos verbais, à exceção das construções passivas.

O outro lado da moeda são os casos em que o participio tem concordância, quais sejam, nas passivas. Neste caso, como vimos, os clíticos em PB não podem se antepor ao participio. Isto seria um sinal de que há um núcleo de concordância disponível, mas ele é incompatível com as características dos atuais clíticos Nx brasileiros.

Sendo assim, que posição estaria disponível? E por que os clíticos não sobem para posições mais altas? Estas perguntas, SILVA (1990) não deixa respondidas e nem neste trabalho se chegará a fazê-lo. Espero que os resultados a serem apresentados ajudem, no entanto, a fazer a questão caminhar um pouco mais.

1.4.2. Subida do clítico

Nas seções anteriores, deixamos esboçada uma situação em que a posição do clítico deveria ser tratada de maneira especial, pois seria o caso em que o clítico "sobe" de uma sentença mais baixa para uma sentença mais alta. CYRINO

(1990) estipula que esta foi uma propriedade havida no português clássico que se perdeu em PB atual. SALVI (1990) também constata o mesmo tipo de fenômeno, embora o trate de maneira diferente.

Vimos nas análises de ROUVERET(1989) e GALVES (1990) que estes autores postulavam um movimento do clítico dependente do movimento do verbo. No caso do *clitic climbing* isto parece não ser possível, a menos que se suponha que o grupo V+Sentença deixe de se comportar como tal. Foi o que Rouveret tentou fazer quando propôs duas análises para sentenças com infinitivas encaixadas no verbo querer, o que, de certa maneira, não deixa de ser o mesmo artifício tentado por RIZZI(1976), já referido anteriormente. O interessante é que esse tipo de movimento está associado a outras possibilidades de posição do clítico, como a posição pré-adverbial, em sentenças como:

26) Ela disse que me não viu.

Aqui é muito difícil explicar a posição do clítico via a possibilidade de movimento de outros constituintes da sentença. Neste caso, tudo leva a crer que estamos diante de um clítico que mostra abertamente a sua face sintática e passeia pela sentença. KAYNE(1989) explorou essa possibilidade, e vale a pena olharmos de perto o que ele teve a dizer.

1.4.2.1. Francês e Italiano em Kayne (1989)

O italiano e o francês contrastam no que diz respeito à possibilidade de "subida" do clítico:

27. Gianni li vuole vedere.

28. * Jean les veut voir.

KAYNE (1989) evita a proposta de RIZZI(1976), porque deseja explicar a subida do clítico em tais construções, relacionando este fenômeno com o sujeito nulo. Além disso, argumenta ele que a mesma explicação adotada para a agramaticalidade em 28 também deve ser capaz de explicar 29:

29. * Jean a promis de les bien faire.

Ou seja, a impossibilidade de clítico pré-adverbial em sentenças infinitivas no francês teria que estar relacionada a fatos como em 28, por se tratar também de um movimento longo do clítico. Dito de outra maneira, línguas que tivessem 27 também deveriam ter 29. (5)

Para alcançar seu intento, Kayne lança mão do arcabouço teórico de Barreiras (CHOMSKY, 1986), tratando o movimento do clítico como movimento de núcleo para núcleo, devendo assim governar por antecedência o seu vestígio. Para que esse tratamento seja dado, uma questão é crucial: o VP em 28 é uma barreira para o movimento do clítico? Como seria

o italiano, por sua vez, deveria permitir o equivalente a 32, mas tal não se dá. Segundo Kayne, isso tem explicação no fato de que o italiano não permite a próclise a infinitivos, de uma maneira geral.

possível o seu movimento para I^o, de maneira que ele pudesse reger o seu vestígio? Esta questão está ilustrada em 28a, que é a representação de 28:

28a) [NP [I^o [PRO [I^o [cl-V
 IP IP VP

No modelo de Barreiras, uma categoria perde o seu caráter de barreira se recebe do constituinte que a domina a propriedade que Chomsky denomina L-MARCAÇÃO. O constituinte I não tem a propriedade de L-marcas, dentro deste modelo; daí VP ser uma barreira neste caso.

Segundo Kayne, é o I das línguas em questão que faz com que se estabeleça a diferença. Propõe assim que I do italiano deva ser considerado suficientemente forte para L-marcas o VP da encaixada. Sendo assim, VP deixaria de ser barreira, podendo o movimento ser executado. Já o francês teria um I fraco, que não L-marcaria o VP e, portanto, o clítico ficaria na sua posição original pré-infinitivo, impossibilitado de mover-se.

Ele corrobora sua análise, apresentando dados de infinitivas não sujeitas às mesmas condições:

30. *Parlargli* sarebbe un errore.

31. *LUI* parler serait un erreur.

O contraste entre as duas línguas se mantém; o mesmo fato que explica 27 e 28 também explica 30 e 31: no italiano o verbo pode sair de VP porque é L-marcado pelo I da encaixada infinitiva, enquanto no francês esse movimento não é possível. 30, segundo Kayne, teria a estrutura em 30a:

30a) V₁ [cl+I [e₁
 CP IP VP

Embora em KAYNE(1990) haja uma interpretação diferente para a posição dos clíticos nas infinitivas, a idéia básica de Kayne se mantém - a ênclise no italiano é fruto de um movimento extra do verbo, para onde o clítico não pode mover-se.

Assim, quando em grupos verbais - dado o quadro de problemas esboçado na seção 1.4. - a posição dos clíticos pode receber dois tratamentos diferentes: um que leve em consideração o movimento conjunto do verbo e do clítico; outro que considere a possibilidade de movimento independente do clítico e do verbo. A primeira abordagem nos dá conta do fenômeno de *clitic climbing* mediante alteração do estatuto morfossintático dos verbos envolvidos; a segunda tem em KAYNE (1990) sua versão mais refinada, porém, para dar conta de fatos elencados em KAYNE (1989) seria preciso articulá-la à intuição básica deste último: a de que IP desempenha papel crucial na liberação da subida do clítico.

CAPITULO II . Mergulhando nos dados

II.1. METODOLOGIA

Estarei trabalhando com a metodologia laboviana de coleta e processamento de dados, o que implica, evidentemente, toda uma evidência estatística de que pretendo lançar mão para descrever o processo de mudança. Cabe, no entanto, uma série de importantes observações acerca de como este trabalho de coleta e processamento dos dados foi executado, pois o fenômeno em questão ofereceu algumas dificuldades que foram superadas mediante alguns artifícios que é preciso esclarecer.

II.1.1. Das variáveis dependentes

Do ponto de vista técnico, ou seja, observando-se rigorosamente a Teoria da Variação e da Mudança, somos levados a dizer que estamos trabalhando com quatro variáveis diferentes:

- A) Posição do clítico em sentenças com um único verbo;
- B) Posição do clítico em sentenças com grupos verbais;
- C) Posição do clítico em sentenças com verbos sozinhos precedidos de negação ou advérbio;
- D) Posição do clítico em sentenças com grupos verbais precedidos de negação ou advérbio.

A primeira variável tem as seguintes variantes:

- a) cl-V
- b) V-cl

que podem ser observadas em 1 e 2, respectivamente:

- 1) Maria me viu.
- 2) Maria viu-me.

A segunda variável, por outro lado, pode apresentar quatro variantes:

- a) cl-V V
- b) V-cl V
- c) V cl-V
- d) V V-cl

que podem ser observadas em 3 - 6, respectivamente:

- 3) Maria me pode ver.
- 4) Maria pode-me ver.
- 5) Maria pode me ver.
- 6) Maria pode ver-me.

A terceira variável já apresenta as seguintes variantes:

- a) cl-ADV/NEG V
- b) ADV/NEG cl-V

que estão exemplificadas, respectivamente em:

- 7) Ela disse que me não viu.
- 8) Ela disse que não me viu.

A situação de ênclise, nestes casos, foi armazenada num arquivo à parte, o que será comentado adiante.

Por fim, a última variável pode apresentar cinco variantes diferentes:

- a) c1-ADV/NEG V V
- b) ADV/NEG c1-V V
- c) ADV/NEG V-c1 V
- d) ADV/NEG V c1-V
- e) ADV/NEG V V-c1

que podem ser observadas nas sentenças abaixo:

- 9) Ela me não pode dizer a verdade.
- 10) Ela não me pode dizer a verdade.
- 11) Ela não pode-me dizer a verdade
- 12) Ela não pode me dizer a verdade.
- 13) Ela não pode dizer-me a verdade.

Embora seja necessário fazer esta ressalva técnica, as variáveis podem ser explicadas segundo mesmas regras. Assim, ao examinar o comportamento de uma ou outra variável através do tempo, poderemos estar, na verdade, nos remetendo a um mesmo fenômeno, ou a fenômenos diferentes mas que se interrelacionam profundamente no interior da gramática da língua. Por esta razão, os dados relativos à variável D (que envolvem a presença de advérbios antes de grupos verbais) serão apresentados juntamente com os dados da variante B) e num segundo momento, serão examinados separadamente, buscando-se somente o fenômeno relevante que, no caso, é a anteposição do clítico aos advérbios pré-verbais.

Por outro lado, fenômenos que caem sob o escopo de uma mesma variável serão, ao menos inicialmente, examinados separadamente. Este é o caso do clítico em sentenças

infinitivas. Ele pode perfeitamente ser tratado como um caso da variável A (se se tratar de um único verbo, evidentemente). No entanto, o clítico em infinitivas será examinado separadamente, dadas as especificidades estruturais envolvidas, que são responsáveis por significativas diferenças na posição dos clíticos, quando se examina comparativamente a sintaxe de certas línguas (o francês e o italiano, por exemplo).

II.1.2. Dos operadores

O PE apresenta algumas restrições à ênclise (cf. seção 2 da Introdução) que também ofereceram alguma dificuldade metodológica para o trabalho. Dizem respeito a certos operadores que, ocorrendo antes do verbo, "forçam" a próclise:

12) Ela disse que me viu.

13) Todos me viram.

14) Ela não me viu.

Eu tinha, no começo do trabalho, a intuição de que estas restrições se aplicariam também ao português diacrônico. Se tal realmente se desse, não poderia computar 12, 13 e 14 como variantes da variável A (cf. seção II.1.1), uma vez que nestes casos somente uma variante seria possível, deixando-se de ter variante no sentido estrito do

termo, ou seja, não haveria formas concorrentes, porque a regra seria categórica. Elas poderiam até ser computadas e os grupos de fatores se encarregariam de marcar a sua especificidade, mas no fundo, trabalho inútil. Decidi fazer então uma primeira coleta de dados, constituindo um pequeno corpus em que todas as sentenças com clíticos foram arroladas, indistintamente.

Feita uma primeira rodada dos resultados, constatei que a intuição era correta, quer dizer, nem tanto. Notei que a partir do século XIX apareciam algumas sentenças como 12, 13 e 14 em que ocorria ênclise. Uma vez que nos períodos mais próximos ao atual esperava um comportamento de próclise, dado o caráter proclítico do PB atual, optei por trabalhar com a hipótese de que tais casos constituíam situações de hipercorreção. Sendo assim, na continuação do trabalho de coleta de dados, fiz a opção de não computar sentenças como 12, 13 e 14, a menos que elas constituíssem casos das variáveis c ou d (cf. II.1.1). Assim, 12 passou a ser uma sentença não computada no corpus global, mas sentenças como 14 foram computadas, porque há duas possibilidades para a posição do clítico. Quando ocorreu algum caso de ênclise em sentenças como 12 e 13, este foi armazenado em um arquivo à parte, a fim de que, conforme a necessidade, fosse utilizado para corroborar as hipóteses levantadas.

II.1.3. Dos grupos de fatores condicionadores

Dadas as especificidades das variáveis tratadas (e o fato de que foram arquivadas todas conjuntamente), nem sempre fiz um uso no programa daquilo que para a Teoria da Variação venha a ser um fator condicionador. Muitos dos "fatores" foram na verdade artifícios usados para capturar a posição ocupada pelo clítico (lembre-se que há variáveis com quatro variantes, sendo que o programa só comportava duas). Assim, não detalharei esses "fatores", que foram mais artifícios de descrição. Além disso, algumas vezes os fatores servem para isolar uma variável da outra. Apresento, então, a partir de agora os grupos de fatores, no sentido estrito da palavra. Quando da apresentação de resultados, o leitor terá oportunidade de ver que nem todos os fatores servem a todas as variáveis.

1) Estatuto do Verbo

Este grupo de fatores, além de permitir isolar as variáveis A e C das variáveis B e D (cf. seção II.1.1) permite-nos também captar o condicionamento em relação às mesmas variáveis. Os fatores com os códigos a h i j l vão retratar as diferenças no comportamento do clítico, quando se tem um único verbo, na oposição finito x não finito. Vimos em KAYNE(1990) o quanto esta oposição é significativa

na descrição da posição dos clíticos quando se trata de variação inter-lingüística. Que papel estaria reservada a ela no percurso diacrónico do português, uma vez que PB e PE atuais divergem quanto a ela?

Os fatores restantes permitem perceber o condicionamento que o tipo de grupo verbal pode exercer sobre a posição do clítico. Vimos que grupos com participio têm maiores problemas com a posição dos clíticos que os outros. SILVA(1990) e ROUVERET(1989) divergem quanto às propostas de análise, mas admitem o participio como problemático. Por outro lado, pode-se esperar um comportamento diferenciado deste tipo de construção em relação àqueles com infinitivo, uma vez que nestes últimos pode estar configurado um movimento longo do clítico que vence maiores barreiras. Isto teria sido relevante no processo de mudança?

a) Verbo único na sentença

Ex: "Eu te adoro, viu?" (Arquivo de cartas pessoais de S.L. - 2a. metade do século XX)

b) Primeiro verbo de grupos com infinitivo

Ex: " e não o querendo assim fazer lhe tornara a dar os ditos outenta milreis." (Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia - 2a. metade do século XVII)

c) Segundo verbo de grupos com infinitivo

Ex: "espero que estas linhas vá lhe encontrar com saúde." (Arquivo de cartas pessoais de A.B. - 2a. metade do século XX)

d) Primeiro verbo de grupos com gerúndio

Ex: "...e lhe fui dando na mão terra, pedras da dita terra e areja, e seixos da dita praya - (Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia - 1a. metade do século XVII)

e) Segundo verbo de grupos com gerúndio

Ex: "Estamos nos deliciando com a presença da Sylvinha" (Arquivo de cartas pessoais de S.L. - 2a. metade do século XX)

f) Primeiro verbo de grupos com participípio

Ex: "E que Pai Domingos, escravo de A.B. que também esta preso lhe tinha dado um bicho dentro de um algodão " (Processo contra escravos de Uberaba - MG)

g) Segundo verbo de grupos com participípio

Ex: "Afimal esqueci de trazer a carta que você havia me escrito" (Arquivo de cartas pessoais de S.L. - 2a. metade do século XX)

h) Mesóclise

Ex: "Receber lhe hei seu lanço" (Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de São Paulo - 2a. metade do século XVII)

i) Verbo das encaixadas infinitivas

Ex: "Que vontade de vê-la !" (Arquivo de cartas pessoais de S.L - 2a. metade do século XX)

j) Verbo das adverbiais gerundivas

Ex: "esem embargo de elle mo não participar ofui buscar para terra, fazendolhe honrras melitares" - Governadores do Rio de Janeiro - Correspondência activa e passiva - 1a. metade do século XVIII)

1) Verbo das adverbiais infinitivas

Ex: "A noite nós três dávamos risadas ao nos lembrarmos disso." - Arquivo de cartas pessoais de S.L. - 2a. metade do século XX.

2) Composição dos grupos verbais segundo o primeiro verbo

Este grupo de fatores deve ser analisado articuladamente com o primeiro e se aplicará somente às variáveis b e d (cf. seção IV.1), as que abrangem os grupos verbais. Permite que se trabalhe com um estatuto dos grupos verbais mais preciso, observando-se uma certa categorização do primeiro verbo, a fim de capturar basicamente a qualidade do movimento do clítico. Assim, os fatores c, d, g procuram observar principalmente a posição do clítico em estruturas onde haveria o *clitic climbing*. Ou seja, haveria alguma diferença entre esses grupos verbais e aqueles que são considerados mais auxiliares? Teria o processo de mudança começado por este tipo de grupo verbal?

Neste grupo de fatores pode-se ainda observar uma distinção que é extremamente relevante em PB atual: os grupos com participio passivo dos grupos com participio ativo. Se o PB tem restrições aos grupos com participio passivo, espera-se que tais restrições tenham atuado diacronicamente.

Assim temos os grupos verbais observados segundo as características do primeiro verbo:

a) Auxiliares (ir, estar, ter, haver)

Ex: " e mais setem visto." (Documentos Históricos do Espírito Santo - Carta do Capitão Mongiardino a S.A. - 2a. metade do século XVIII)

b) Auxiliares Modais

Ex: "Porém devo dizer-lhe a verdade" (Cartas do Rio de Janeiro do Marquês de Lavradio - 2a. metade do século XVIII)

c) Verbos de complemento infinitivo flexionado (deixar - mandar)

Ex: "pello que lhes mandou passar esta carta de Sesmaria." (Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia - 1a. metade do século XVII)

d) Verbos de complemento infinitivo não flexionado (querer)

Ex: " ...queira considerar-se para isso meu representante" (Cartas diversas - 1a. metade do século XX)

e) Auxiliar de passivas

Ex: " E como nada mais respondeu nem lhe foi perguntado mandou o Juiz lavrar este auto de qualificação" (Processo contra escravos - Uberaba - MG - 2a. metade do século XIX)

g) Auxiliares com preposição

Ex: " e os começou a bautizar" (Cartas dos primeiros Jesuítas no Brasil - 2a. metade do século XVI)

3) Tipo de sujeito

Este grupo de fatores relaciona-se, de certa maneira, à estrutura rítmica da língua, bem como a certas propriedades de movimento dos constituintes da sentença. Por meio dele

poderemos observar se uma estrutura com sujeito lexical apresenta posição do clítico diferente de uma com sujeito pronominal ou com sujeito elidido. Alguns manuais de gramática tradicional tomam o sujeito pronominal como um elemento "atrator". Por outro lado, a ênclise com estrutura SUJEITO VERBO em sentenças raiz no PE é uma propriedade de difícil explicação, diferindo das demais línguas românicas; é também uma situação em que a oposição PE X PB se faz mais flagrante. Qual teria sido o comportamento diacrônico do clítico neste tipo de estrutura? Os fatores utilizados foram:

a) Pronominal

Ex: "e elle a aseitou" (Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia - 1a. metade do século XVII)

b) Elidido

" e por nao hauer quem contradicesse o houve por metido de pose Della Actual Real - Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia - 1a. metade do século XVII)

c) SN

Ex: "Este inverno me tem feito bastante estrago" (Cartas do Rio de Janeiro do Marquês de Lavradio - 2a. metade do século XVIII)

d) Formas de tratamento

Ex: "Você ainda se lembra da vovó R.?" (Arquivo de cartas pessoais de S.L. - 2a. metade do século XX)

e) PRO - sujeito de infinitivos não flexionados

Ex: "Estou contando os dias que faltam para beijá-la" (Arquivo de cartas pessoais de S.L. - 2a. metade do século XX)

f) Quantificadores

Ex: "...ninguem se atreveo a jurar contra elle"
 (Documentos históricos do Espírito Santo - 2a. metade do século XVII)

g) Sentencial

Ex: "Consta-me que o Manoel de Camargo perguntou ao Pereira si era conveniente a ida d'elle Camargo para o Jahu "
 (Cartas diversas da 1a. metade do século XX)

h) Elementos QU

Ex: " eh a sua grande benevolência que não nos negará as merecidas desculpas" (Cartas diversas da 1a. metade do século XX)

i) Demonstrativos

Ex: "E isto me deixa aborrecida" (Arquivo de cartas pessoais de S.L. - 2a. metade do século XX)

4) Presença/ ausência de "atratores" antes do verbo

Este grupo de fatores se presta especialmente às variáveis que envolvem grupos verbais, uma vez que, conforme já disse, os verbos simples precedidos destes elementos não serão computados. Na seção 2 da Introdução nos baseamos em DUARTE (1983) para listar os elementos que acarretariam a próclise em PE. E nela que se baseia ROUVERET (1989) para fazer a sua análise do PE. SILVA (1990) acrescenta advérbios precedendo o verbo sem pausa, levantando a possibilidade de a questão ser fonológica. Como seria praticamente impossível capturar pela pontuação a presença ou ausência de pausa, com segurança, optei por listar todos os advérbios e mesmo SPs adverbiais que precediam o verbo como elementos "atratores", a fim de que a análise ganhasse em segurança.

Pode-se assim observar até que ponto a presença destes elementos vai forçar a próclise ao primeiro verbo de grupos verbais. Evidentemente, no caso de sentenças gerundivas ou infinitivas, também é possível saber até que ponto a presença destes "atratores" altera a posição dos clíticos. Foram listados os seguintes "atratores":

a) Locativos

Ex: "...se nesta escriptura faltasse alguma, ou algumas clauzulas para sua validade aqui as haviam por expressas, e declaradas." (Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de São Paulo - 2a. metade do século XVIII)

b) Quantificadores

Ex: "Nós todos lhe queremos bem." (Arquivo de cartas pessoais de S.L. - 2a. metade do século XX)

c) Interrogativos

Ex: "...mas como fazê-lo?" (Arquivo de cartas pessoais de S.L. - 2a. metade do século XX)

d) Negação

Ex: "Obrigada por não me substituir por ninguém" (Arquivo de cartas pessoais de S.L. - 2a. metade do século XX)

e) Complementizadores

Ex: "...e os Destintivos, de reconhecimento, e amor, para com a Soberana que ossoube suscitar" (Documentos históricos do Espírito Santo - 2a. metade do século XVIII)

f) SPs adverbiais

Ex: "...por esta razam, por este publico instrumento lhedavam plena, e geral quitação da mencionada quantia " (Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de São Paulo - 2a. metade do século XVIII)

g) Intensificadores

Ex: "Muito lhe agradeço o magnifico beneficio." (Cartas diversas da 1a. metade do século XX)

h) Complementizador + intensificador

Ex: "...porem aquele coração com que tanto o amo me faz indispensável desta rogativa." (Cartas do Rio de Janeiro do Marquês de Lavradio - 2a. metade do século XVIII)

i) Advérbios frequentativos

Ex: "Sempre tem se alguma coisa q'è contrarie." (Cartas diversas da 2a. metade do século XX)

j) Complementizador + Negação

Ex: "...afim deque entrando povo, quesem estabelecimento o não quer fazer..." (Documentos históricos do Espírito Santo - 1a. metade do século XVIII)

l) Complementizador + SP adverbial

Ex: "...o que com brevidade sepode fazer " (Documentos históricos do Espírito Santo - 1a. metade do século XVIII)

m) Advérbios de modo

Ex: "...enão haver expressa ordem de V.Magde. para assim sefazer" (Documentos históricos do Espírito Santo - 1a. metade do século XVIII)

n) Complementizador + Locativo

Ex: "...huns dizem que remetteo a Bayaa as dittas culpas e que la se sumiram" (Documentos históricos do Espírito Santo - 2a. metade do século XVII)

o) Complementizador + Advérbio de modo

Ex: " e em fe de q' assim o disseram, e outorgaram..."
(Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de São Paulo - 2a. metade do século XVIII)

p) Complementizador + Adv. de exclusão/inclusão

Ex: "...como eles principiam a ver que eu so lhe permito aquilo que e indispensavelmente necessario..."(Cartas do Rio de Janeiro do Marques de Lavradio - 2a. metade do século XVIII)

q) Advérbio de tempo

Ex: " E agora lhe pergunto" (Arquivo de cartas pessoais de S.L. - 2a. metade do século XX)

r) Complementizador + Advérbio de tempo

Ex: "...disserea que se dizia que agora se descobria quais os autores da morte do Tenente F.I." (Processo contra escravos - Uberaba - MG - 2a. metade do século XIX)

s) Advérbio de exclusão/ inclusão

Ex: "Della so se exporta para Porto desta Capitania 980 duzias de taboado" (Documentos históricos do Espírito Santo - 2a. metade do século XVIII)

t) Advérbio de tempo + Negação

Ex: "...e hoje se não conserva senão o dito destacamento" (Documentos históricos do Espírito Santo - 2a. metade do século XVIII)

u) Complementizador + Freqüentativo

Ex: "Aceite você a minha saudade e a grandissima vontade com que sempre me achara pronto para em tudo lhe dar gosto." (Cartas do Rio de Janeiro do Marquês de Lavradio - 2a. metade do século XVIII)

v) SP adverbial + Negação

Ex: "e por esta cauza menão atrevo agora representar as muitas faltas que ha..." (Governadores do Rio de Janeiro - Correspondência activa e passiva - 1a. metade do século XVIII)

5) Tipo de sentença

Há dois interesses grupo de fatores. O primeiro é ver até que ponto o fato de o clítico estar numa sentença raiz, ou numa principal, ou ainda numa coordenada vai influenciar

a posição dos clíticos, uma vez que em nenhum destes casos haveria operadores em Comp atuando como "atratores". O segundo está relacionado a uma classificação especial que foi adotada em função dos dados encontrados. Utilizou-se, assim, a classificação "encaixada coordenada" ou "adverbial coordenada" para os casos em que havia coordenação dos dois tipos de sentença, sem a presença do complementizador. LOBO (1990) apresenta um comportamento especial das encaixadas coordenadas no português do século XV. Em uma sentença como as exemplificadas nos fatores 1 e n, abaixo, é interessante observar até que ponto a ausência fonética do complementizador vai alterar a posição dos clíticos. Esperamos que não, e neste caso, estaremos diante da evidência de que o processo de próclise em português, motivado pela presença dos complementizadores em Comp, não é meramente de natureza fonológica, mas envolve elementos num nível mais profundo da sentença.

Podemos observar ainda até que ponto a presença da preposição antes de infinitivos altera a posição dos clíticos no português diacrônico. Francês e italiano não apresentam diferenças quanto a esta questão - o comportamento de próclise no primeiro e ênclise no segundo não se altera com a presença da preposição. ROUVERET (1989) dá a ênclise como única possibilidade em PE atual. SILVA(1990) constata as infinitivas preposicionadas no PB de textos literários do século XIX com a possibilidade de alternância entre próclise e ênclise. Podemos então levantar

a hipótese de a preposição talvez poder atuar como um elemento em COMP que desencadeia a próclise, como um elemento QU nas completivas finitas. Os fatores utilizados foram:

a) Sentença raiz

Ex: "Nós todos lhe queremos bem." (Arquivo de cartas pessoais de S.L.)

b) Sentença principal

Ex: Querida tia, mamãe manda lhe dizer que o Jubileu está muito próximo." (Cartas diversas da 1a. metade do século XX)

c) Coordenada sindética

Ex: "Eu vivo em função dos meus filhos e imagino-os ainda pequeninos." (Arquivo de cartas pessoais de S.L. - 2a. metade do século XX)

d) Encaixada

Ex: "...peço-lhe que muito nos recomende a todos os seus." (Cartas diversas da 1a. metade do século XX)

e) Adverbial

Ex: "...nem verá o exito da dita obra, se S.Mg. lhe não conceder a contribuição dosuccidio,offerecido pelo Povo" (Documentos históricos do Espírito Santo - 2a. metade do século XVIII)

f) Encaixada infinitiva (preposicionada)

Ex: "esta chegando a hora de nos despedirmos." (Arquivo de cartas pessoais de S.L. - 2a. metade do século XX)

g) Encaixada infinitiva (sem preposição)

Ex: "Respondeu chamar-se João Correa da Costa" (Processo contra escravos , Uberaba. 2a. metade do século XIX)

h) Adverbial infinitiva (preposicionada)

Ex: "...que pera os contentar era necessario andar alguem com agua entre elles." (Cartas dos primeiros jesuitas no Brasil - 2a. metade do século XVI)

i) Adverbial infinitiva (sem preposição)

Ex: " E. vai para Campo Grande lhè esperá..." (Arquivo de cartas pessoais de A.C. - 2a. metade do século XX)

j) Optativa

Ex: "Deus a abençoe com a M." (Cartas diversas da 1a. metade do século XX)

l) Adverbial coordenada

Ex: "...e trespassava o dominio, que na fazenda tinha ao dito Mosteiro Benedictino para que o possuia como coiza sua propria paga com o seo dinheiro e a possa vender, querendo." (Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo - 2a. metade do século XVIII)

m) Encaixada sem cabeça

Ex: "...e porq. acarestia que hoje tem esa terra he tudo limitado. me pedia lhe mandace acrecentar o do. ordenado ao menos ate 300rs " (Governadores do Rio de Janeiro - Correspondência activa e passiva - 1a. metade do século XVIII)

n) Encaixada coordenada

Ex: "...e prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado." (Processo contra escravos - Uberaba - MG - 2a. metade do século XIX)

6) Estrutura básica da sentença

No francês, que tem um padrão essencialmente proclítico, ocorre ênclise quando o verbo encabeça a sentença, como é o caso do imperativo. Vimos em KAYNE (1990) como a ênclise é explicada, partindo-se do princípio que o verbo ocupa uma posição para onde o clítico não sobe; este seria o caso dos imperativos em francês - haveria um movimento do verbo para uma posição mais alta, ocasionando a ênclise. Em SALVI (1990), é a posição de CP que está em questão, sendo possível o movimento do verbo e do clítico para lá, sendo que o clítico é sempre enclítico ao primeiro elemento em Comp. Observou ele, assim, que a posição do verbo na sentença foi relevante para a descrição do português medieval e do processo diacrônico que teria dado origem ao PE atual.

Este grupo de fatores quer capturar principalmente o fato de o verbo estar ou não começando a sentença ou o período. Embora normalmente não mencionada na literatura, esta distinção leva em conta a posição que sentenças adverbiais ocupam na sentença mais alta. Se houver diferença entre um e outro caso, isto significará que o limite da sentença para onde o verbo pode se deslocar não é o mesmo em um ou outro caso. Dito de outra maneira, se houver diferença entre um e outro caso, terá sido certamente a posição de CP que está em jogo, sendo que ela não estaria disponível quando o verbo é precedido de uma adverbial. Teremos assim :

a) (s) V - o verbo está no começo do período e o sujeito está elidido

Ex: "Peço-lhe que vocês não esqueça da gente aqui em casa " (Arquivo de cartas pessoais de A.C. - 2a. metade do século XX)

b) V S - o sujeito está numa posição pós-verbal e o verbo começa o período

Ex: "Sentiose Geralmente esta morte por ser assim apressada." (Documentos históricos do Espírito Santo - 1a. metade do século XVII)

c)...(s) V - o sujeito está elidido, o verbo inicia a sentença principal, mas é precedido de uma sentença adverbial que integra o período.

Ex: "Enquanto aguardo a chegada de sua carta, escrevo-lhe estas linhas." (Arquivo de cartas pessoais de S.L. - 2a. metade do século XX)

d)...V S - o sujeito está em posição pós-verbal, o verbo inicia a sentença, mas é precedido de uma sentença adverbial que integra o período.

Ex: "...chegando ao lugar da fruteira, se divide o Rio da fruteira, para o Norte..." (Documentos históricos do Espírito Santo - 2a. metade do século XVIII)

e) S V - a sentença se apresenta na sua ordem canônica

Ex: " eu lhe deito a minha bênção." (Cartas do Rio de Janeiro do Marquês de Lavradio - 2a. metade do século XVIII)

f) X (s) V - o sujeito está elidido, mas o verbo é precedido de material lexical, argumental ou não, que integra a sentença.

Ex: "Entre as demais dividas meadmirão as da fortaleza da Lagem." (Governadores do Rio de Janeiro - Correspondência activa e passiva - 1a. metade do século XVIII)

g) X V S - o sujeito está em posição pós-verbal, mas o verbo é precedido de material lexical - argumental ou não - que integra a sentença.

Ex: "destas duas nações se aggregarão depois também alguns Indios" (Documentos históricos do Espírito Santo - 1a. metade do século XVIII)

h) QU(suj) V - o sujeito é representado por um elemento QU.

Ex: "...escolhendosse oitenta hoens que se hão de achar debayxo do Governo da Cappitania do Spirito Sancto " (Documentos históricos do Espírito Santo - 1a. metade do século XVIII)

7) Tipo de clítico

Em SILVA (1990) vimos levantada a hipótese de que os clíticos em PB teriam sofrido uma mudança no seu estatuto categorial, o que explicaria certos comportamentos específicos do clítico o, por exemplo. Controlando os clíticos individualmente, poderemos ver até que ponto eles tiveram, durante o processo diacrônico o mesmo comportamento ou não. Adotada a hipótese de Silva, se esperaria que os clíticos tivessem todos um mesmo comportamento até um certo período de tempo, verificando-se modificações a partir do momento em que o processo de mudança estivesse em andamento. As formas variantes lo, no não foram aqui inscritas para não sobrecarregar o trabalho, mas podem ser capturadas via outros fatores, e foram codificadas como clítico o.

1) Clítico me

Ex: "impossibilitoume hum incendio..." (Documentos históricos do Espírito Santo - 1a. metade do século XVIII)

2) Clítico te

Ex "Tu te deverias considerar como elle." (Cartas diversas da 2a. metade do século XIX)

3) Clítico se

Ex: "...levando para o Sul o que afinal se há de transportar para Norte" (Documentos históricos do Espírito Santo - 1a. metade do século XIX)

4) Clítico o

Ex: "...esta onção tem de todo." (Governadores do Rio de Janeiro - Corresponência activa e passiva - 1a. metade do século XVIII)

5) Clítico lhe

Ex: Peço-lhe que vocês não se esqueça da gente aqui em casa." (Arquivo de cartas pessoais de A.C. - 2a. metade do século XX)

6) Clítico nos

Ex: "Estamos nos deliciando com a presença da Sylvinha" (Arquivo de cartas pessoais de S.L. - 2a. metade do século XX)

7) Clítico vos

Ex: "nam deis a cada pesca mais terra que aquella que segundo sua possibilidade virdes ou vos parecer que pode aproueitar" (Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia - 1a. metade do século XVII)

8) Clítico lhes

Ex: "...pello que lhes mandou passar esta carta de Sesmaria." (Livro do tomo do Mosteiro de São Bento da Bahia - 1a. metade do século XVII)

9) Clítico os

Ex: "...e lhe assignasse termo para os exhibirem ou allegar a duuida que a iso tiuesse" (Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia - 1a. metade do século XVII)

8) Papel temático do clítico

O que se deseja aqui é basicamente capturar a oposição entre clíticos que espelham papel temático que integra a grade do verbo e clíticos que não integram a grade do verbo. Ao tentar buscar caminhos para explicar por que os clíticos em PB não continuam subindo até posições mais altas, SILVA (1990) aventa a possibilidade de atribuir a causa ao módulo dos papéis temáticos. Argumenta ela, no entanto, que os clíticos não ligados à grade temática do verbo - os dativos de posse, por exemplo - submetem-se às mesmas condições. Isto seria um indicativo de que a questão não se poderia resolver acionando-se a Teoria dos Papéis Temáticos. Pode-se perguntar, porém, se o português teria sido sempre assim, especialmente quando está em jogo um processo como o *clitic climbing*.

Há uma atenção especial ao clítico se, como se vê nos fatores d, e, f, sendo que o fator e representa uma classificação muito problemática e deve ser lido como clítico que no momento sincrônico pode ser analisado como não integrando a grade temática do verbo.

Os clíticos foram assim codificados segundo a função temática em:

a) Tema

Ex: "Mostrei-a imediatamente às minhas cunhadas."
(Cartas diversas da 1a. metade do século XX)

b) Beneficiário/Dativos de posse

Ex: "e quebrando-lhe nove ovos chocos que quebrava-lhe o encanto." (Processo contra escravos - Uberaba - 2a. metade do século XX)

c) Benefactivo

Ex: "ha muito que não te escrevo." (Cartas diversas da 1a. metade do século XX)

d) Clítico de construções passivas

Ex: "Apesar de tudo, abrem-se avenidas, etc." (Cartas diversas da 1a. metade do século XX)

e) Clítico indeterminador

Ex: "...e em tempo se proceder a exame químico nas raízes objetos." (Processo contra escravos - Uberaba - 2a. metade do século XIX)

f) Clítico de verbos pronominais

Ex: "Haja o que houver, minha filha, não se esqueça de mim" (Arquivo de cartas pessoais de S.L. - 2a. metade do século XX)

Os demais fatores são de natureza extralingüística e visam a dar o retrato do tipo de documento e o período de tempo em que a variável ocorreu:

9) Tipo de fonte

O corpus é constituído unicamente de textos escritos. Para retratar o século XX foram utilizadas somente cartas pessoais, havendo diversificação de documentos nos momentos anteriores. Foram utilizados os seguintes tipos de fonte:

- a) carta pessoal
- b) processo criminal
- c) escritura
- d) testamento

10) Período de tempo

Os dados foram separados em períodos de cinquenta anos :

- 1) 2a.metade do século XX
- 2) 1a.metade do século XX, etc.

11) Documento ou série de documentos

Os dados foram ainda controlados por documento ou série de documentos isoladamente, a fim de que se observasse se não haveria enviesamento nos resultados. Trabalhou-se com as seguintes fontes:

a) Cartas do nordeste - arquivo de cartas pessoais de A.C. que foi utilizado como fonte para a 2a. metade do século XX.

b) Cartas diversas - arquivo de cartas pessoais de diversas origens que foi utilizado como fonte para a 1a. metade do século XX.

c) Processo contra escravos - Arquivo Público Municipal, Uberaba MG - serviu como fonte de dados para a 2a. metade do século XIX - só uma parte do processo foi utilizada

d) Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo - conjunto de documentos que arrolam as posses do Mosteiro de São Bento, que foi utilizado como fonte para o período que vai da 2a. metade do século XVI à 1a. metade do século XIX

e) Governadores do Rio de Janeiro - Correspondência activa e passiva com a Corte - que foi utilizado como fonte de dados para a 1a. metade do século XVIII, sendo utilizadas as cartas das páginas 11 a 24.

f) Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia - foi utilizada uma parte dos documentos, como fonte para os períodos do século XVI ao século XIX

g) Arquivo de cartas de S.L.. - conjunto de cartas pessoais que serviram de fonte para a 2a. metade do século XX.

h) Cartas diversas do século XIX - conjunto de cartas de diversas origens que foi utilizado como fonte para a 2a. metade do século XIX

i) Documentos históricos do Espírito Santo - série de documentos históricos - cartas, um relatório e um testamento - que foram utilizados como fonte para os períodos dos séculos XVI a XVIII

j) Cartas do Rio de Janeiro - série de cartas do Vice-Rei Marquês de Lavradio que foram utilizadas como fonte para a 2a. metade do século XVIII. Foram seleccionadas algumas cartas do Marquês de Lavradio para os seus filhos.

l) Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade do Rio de Janeiro - foi utilizada apenas uma parte dos documentos, como fonte para a 1a. metade do século XVIII

m) Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil - V. III - foram utilizadas duas cartas - a de nº 34 e a de nº 35, como fonte de dados para a 2a. metade do século XVI

n) Annaes de Elrei Dom João Terceiro - foram utilizados alguns trechos como fonte para a 1a. metade do século XVI.

o) Peregrinação - Fernão Mendes Pinto - foram utilizados os capítulos I e II como fonte para a 1a. metade do século XVI

p) Crestomatia Arcaica - foram extraídos os fragmentos do *Sacramentale do Ho Flos sanctorum em lingoage portugues*, contidos nas pp. 210-215, como fonte de dados para a 1a. metade do século XVI.

Os dados foram processados no programa VARBRULL, na versão que comporta o trabalho com variável dependente de duas variantes.

II.2. ALGUNS RESULTADOS - ALGUMAS PERGUNTAS

Estaremos trabalhando com um total de 1436 dados, que serão apresentados em seções que correspondem às quatro variáveis elencadas (cf. seção II.1.1), sendo que os dados que ocorreram em sentenças gerundivas e infinitivas serão separadamente, por razões já expostas.

II.2.1. A POSIÇÃO DO CLÍTICO EM VERBOS SOZINHOS DE SENTENÇAS RAIZ - SURPRESAS E HIPÓTESES

A primeira variável que estamos estudando é a que abarca como variantes a próclise e a ênclise em sentenças raiz com tempo finito. Estão assim, excluídos, como se enfatizou na seção II.1.1, os casos em que o verbo é precedido de algum elemento "atrator". A variável tem como variantes as seguintes posições para o clítico: cl-V e V-cl, que podem ser exemplificadas por:

15) Maria me viu.

16) Maria viu-me

Embora tecnicamente os gerúndios e infinitivos pudessem ser incluídos nesta variável, optei por fazer deles uma apresentação separada, visto que, nos trabalhos que descrevem os problemas de colocação dos clíticos, sempre estes dois tipos de construção apresentam comportamentos específicos motivados por características gramaticais especiais.

Há um total de 436 casos de sentença com essa variável. Este total tem os seguintes percentuais de próclise e ênclise:

Próclise	Enclise	TOTAL
329	107	436
75%	25%	100%

TABELA 1 - Próclise e ênclise em sentenças raiz, sem atratores antes do verbo

Como se vê, na totalidade do corpus a próclise é majoritária (75%). Se se toma por princípio que a próclise na variável estudada é a forma preferível no PB atual, este resultado aguça a nossa curiosidade. Se o português diacrônico constitui a maior parte do corpus e se PB atual é minoria, o percentual de ênclise deveria ser maior, se esperamos mudanças no processo diacrônico. Acrescentemos o fato de que essa variável marca uma das mais radicais diferenças entre o PB e PE. Qual terá sido, enfim, o comportamento diacrônico da variável? Deixemos então as perguntas e partamos para os fatos. A tabela 2 apresenta os percentuais de próclise para a variável em questão. Desvendemos as surpresas.

	Próclise	Enclise	Total
XX2	26 46%	22 54%	48
XX1	10 29%	24 71%	34
XIX2	21 55%	17 45%	38
XIX1	8 89%	1 11%	9
XVIII2	39 85%	7 15%	46
XVIII1	34 85%	6 15%	40
XVII2	58 88%	8 12%	66
XVII1	37 92%	3 8%	40
XVI2	46 84%	9 16%	55
XVI1	50 83%	10 17%	60
TOTAL	329 75%	107 25%	436 100%

TABELA 2 - Próclise e ênclise em verbos sozinhos de sentença raiz em períodos de 50 anos (6)

Até o século XVIII, temos um percentual de próclise em torno dos 85% - percentual mais baixo é de 83% na 1a. metade do século XVI, e o percentual mais alto, 92% na 1a. metade do século XVII. Já o comportamento do clítico a partir da

6 Os números diante dos séculos representam a primeira e a segunda metade de cada período. Assim, XVI2, por exemplo, deve ser lido como 'segunda metade do século XVI'.

2a. metade do século XIX é diverso: 55% de próclise na 2a. metade do século XIX, 71% na 1a. metade do século XX e finalmente 54% na 2a. metade do século XX. Acrescente-se a isso o fato de que, do total de ênclises - 107 casos, 63, ou seja 59%, estão registrados a partir da 2a. metade do século XIX. Os 44 casos restantes (41% do total) se encontram distribuídos nos outros sete períodos. Outro dado relevante é a relativa estabilidade dos resultados no período que vai do século XVI ao século XVIII, estabilidade esta perturbada a partir do século XIX.

Há duas coisas a dizer a respeito de tais resultados. A primeira concerne aos resultados relativos aos momentos mais recentes. Os do momento sincrônico, por exemplo, não refletem o que tomamos como factual em PB - o padrão de próclise nesta variedade do português. Deve-se lembrar o leitor, no entanto, de que também o corpus sincrônico é constituído essencialmente de material escrito, o que torna o uso da língua extremamente monitorado - e a gramática padrão faz pressão pela ênclise.

A segunda observação importante diz respeito aos dados até o século XVIII. Eles nos conduzem a um sistema relativamente estável que, em princípio, seria o mesmo que o PB atual. Aqui, uma ressalva de cunho metodológico é importante: somente dos dados a partir do século XIX é que podemos afiançar uma autoria brasileira. Os textos do séculos XVI a XVIII ou são claramente de autores portugueses, ou no máximo temos dúvida sobre a origem do

autor (este é o caso, p.ex. das escrituras). De qualquer maneira, não podemos nos referir ao português extraído destes textos como português brasileiro. Isto nos leva a pensar que o atual padrão de ênclise em sentenças raiz em PE é fruto de uma mudança, provavelmente ocorrida a partir do século XIX. Por outro lado, o que estes resultados podem significar em relação ao PB?

Em princípio, o que se poderia levantar é a hipótese de uma mudança nas regras que produzem a próclise - no português dos séculos XVI a XVIII a próclise seria fruto de processos diferentes daqueles do PB atual. Se este for o caso, teremos um bom exemplo de que os dados brutos, sem uma interpretação gramatical mais acurada, nada resolvem. Além disso, somente um modelo de gramática que lide diferentemente com possíveis níveis da sentença - um superficial e outro mais profundo, poderá dar conta do processo de mudança, uma vez que, na superfície das aparências, pouca coisa teria mudado no português, em relação ao PB.

Como ainda estamos diante do mistério, vejamos que pistas os fatores condicionadores têm a nos oferecer a respeito dos fatos que estes resultados brutos nos ofereceram.

II.2.1.1. A posição do clítico e a natureza do sujeito

Para a variável tratada, controlaram-se os seguintes tipos de sujeito:(7)

- a) Pronominal
- b) Elidido
- c) SN
- d) Formas de tratamento
- e) Sentencial
- f) Demonstrativos

Vejamos como os resultados se comportam em relação a eles.

No total, a próclise e a ênclise têm os seguintes resultados, quando confrontadas com os tipos de sujeito acima:

7. Como se vê, aqui não estão todos os fatores listados no item 3 da seção II.1.3. uma vez que a sua adoção implicaria casos fora do escopo da variável em questão. O mesmo voltará a ocorrer em relação a outros grupos de fatores.

Tipo de Sujeito	Próclise	Enclise	Total
Pronominal	48(91%)	5(9%)	53
Elidido	158(70%)	71(30%)	229
SN	89(82%)	20(18%)	109
Form.Trat.	4	1	5
Sentencial	21(70%)	9(30%)	30
Demonstrativos	9(90%)	1(10%)	10
TOTAL	329 (75%)	107 (25%)	436 (100%)

TABELA 3 - Frequência de próclise e ênclise em função do tipo de sujeito

Os três primeiros tipos de sujeito é que serão relevantes aqui, uma vez que foram os mais frequentes no conjunto de dados. Observando os casos de próclise, poderíamos levantar a hipótese de que de um lado o sujeito pronominal e o SN favorecem a próclise, enquanto o sujeito elidido a favorece menos. A proporção de 75% no total aumenta para 91% e 82% no caso do sujeito pronominal e SN, respectivamente, e cai para 70% no caso dos elididos. Podemos dizer que a presença/ausência do sujeito é que está sendo relevante, especialmente se considerarmos que os tipos restantes de sujeito todos se enquadram nesta categoria. Mas o que isto significa realmente?

Resguardando-nos do caso em que haja alguma concentração deste ou daquele tipo de sujeito em algum período de tempo determinado, é melhor pensar que o que está em jogo é a posição do verbo na sentença. Se o sujeito

elidido for lido aqui como casos em que o verbo é o primeiro elemento no nível linear da sentença, pode-se explicar melhor o padrão de distribuição que se vê espelhado na recomendação das gramáticas tradicionais: "Não se deve começar a frase com pronome oblíquo." Não nos adiantemos à questão, por enquanto. É preciso, antes, observar como se comporta o clítico no decorrer do tempo em relação ao tipo de sujeito. Como há padrões diferenciados de próclise e ênclise (cf. tabela 2), poderemos pensar melhor este fator (apresentarei somente os resultados dos três tipos de sujeito mais frequentes, para maior comodidade).

	Pronominal		SN		Elidido	
	Pro	En	Pro	En	Pro	En
XX2	7 (100)	0	6 (100)	0	7 (25)	21 (75)
XX1	0	2 (100)	3 (43)	4 (57)	4 (22)	14 (78)
XIX2	4 (70)	2 (30)	8 (90)	1 (10)	6 (35)	11 (65)
XIX1	1 (100)	0	1 (100)	0	6 (100)	0
XVIII2	8 (100)	0	10 (71)	4 (29)	18 (90)	2 (10)
XVIII1	1 (100)	0	9 (90)	1 (10)	18 (90)	2 (10)
XVII2	8 (100)	0	19 (95)	1 (5)	26 (79)	5 (21)
XVIII1	11 (100)	0	7 (80)	2 (20)	25 (93)	2 (7)
XVI2	3 (75)	1 (25)	13 (78)	4 (22)	27 (87)	4 (13)
XVI1	5 (100)	0	13 (82)	3 (18)	21 (75)	7 (25)
TOTAL	48 (91)	5 (9)	89 (82)	20 (18)	158 (70)	71 (30)

TABELA 4 - Frequência de próclise e ênclise por três tipos de sujeito em períodos de 50 anos

A tabela 4 ganha significância se a compararmos com a tabela 2. Nesta última, vimos que nos dados da 2a. metade do século XX, havia uma proporção de 54% de próclise contra 46% de ênclise. Observem-se os totais no mesmo período na tabela acima. O sujeito pronominal e o SN perfazem juntos um total de 14 casos de próclise, contra nenhuma ocorrência de ênclise. Já o sujeito elidido apresenta 21 dados com ênclise, contra 7 de próclise - 75% contra 25%. Ou seja, se o sujeito preenchido (na tabela 4, o pronome e o SN juntos) mantém a tendência de próclise do total, aumentando a proporção, o sujeito elidido empurra o clítico na direção contrária - a ênclise é majoritária. O mesmo padrão de comportamento se observa nos dados da 2a. metade do século XIX, embora com menor força, se lembrarmos que no total a proporção é de 55% de próclise, contra 45% de ênclise (cf. tabela 2). Nos dados relativos ao período que vai do século XVI ao século XVIII, a mesma tendência registrada na tabela 2 se mantém - a próclise é muito forte. Mas chamam a atenção dois fatos: quando o sujeito é pronominal, só é registrada uma única ocorrência de ênclise (2a. metade do século XVI); segundo: dos 43 casos de ênclise no período (resultado possível de ser depreendido da tabela 2) 24, ou seja 56% se dão com o sujeito elidido. Estas duas observações parecem confirmar a suspeita da distribuição efetuada pela presença ou ausência do sujeito. No entanto, os dados relativos ao sujeito SN no mesmo período mostram uma ocorrência de

ênclise um pouco maior do que se poderia esperar, se confirmada a hipótese de condicionamento.

Para entender o que de fato possa estar acontecendo, é preciso não pensar no tipo de sujeito (na verdade aqui traduzido na possibilidade de o sujeito estar preenchido ou não) como um fenômeno isolado em si mesmo. Por trás destes resultados deve esconder-se a possibilidade de o verbo ser ou não o primeiro elemento na sentença, como já disse anteriormente. Isto explicaria assim a suposta distribuição observada. Mas por que, então os sujeitos SN não seriam mais fortemente condicionadores de próclise no período que vai do século XVI ao século XVIII (e mesmo nos casos dos elididos, por que não houve um avanço maior nos casos de ênclise)? A resposta pode ser o fato de que a inversão do sujeito era fenômeno muito freqüente neste período (Berlinck (1989) descreveu muito bem o fenômeno) e, sendo assim, se abriria a porta para a ênclise, já que se abre a possibilidade de, mesmo com o sujeito preenchido, o verbo ficar em primeira posição na sentença.

Uma última observação, de certa maneira correlacionada ao que disse no parágrafo acima. A sensibilidade à presença ou ausência do sujeito, constatada nos dados da 2a. metade do século XX pode ser correlacionada à observação feita sobre a forma como se comportam os resultados gerais de próclise e ênclise do período. Afirmo que, sendo o corpus sincrônico constituído somente de material escrito, seria mais sensível às pressões da norma. Considerando a hipótese

de os casos de sujeito elidido serem situações em que o verbo está em começo de sentença (e considerando que no caso dos SNs, eles estariam na posição pré-verbal, dadas as características do PB atual), teríamos melhor explicada a distribuição encontrada no referido período: em situações de formalidade - no caso o texto escrito - os falantes são sensíveis ao fato de o verbo começar ou não a sentença. Isto é um sinal de que este fato deve ter sido relevante para o processo de mudança e será importante para qualquer proposta que vise a dar conta de como o processo se deu estruturalmente.

Melhor deixar as especulações para trás. Examinemos a quentura dos fatos, observando na próxima seção os resultados relativos à posição dos elementos na sentença.

1.2.1.2. Posição por posição - o caos e a ordem

Como fatores aqui, estaremos trabalhando, em linhas gerais, com a possibilidade de o verbo começar ou não a sentença. Vejamos os fatores utilizados:

a) (S) V - o verbo está no começo da sentença mais alta, iniciando o período - o sujeito está elidido

b) V S - o sujeito está numa posição pós-verbal e o verbo inicia a sentença e o período

c) ... (s) V - o sujeito está elidido, o verbo inicia a sentença, mas é precedido de uma sentença adverbial ou gerundiva, que integra o período

d) ... V S - o sujeito está em posição pós-verbal, o verbo inicia a sentença, mas é precedido de uma sentença adverbial ou gerundiva que integra o período

e) S V - a sentença se apresenta na sua ordem canônica, o sujeito está preenchido

f) X (s) V - o sujeito está elidido, mas o verbo é precedido de material lexical, argumental ou não, que integra a sentença

g) X V S - o sujeito está em posição pós-verbal, mas o verbo é precedido de material lexical - argumental ou não - que integra a sentença

O raciocínio que está por trás destes fatores é que o verbo pode ou não ser o primeiro elemento da sentença, a qual pode ou não ser precedida de outra sentença a ela estruturalmente ligada. Vejamos como os clíticos se comportam então:

	Próclise	Enclise	Total
Estrutura			
a) (s) V	4 (9%)	40 (91%)	44
b) V S	3 (20%)	12 (80%)	15
c)...(s) V	32 (73%)	12 (27%)	44
d)...V S	7 (63%)	4 (37%)	11
e) S V	109(91%)	10 (9%)	119
f) X (s) V	129(84%)	24 (16%)	153
g) X V S	45 (90%)	5 (10 %)	50
TOTAL	329 (76%)	107 (24%)	436

TABELA 5 - Frequência de próclise e ênclise por estrutura básica da sentença

Lida verticalmente, a tabela 5 mostra que, quanto mais elementos à esquerda do verbo, maior a ocorrência de próclise. Observe-se, por exemplo, como o primeiro fator tem as frequências numa direção completamente oposta à tendência geral, que é de 75 % para a próclise e, no caso deste primeiro fator, cai para 9%. Já a situação em que o sujeito preenchido precede o verbo tem 91% de próclises, empurrando assim a tendência geral.

O que está em jogo, como já vimos, é o fato de o verbo ser ou não o primeiro elemento da sentença e, neste aspecto, a diferença que há entre os fatores a e c é bastante interessante. O que é relevante aqui são situações como as exemplificadas abaixo (retomo aqui os exemplos do item 5 da seção II.1.3, criando suas contrapartes):

17a) "Enquanto aguardo a chegada de sua carta, escrevo-lhe estas linhas" (Arquivo de cartas pessoais de S.L. - 2a. metade do século XX)

17b) Enquanto espero a chegada de sua carta, lhe escrevo estas linhas.

18a) "Peço-lhe que vocês não esqueça da gente aqui em casa" (Arquivo de cartas pessoais de A.C. - 2a. metade do século XX)

18b) Lhe peço que você não se esqueça da gente.

Em 17, o verbo começa a sentença principal, mas é precedido de uma sentença adverbial que a ela se liga estruturalmente. Nestes casos, a próclise foi bastante privilegiada, preferindo-se 17b a 17a, numa proporção de 73%. Ao contrário, se o verbo inicia o período, conforme ilustra 18, a próclise não é privilegiada - na tabela 5, 9% dos casos é de próclise. O interessante é notar que, quando o verbo é precedido de elementos ligados à sentença a que pertence, este percentual de próclise tende a aumentar mais ainda, ultrapassando a média geral.

O que parece estar em jogo é um processo de natureza sintática, ou pode ser apenas uma questão fonológica - a posição que o verbo ocupa em relação aos outros constituintes da sentença influi decisivamente na posição ocupada pelo clítico. A questão é qual deverá ser o limite da sentença? Se se considera, por exemplo a hipótese de movimento do verbo como motivadora para ênclise, seria possível pensar que, uma vez que há elementos à sua esquerda, ele fica impedido de mover-se. Neste caso, teríamos de aceitar que, no caso das estruturas c e d, a

sentença adverbial integra a estrutura da sentença mais alta, de tal maneira que impede o deslocamento do verbo.

Antes de prosseguir nestas especulações, é preciso verificar como os dados se comportam diacronicamente em relação a tais fatores. Uma vez que há uma certa distribuição nos casos de próclise e ênclise, que separa os momentos mais recentes do corpus mais antigo, será interessante observar como tais fatores influem nesta distribuição. E o que se pode observar na tabela 6, seguinte:

	XX		XIX		XVI-XVIII	
	P	E	P	E	P	E
a) (s) V	3 (11)	24 (89)	0	6 (100)	1 (9)	10 (91)
b) V S	0	0	0	1 (100)	2 (25)	6 (75)
c)...(s) V	2 (25)	6 (75)	3 (60)	2 (40)	27 (87)	4 (13)
d)... V S	1 (50)	1 (50)	2 (75)	1 (25)	4 (67)	2 (33)
e) S V	22 (88)	3 (12)	16 (80)	4 (20)	71 (96)	3 (4)
f) X (s) V	7 (47)	8 (53)	9 (75)	5 (25)	113 (91)	11 (9)
g) X V S	0	1 (100)	1 (100)	0	44 (92)	4 (8)

TABELA 6 - Frequência de próclise e ênclise por estrutura básica da sentença, em três períodos de tempo

O que se percebe pela tabela 6 é que a tendência à ênclise nos casos em que o verbo é o limite do período (estruturas a e b) se mantém em todos os períodos de tempo, enquanto a tendência à próclise quando o verbo é precedido de algum elemento a sua esquerda também se mantém em todos os períodos de tempo. É especialmente significativo o resultado para o período que vai do século XVI ao século XVIII, quando o percentual de ênclises ficou na casa dos 15% (cf. tab.2), uma vez que se pode ver que o responsável pela ocorrência dessas ênclises parece ser o fator estrutura da sentença, mais propriamente o fato de o verbo começar ou não a sentença.

Por outro lado, é possível perceber uma diferença entre o comportamento dos clíticos em relação aos fatores a/b, de um lado e c/d do outro. Ou seja, confirma-se, no decorrer do tempo, o condicionamento diferenciado que um ou outro tipo de estrutura exerce - o fato de o verbo começar o período ou a sentença principal precedida de alguma adverbial é relevante diacronicamente. Mais ainda, é possível ver que em todos os períodos, o fato de o verbo ser precedido de elementos que integram a própria sentença na qual ele se encontra exerce igual condicionamento.

Resumindo, os dados são altamente sensíveis à posição ocupada pelo verbo na superfície da sentença. As três situações são bem definidas: o verbo inicia o período, inicia a sentença, ou é precedido de algum elemento no nível interno da sentença onde se encontra. Os percentuais de próclise, em todos os períodos de tempo, aumentam de uma situação para a outra, na seqüência em que elas foram escritas:

o verbo inicia o período < o verbo inicia a sentença < o verbo é precedido de algum elemento no nível interno da sentença.

Um tal resultado remete a duas perguntas: O que leva à próclise quando o verbo não é o primeiro elemento da sentença? Uma vez que não temos as situações típicas de "atratores", por que a tendência à próclise? Poderia ser atribuída a um fator de natureza sintática, ou seria um fator de natureza fonológica?

A segunda pergunta seria: Que lugar ocupa uma sentença adverbial, quando o período é composto? Quando o verbo começa uma sentença, mas é precedido de uma adverbial, esta construção é de certa maneira lida como algo do tipo X V, em que X se insere na própria sentença. A questão é que lugar esta sentença ocupa e o que ele tem em comum com a posição do sujeito, por exemplo, uma vez que ambas engatilham a próclise?

Vimos que a posição do verbo mostrou-se altamente relevante. Ele foi capaz de quebrar a monotonia dos resultados da tabela 2, em que o português diacrônico praticamente não apresentava variação. Vimos como os 15 % de ênclise registrados nos séculos XVI-XVIII caem praticamente todos sob os casos em que o verbo inicia o período. Os resultados desta seção permitem também que se releia com mais cuidado os resultados da seção anterior, em que a bola do jogo ficou com o sujeito preenchido e não preenchido.

Pelos resultados aqui expostos, ficou claro que aquilo de que desconfiávamos realmente se confirmou: por trás do fator 'tipo de sujeito' se escondia a possibilidade de o verbo estar ou não em começo de sentença. Vamos ainda passear pelos outros fatores, a fim de verificar se algum deles pode estar exercendo algum peso no processo de mudança. Vamos deixar por ora assentado o seguinte:

- 1) No que toca à posição dos clíticos em sentenças raiz, o português clássico tinha um padrão muito semelhante ao português brasileiro atual;

2) Isto não quer dizer que não tenha havido mudança. Ela deve ter ocorrido, mas o resultado superficial ficou praticamente o mesmo;

3) Um fato que vem corroborar o item anterior diz respeito à posição dos clíticos, em função da posição ocupada pelo verbo no nível superficial da organização da sentença: diferentemente do PB atual, que generalizou a próclise, independentemente da posição ocupada pelo verbo (vide poema de Oswald de Andrade), o português clássico, embora privilegiasse a próclise, fazia uma restrição muito bem definida quanto ao fato de o verbo ser ou não o primeiro elemento do período. A diferença mostra que houve mudança.

II.2.1.3. O clítico como condicionador

Aqui o que interessa é checar até que ponto a natureza fonológica dos clíticos é relevante para a descrição do processo, bem como as suas propriedades sintáticas. Um clítico como *lhe* é muito mais saliente do que um clítico como *o*, por exemplo. Além disso, há toda uma relação morfológica entre clítico *o* e o determinante que tem sido utilizada para estabelecer uma estrutura sintática que amarre as duas funções da partícula *o*. Isto poderia levar a algum tipo de condicionamento pelos clíticos, uma vez que, em relação ao clítico *o*, se poderia pensar que o fato de estar mais ligado a um SN poderia fazer com que ele assumisse uma posição pós-verbal com maior frequência que um

clítico como *lhe*. Destaque-se ainda o fato de que *o* é um único clítico que apresenta variantes fonológicas - *lo*, *no*, conforme a sua posição.

A tabela 7 apresenta os percentuais de próclise verificados para cada tipo de clítico, por período de tempo. Vejamos o que ela tem a dizer:

	me		te		se		o		lhe		nos	
	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E
XX2	14	6	2	0	2	1	3	4	3	10	2	0
	(70)	(30)	(100)		(67)	(33)	(43)	(57)	(23)	(77)	(100)	
XX1	3	11	1	2	3	0	2	6	1	4	0	1
	(21)	(79)	(33)	(67)	(100)		(25)	(75)	(20)	(80)		(100)
XIX2	3	1	0	5	2	5	5	0	11	6	-	-
	(75)	(25)		(100)	(29)	(71)	(100)		(65)	(35)		
XIX1	1	0	-	-	3	1	1	0	1	0	2	0
	(100)				(75)	(25)	(100)		(100)		(100)	
XVIII 2	10	1	-	-	11	4	9	1	9	1	-	-
	(90)	(10)			(73)	(27)	(90)	(10)	(90)	(10)		
XVIII 1	16	4	-	-	10	1	4	1	4	0	-	-
	(80)	(20)			(91)	(10)	(80)	(20)	(100)			
XVII2	11	0	-	-	24	4	15	0	8	4	-	-
	(100)				(86)	(14)	(100)		(67)	(33)		
XVII1	4	1	-	-	8	2	12	0	11	0	1	0
	(80)	(20)			(80)	(20)	(100)		(100)		(100)	
XVI2	7	0	0	1	13	8	12	0	14	0	-	-
	(100)			(100)	(62)	(38)	(100)		(100)			
XVI1	7	0	0	1	14	2	9	5	10	2	9	1
	(100)			(100)	(88)	(12)	(64)	(36)	(83)	(17)	(90)	(10)
TOT	76	24	3	8	90	28	72	17	72	27	14	2
	(76)	(24)	(27)	(73)	(76)	(24)	(81)	(19)	(73)	(27)	(87)	(13)

TABELA 7 - Frequência de próclise(P) e ênclise(E) em função de cada clítico, em períodos de cinquenta anos

Destacaremos para nossa análise quatro clíticos: me, se, o e lhe, que foram os mais frequentes e podem assim fornecer elementos para uma análise mais segura. Vejamos o seu comportamento em comparação com os totais de cada período de tempo (cf. tabela 2), para checar se algum deles altera o perfil dos resultados já delineados.

O clítico *me* altera significativamente os resultados na 2a. metade do século XX, empurrando a próclise para os 75% das ocorrências (em contraste com os 54% de próclises registrados no total do período). Já no período que vai do século XVI ao século XVIII, normalmente a próclise se mantém 10 a 15% acima da média de cada período de cinquenta anos (exceto na 1a. metade do século XVIII e na 1a. metade do século XVII, quando o seu percentual é menor do que a média). Percebe-se assim que o clítico *me* não se apresenta como um forte condicionador, embora se sinta uma tendência à próclise no seu caso.

O mesmo se pode dizer do clítico *se*. O número de ocorrência é baixo nos momentos mais recentes, para que se possa fazer qualquer afirmação mais relevante. No período que vai do século XVI ao século XVIII, às vezes a frequência de próclise é maior do que a média, às vezes é menor do que a média e às vezes se mantém em torno da média de cada período. Se fôssemos comparar *se* e *me*, diríamos que *me* é mais condicionador, uma vez que a tendência à próclise, no seu caso, mantém-se na maior parte dos períodos.

Já o clítico *lhe*, no século XX, altera substancialmente a média - a 2a. metade do século XX teve uma média de 54% de próclise, enquanto este clítico apresenta 23% de próclises no período. Se comparado com *me*, no mesmo período, podemos dizer que *lhe* e *me* estão em tendências opostas, o primeiro carregando a ênclise e o segundo carregando a próclise. Mas esta tendência se mantém no decorrer do tempo? Nos períodos

anteriores, o clítico *lhe* mantém, ao contrário do século XX, a tendência da média, acentuando a próclise registrada no período (com exceção da 2a. metade do século XVII, onde o percentual de próclise registrado com este clítico - 67% - é inferior à média do período - 88%)

O clítico *o* é muito pouco freqüente no século XX, daí não ser possível avaliar a sua força como condicionador. No período que vai do século XVI ao século XVIII, o clítico mantém a tendência à próclise, acentuando-a: em três períodos ela é categórica. A exceção fica por conta da 1a. metade do século XVI, em que os 64% de próclises registrados para este clítico estão bem abaixo da média do período, que é de 85% de próclise.

O que dizer destes resultados? Se se observarem os totais de próclise e ênclise dos clíticos acima relacionados percebe-se que eles refletem os percentuais totais, expostos na tabela 1. A exceção fica por conta do clítico *o*, que se apresenta com um percentual de próclises um pouco acima da média geral, que é de 76%. Vimos acima que, em geral, as tendências de cada período são mantidas, havendo apenas algumas alterações neste ou naquele período de tempo. Tais alterações devem estar relacionadas a outros fatores (podemos aqui lembrar a posição do verbo na sentença, avaliada na seção anterior) Isto nos leva a pensar que no processo de mudança, esta afetou a todos os clíticos indistintamente e o peso que cada um poderia ter não foi forte o suficiente para impedi-la, ou retardá-la. Os

resultados nos remetem também a outra conclusão importante: na gramática do português clássico, onde, como vimos anteriormente, havia uma certa estabilidade na posição dos clíticos, a sentença acomodava a todos indistintamente, ou seja, pensando a questão olhando a face fonológica dos atores, todos cumpriam o mesmo papel determinado pelo ritmo da frase, independentemente da saliência fônica que cada um deles pudesse ter individualmente. Quando examinarmos porém os clíticos em função da posição do verbo na sentença, pode ser que algum fato novo nos leve a novas conclusões.

Não desejo aqui excluir de uma vez por todas o papel que cada clítico desempenhou individualmente no processo de mudança como um todo. Lembro ao leitor que estamos estudando apenas uma das variáveis - a posição do clítico quando o verbo é único na sentença. Se os clíticos individualmente desempenharam algum papel importante, este deverá ser detectado quando examinarmos variáveis que envolvam "movimento longo" (o clítico em grupos verbais, por exemplo).

II.2.1.4. A posição do clítico pelo papel temático - a força dos sentidos

Como já disse, o que pretendo observar aqui não é uma classificação rigorosa dos possíveis papéis temáticos desempenhados pelos clíticos, mas apenas verificar se é relevante para sua posição o fato de o clítico ter um papel

temático previsto pelo verbo. Assim, os fatores utilizados foram (cf. discussão seção II.1.3) :

- a) Clítico com papel temático Tema
- b) Clítico com papel temático Beneficiário
- c) Clítico com papel temático Benefactivo
- d) Clítico de construções passivas
- e) Clítico de "verbos pronominais"
- f) Clítico "indeterminador"

A tabela 8 apresenta os percentuais de próclise em relação a estes fatores.

	Tema	Benef.	Benefact.	Passiva	Pron.	Ind.	TOT
XX2	69% (11)	100% (3)	26% (5)	-	70% (7)	-	54% (26)
XX1	27% (3)	29% (2)	17% (2)	100% (1)	100% (2)	0%	29% (10)
XIX2	100% (8)	67% (2)	50% (10)	0% 0	20% (1)	-	55% (21)
XIX1	100% (1)	100% (1)	100% (1)	50% (1)	100% (4)	-	89% (8)
XVIII2	87% (13)	100% (4)	92% (11)	70% (7)	80% (4)	-	85% (39)
XVIII1	83% (5)	70% (7)	92% (11)	100% (6)	100% (5)	0%	85% (34)
XVII2	100% (17)	-	80% (16)	92% (12)	81% (13)	-	88% (58)
XVIII1	100% (15)	100% (6)	90% (9)	60% (3)	100% (4)	-	92% (37)
XVI2	100% (17)	100% (7)	100% (11)	60% (6)	50% (5)	-	84% (46)
XVI1	75% (18)	100% (6)	85% (11)	85% (11)	100% (4)	-	83% (50)
TOTAL	108	38	87	47	49	0	329

TABELA 8 - Freqüência de próclise em função do papel temático do clítico

Há dois fatos que são algo significativos na tabela 8. O percentual de próclise com o papel temático 'tema' é bastante alto em todos os períodos e em diversos deles é categórico. A exceção fica por conta da 1a. metade do século XVI, quando há uma freqüência menor do que a média do período, ou seja, 75% contra 83% de média. Na 1a. metade do século XX, a freqüência de próclise acompanha a média do período, que é de 29%, e a tendência à próclise é confirmada

também na 2a. metade do século XX, em que temos 69% de próclise, contra 54% de média no período.

O segundo fato são os baixos percentuais de próclise do benefactivo nos três primeiros períodos de tempo: na 2a. metade do século XX temos 26% de próclise contra uma média de 54%; na 1a. metade do século XX, 17%, sendo a média 29% e na 2a. metade do século XIX, 50% contra uma média de 55%.

Ainda como resultados que chamam um pouco a atenção, temos o clítico de passivas que em três períodos apresentam percentuais de próclise que se diferenciam muito das respectivas médias: 2a. metade do século XVIII, 70%; 1a. metade do século XVII, 60% e 2a. metade do século XVI, 60%.

A questão é que fica difícil colocar aqui o papel temático do clítico como um forte condicionador, com base apenas nestes resultados gerais, uma vez que as alterações que cada um deles provoca são isoladas, neste ou naquele período, não são sistematicamente extensivas a todos os períodos. Não é difícil supor, então, que na verdade os resultados sejam explicados por outros fatores.

II.2.1.5. Próclise e ênclise por tipo de sentença.

Os fatores aqui considerados são (cf. discussão na seção II.1.3):

- a) Sentença raiz
- b) Principal
- c) Coordenada

- d) Adverbial coordenada
- e) Encaixada sem cabeça
- f) Encaixada coordenada
- g) Optativa

A tabela 9 abaixo apresenta os resultados referentes aos fatores a, b e c em períodos de cinquenta anos.

	raiz		principal		coordenada	
	P	E	P	E	P	E
XX2	16 (73)	6 (27)	4 (25)	12 (75)	6 (67)	3 (33)
XX1	1 (10)	9 (90)	6 (32)	13 (68)	1 (50)	1 (50)
XIX2	8 (100)	0	1 (9)	10 (91)	10 (62)	6 (38)
XIX1	-	-	2 (67)	1 (33)	4 (100)	0
XVIII2	10 (83)	2 (17)	7 (78)	2 (22)	10 (77)	3 (23)
XVIII1	0	1 (100)	10 (71)	4 (29)	14 (93)	1 (7)
XVII2	9 (69)	4 (31)	2 (40)	3 (60)	36 (97)	1 (3)
XVII1	3 (75)	1 (25)	4 (80)	1 (20)	21 (100)	0
XVI2	1 (20)	4 (80)	10 (83)	2 (17)	26 (90)	3 (10)
XVI1	6 (86)	1 (14)	6 (86)	1 (14)	34 (81)	8 (19)
TOTAL	54 (66)	28 (34)	52 (51)	49 (49)	162 (86)	26 (14)

TABELA 9 - Próclise e ênclise em sentenças raiz, principais e coordenadas

Um exame dos totais das freqüências de próclise e ênclise nos três tipos de sentença revela uma ocorrência

maior de próclise nas coordenadas, do que nas sentenças raiz ou principais. Observando-se os dados no período que vai do século XVI a XVIII, percebe-se que esta tendência se mantém - na maior parte do período o percentual de próclises nas coordenadas é maior que nas outras duas, ficando um pouco abaixo somente em dois períodos : 1a. metade do século XVI e 2a. metade do século XVIII. Ainda de olho nos totais, percebe-se que as sentenças raiz apresentam um percentual de próclise maior que as principais, sendo que, no mesmo período citado acima, nem sempre o mesmo se dá, como é facilmente observável.

Já no século XX, onde os dados devem ser interpretados com cautela, uma vez que os resultados no total não refletem aquilo que se espera do PB (cf. discussão a respeito da tabela 2), a próclise é maior em sentenças raiz, seguidas de perto pelas coordenadas, tendo as principais um baixo percentual de próclise (25%) e a mesma tendência é registrada no século XIX.

O que se pode dizer destes resultados? O tipo de sentença representaria um condicionamento significativo? As altas freqüências de próclise nas coordenadas seriam um sinal de que a conjunção que as inicia atua como um "atrator", um operador daqueles descritos na seção 2 da Introdução? Os próprios dados podem responder por si mesmos, uma vez que as tendências esboçadas pelos resultados totais não são as mesmas em todos os períodos. Os resultados devem ser lidos, da mesma maneira que os outros já analisados

anteriormente, como refletindo a força do fator posição do verbo na sentença.

Observe-se que, nas coordenadas, teremos sempre a situação em que o verbo não está no limite da sentença, enquanto nos outros dois tipos de sentença, é possível que o verbo esteja nesta posição. Daí termos os altos percentuais de próclise nas coordenadas e uma certa irregularidade na distribuição das ocorrências de próclise e ênclise em função dos três tipos de sentença. Se este for realmente o caso, teremos então que o fator tipo de sentença não é relevante, e, além disso, que a conjunção que introduz as sentenças coordenadas não deve ocupar, na estrutura da sentença, a mesma posição que um complementizador do tipo QU, por exemplo, uma vez que, com a primeira a próclise é apenas majoritária, enquanto com o segundo, a próclise é regra geral. Se a explicação para esta regra for de natureza sintática, evidentemente o estatuto de um e de outro não deverá ser o mesmo. Estas considerações têm a ver com os resultados que serão esboçados abaixo, uma vez que se discutirá novamente, em função dos números, a forma como atuariam estas operações sintáticas.

A tabela 10 apresenta os percentuais de próclise e ênclise em função dos fatores restantes deste grupo. Todos são casos em que o complementizador seria possível mas não ocorreu foneticamente preenchido. Vejamos os resultados.

	adverbial coorden.		encaixada coorden.		encaixada s/ cabeça		optativa	
	P	E	P	E	P	E	P	E
XX2	-	-	-	-	-	-	-	-
XX1	-	-	1	0	-	-	1	0
XIX2	-	-	2	1	-	-	-	-
XIX1	1	0	-	-	1	0	-	-
XVIII2	1	0	5	0	5	0	-	-
XVIII1	1	0	4	0	5	0	-	-
XVII2	1	0	3	0	7	0	-	-
XVIII1	-	-	4	0	5	0	-	-
XVI2	-	-	6	0	3	0	-	-
XVII1	1	0	2	0	-	-	-	-
TOTAL	5	0	27	1	26	0	1	0

TABELA 10 - Posição do clítico em sentenças encaixadas sem preenchimento fonético em Comp

Um rápido exame nestes resultados já é o bastante para que não tenhamos dúvida: as sentenças retratadas pelos fatores acima são categóricas em matéria de próclise. Há apenas um único caso de ênclise no total destes dados.

O que tais resultados significam? Em relação às encaixadas sem cabeça, tão comuns ainda em textos jurídicos e documentos oficiais, é plausível admitir que seja apenas uma questão do texto escrito. Ou seja, supondo que o complementizador seja apenas omitido na escrita, pode-se dizer que a próclise se justifica como sujeita à condição descrita na seção 2 da Introdução (cf. também discussão sobre ROUVERET, 1990), isto é, decorre de um Comp

lexicalmente preenchido, que somente foi omitido na representação escrita, o que equivale a dizer que a gramática do português clássico não tinha encaixadas desenvolvidas sem cabeça, nas condições descritas.

Do contrário, teríamos que admitir que o português clássico tinha na sua gramática encaixadas finitas sem elemento fonético em Comp, tal como no inglês, o que seria mais complicado.

Já em relação às encaixadas e adverbiais coordenadas, podemos supor que não se trata apenas de um problema de escrita, uma vez que tal processo de coordenação é perfeitamente gramatical em português atual (seja brasileiro, seja europeu). Neste caso, dada a forma categórica como ocorre a próclise, é interessante levantar a hipótese de que o complementizador, que aparece lexicalmente pleno na primeira das encaixadas (ou adverbiais) "continua valendo" para a segunda encaixada, em que ele não aparece em forma fonética:

19) "...e prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado." (Processo contra escravos - Uberaba - MG)

Isto pode parecer óbvio, mas uma teoria que busque explicar as tais condições de próclise citadas na seção 2, teria que lançar mão de princípios sintáticos rigorosos, deixando de lado qualquer interpretação de natureza fonológica para o fato. Assim, as lições da gramática tradicional de que a posição dos clíticos na sentença é uma

questão de "eufonia" cairiam, pelo menos em parte, por terra.

Evidentemente essas conclusões são possíveis se se evitar uma "regra geral" de próclise. Na seção II.2.1. e nas demais em que viemos examinando os resultados, ficou patente uma grande tendência à próclise no português clássico. Supondo que esta tendência fosse tão forte como o é em PB atual, poderíamos dizer que as condições expostas na seção 2 perdem o significado. Porém, ao compararmos a tabela 9 e a tabela 10, podemos ver que, na segunda, os resultados de próclise são de tal forma categóricos que dispensaram o uso das percentagens. Isto quer dizer que se o sistema permitia variação, isto ocorria em sentenças nas quais não havia a possibilidade de um complementizador "embutido", como é o caso das sentenças que serviram de fatores na tabela 10. Fica, no entanto, a ressalva feita dúvida.

II.2.1.6. Algumas conclusões preliminares

Pudemos perceber que os resultados diacrônicos revelam uma gramática que, no período que vai do século XVI ao século XVIII permanece de certa maneira estável no que toca à posição dos clíticos. A tendência à próclise faz este português parecer bastante com o PB atual. Os dados relativos ao PB atual, por sua vez, apresentaram um percentual de próclise bastante inferior ao português

clássico, mas como se trata de textos escritos, tais resultados, como já disse, devem ser lidos como condicionados pelo estilo. O que é interessante é que esta tendência à ênclise começa a se manifestar a partir do século XIX, o que faz crer que deve ter havido um processo de mudança, sendo que, no que diz respeito à variável estudada, ela só é perceptível quando se faz esta leitura "ao contrário" dos resultados. A partir do século XIX, os falantes passaram a ficar sensíveis a uma pressão pela ênclise, o que é contraditório, uma vez que o português vinha de um sistema em que a ênclise não era majoritária. Se se parte do pressuposto de que o PB é essencialmente proclítico, que outra maneira teríamos de explicar os resultados "ao contrário"?

Pudemos perceber que a posição do verbo na sentença é o fator que mais fortemente condiciona a posição dos clíticos, quando se trata de verbos únicos em sentenças finitas. De fato, a tendência à próclise no período que vai do século XVI ao século XVIII é somente refreada pelo fato de o verbo começar ou não a sentença. Isto nos leva a supor que neste período havia uma regra que determinava a próclise e outra regra que, de certa maneira, antepunha o verbo ao clítico (a modalização do texto vai por conta de não se saber exatamente quem se move na sentença, uma vez que tanto ao clítico como ao verbo podemos supor móveis, no terreno movediço das regras de movimento da língua).

No processo de mudança, o PB perdeu esta segunda regra, restando a questão de se a próclise que é registrada hoje seria fruto dos mesmos processos que no português clássico, ou não. Dadas as considerações acerca da "leitura ao contrário" dos resultados feitas no primeiro parágrafo, pode-se desde já, porém, supor que alguma mudança houve.

Mas esta questão ainda deve continuar em suspense. Uma vez que examinamos apenas uma das variáveis, não é possível ainda fazer afirmações mais taxativas. Do exame das outras variáveis, em que o movimento mais longo do clítico está envolvido, será possível trazer mais subsídios para a descrição dos processos envolvidos.

II.2.2. POSIÇÃO DOS CLITICOS EM GRUPOS VERBAIS

VI.2.2.1. Resultados gerais da variável - mudança à vista

A nossa variável aqui é a b (cf. seção V.1) que tem quatro variantes: (8)

8. Na seção II.1.1, quando apresentamos as variáveis, observamos que, embora tratados tecnicamente como diferentes, a variável D (que tem advérbios e a negação antes do primeiro verbo de grupos verbais) poderia ser vista como um caso especial da variável B. De fato, se se pensa que o clítico está tematicamente ligado ao segundo verbo, o fato de estar proclítico a um advérbio pré-verbal não invalida tomá-lo como um caso da variante a (cl-V V), se se tem em mente o movimento do clítico. Assim, dos 327 casos de grupos verbais analisados nesta seção, 45 são casos em que estes grupos verbais estão precedidos de advérbios ou da negação, os quais serão depois analisados separadamente na seção II.2.4.

- a) cl-V V
- b) V-cl V
- c) V cl-V
- d) V V-cl

Foi computado um total de 388 sentenças em que havia grupos verbais com clíticos. Destas, 61 foram casos de sentenças ou gerundivas ou infinitivas. Estes 61 casos serão examinados à parte, quando se tratar das sentenças sem tempo. Restam, portanto 327 casos de sentenças com grupos verbais com tempo finito e a tabela 11, abaixo, apresenta as freqüências de cada variante:

a	b	c	d	TOTAL
261	7	33	26	327
(80%)	(2%)	(10%)	(8%)	(100%)

TABELA 11 - Total de ocorrências de cada variante em grupos verbais

Esses resultados mostram que a variante a foi a mais freqüente, alcançando o percentual de 80% das ocorrências de grupos verbais; ou seja, a posição pré-primeiro verbo é superior a todas as outras. No caso, foram computadas tanto sentenças em que os grupos verbais eram precedidos de

elementos "atratores", quanto de grupos verbais não precedidos deles. Vejamos até que ponto esses elementos alteram o perfil delineado. A tabela 12 abaixo apresenta as mesmas variantes, mostrando as suas freqüências em duas situações: quando os grupos verbais foram precedidos de algum elemento "atrator" (sob o rótulo com) e quando os grupos verbais não foram precedidos de "atrator" (sob o rótulo sem).

	a	b	c	d	TOTAL
sem	60 (60%)	5 (5%)	20 (20%)	15 (15%)	100 (100%)
com	201 (89%)	2 (1%)	13 (6%)	11 (5%)	227 (100%)
TOTAL	261	7	33	26	327

TABELA 12 - Total de ocorrências de cada variante em grupos verbais, em função da presença ou ausência de "atratores"

Comparando-se a freqüência relativa de cada variante nas duas situações, percebe-se que a posição do clítico em grupos verbais é algo sensível às restrições expostas na seção 2, uma vez que a freqüência relativa da variante a (cl-V V) é de 89%, quando o grupo verbal é precedido de algum elemento atrator e de 60% na situação oposta. Por outro lado a variante d (V V-cl) passa de 5% na segunda situação. No entanto, embora sensível à presença de "atratores", a variante a (cl-V V) ainda é alta o suficiente para mais freqüente que todas as outras variantes

juntas e esta situação de próclise ao primeiro verbo não é característica nem do FE nem do PB atuais.

Da variante c (V cl-V) não se pode dizer muita coisa, já que ela é característica do PB atual e, uma vez que o número de ocorrências dela foi baixo em relação ao total, pode-se supor que a maior parte delas tenha sido registrada no século XX.

E preciso, agora, verificar como esses resultados se comportam diacronicamente. A tabela 13 apresenta as frequências das quatro variantes, em períodos de cinquenta anos, nas duas situações.

	SEM ATRADORES				COM ATRADORES			
	a	b	c	d	a	b	c	d
XX2	0	1	16	7	3	0	11	2
%		4	67	29	19		69	13
XX1	0	0	3	5	8	0	1	0
%			38	62	89		11	
XIX2	4	2	0	1	15	2	0	1
%	57	29		14	83	11		6
XIX1	1	0	0	0	5	0	0	0
%	100				100			
XVIII2	6	0	1	2	27	0	1	3
%	67		11	22	87		3	10
XVIII1	7	0	0	0	29	0	0	3
%	100				91			9
XVII2	13	0	0	0	16	0	0	1
%	100				94			6
XVII1	14	0	0	0	24	0	0	0
%	100				100			
XVI2	10	1	0	0	31	0	0	1
%	91	9			97			3
XVI1	5	1	0	0	43	0	0	0
%	83	17			100			
TOTAL	60	5	20	15	201	2	13	11
	60	5	20	15	89	1	6	5

TABELA 13 - Frequência das variantes nos grupos verbais com atratores e sem atratores, em períodos de 50 anos

Pela tabela 13 percebemos como não podemos, no caso da variável em questão, analisar globalmente os dados. Havíamos levantado, quando da tabela 12, a possibilidade de a próclise ao primeiro verbo de grupos verbais ser sensível à presença de elementos "atratores". Agora podemos ver que tal não é o caso: observe-se como o percentual de 60% registrado para a variante a (cl-V V), no total sem "atratores", sobe

sistema permanece relativamente estável neste período que vai do século XVI ao século XVIII. A posição pré-primeiro verbo é sempre majoritária, independentemente de os grupos verbais virem precedidos de "atratores". Considerando que ainda não foi apresentado nenhum outro resultado que avalie a força dos possíveis fatores condicionadores, pode-se supor que este padrão de próclise ao primeiro verbo seja muito mais forte do que aparenta, uma vez que os casos de ênclise ao primeiro e ao segundo verbo podem estar se dando em função de algum fator específico.

II.2.2.2. Os tipos de grupos verbais e a mudança

Os grupos verbais foram divididos em três grandes grupos, conforme a forma nominal do verbo principal. Temos assim: V + INFINITIVO, V + GERUNDIO e V + PARTICÍPIO. Evidentemente esta taxionomia encerra mistérios sintáticos maiores do que explicita, na sua simplicidade. Tais mistérios serão abordados mais à frente. Vejamos como se comporta diacrônicamente cada grupo desses grupos verbais. A tabela 14 apresenta já os resultados diacrônicos, não fazendo distinção entre a presença ou não de "atratores" antes do primeiro verbo.

		a	b	c	d	T
XX	I	4(11)	1(3)	18(50)	13(36)	36(100)
	G	1(8)	0	11(84)	1(8)	13(100)
	F	6(75)	0	2(25)	0	8(100)
XIX	I	8(67)	2(17)	0	2(17)	12(100)
	G	1(100)	0	0	0	1(100)
	F	16(89)	2(11)	0	0	18(100)
XVIII	I	50(85)	0	1(2)	8(14)	59(100)
	G	4(80)	0	1(20)	0	5(100)
	F	15(100)	0	0	0	15(100)
XVII	I	37(97)	0	0	1(3)	38(100)
	G	3(100)	0	0	0	3(100)
	F	27(100)	0	0	0	27(100)
XVI	I	72(96)	2(3)	0	1(1)	75(100)
	G	6(100)	0	0	0	6(100)
	F	11(100)	0	0	0	11(100)
TOTAL		261(80)	7(2)	33(10)	26(8)	327(100)

TABELA 14 - Posição do clítico segundo o tipo de grupo verbal

Observando os dados relativos ao século XX, percebemos que os grupos verbais com gerúndio admitem mais a próclise ao segundo verbo que os outros, e que as construções com participípio são as que menos permitem essa variante. Por outro lado, são essas construções que apresentam o maior percentual de próclise ao primeiro verbo. A interpretação destes resultados deve se pautar, porém, pelas considerações de natureza extralingüísticas que já fizemos em relação aos resultados. Mais que isso, vejo a necessidade de separarmos a primeira metade deste século da segunda, uma vez que, em resultados anteriores, já sentimos diferença entre elas. E o que podemos ver na tabela 15 a seguir:

		a	b	c	d	T
	I	1(4)	1(4)	16(62)	8(30)	26(100)
XX2	G	1(9)	0	9(82)	1(9)	11(100)
	P	1(33)	0	2(67)	0	3(100)
	I	3(30)	0	2(20)	5(50)	10(100)
XX1	G	0	0	2(100)	0	2(100)
	P	5(100)	0	0	0	5(100)
TOTAL		11	1	31	14	57(100)

TABELA 15 - Posição do clítico segundo os tipos de grupos verbais, no século XX .

Na tabela 15, que é apenas um detalhamento da tabela 14, podemos ver claramente o quanto no século XX o gerúndio é mais permissivo à próclise, nos grupos verbais. Podemos ver também uma diferença entre a primeira e a segunda metade do século XX, no que diz respeito aos grupos verbais com participípio e com infinitivo. Observe-se como a próclise ao primeiro verbo é majoritária em grupos com participípio na 1ª metade deste século, enquanto a próclise ao segundo verbo, no caso de grupos verbais com infinitivo, é maior na segunda metade do século XX, do que na primeira (62% na segunda metade e 20% na primeira metade).

Voltando à tabela 14, podemos já ficar sabendo que os dois primeiros casos de próclise ao segundo verbo, que foram registrados nos dados do século XVIII se deram um com grupos verbais com infinitivos, outro com grupos verbais com gerúndio. Embora sejam poucos os dados, é sintomático que sejam esses dois tipos de grupos verbais que apresentam, no

século XX, maior permissividade a essa posição, em dados escritos e, por conseguinte, sujeitos a forte monitoração.

Já observamos, com os resultados da tabela 13, que o período que vai do século XVI ao século XVIII apresentava um padrão de próclise ao primeiro verbo que em alguns casos chegava a ser categórico. Isto nos conduz fatalmente ao fato de que pouco mais haveria por dizer; no entanto os resultados da tabela 14 apresentam algumas sutilezas que podem nos conduzir mais tarde a hipóteses gramaticais bem interessantes. Já havíamos observado também que a ênclise ao primeiro verbo tinha sido muito pouco freqüente nos dados que vão do século XVI ao século XVIII. Restaria assim a ênclise ao segundo verbo como única concorrente possível desta variante. O que vemos é que, nos poucos casos em que o padrão de próclise ao primeiro verbo não é categórico, é nos grupos com infinitivo que se registram casos da variante d (V V-cl). Observe-se especialmente o século XVIII, em que as construções com infinitivo apresentam um alto percentual de ênclise ao segundo verbo (variante d) se comparados aos resultados dos séculos anteriores. Isto é sintomático, se se pensa que o século XVIII, para nós, foi o período em que a mudança começou a se dar. Assim, embora a próclise ao primeiro verbo fosse extremamente forte neste período de três séculos, se havia possibilidade de variação, esta se dava nos grupos com infinitivo. Acrescente-se a isso o fato de que, no mesmo período, os grupos com gerúndio foram bem pouco produtivos - um total de 14 casos nos três séculos.

Sabemos que as construções V + GERÚNDIO fazem uma diferença entre PE e PB, sendo característica deste último. É interessante notar que nos grupos com gerúndio temos maior penetração de próclise ao segundo verbo em textos escritos em PB, sendo este tipo de construção relativamente recente. Uma hipótese que podemos tirar disto é que este tipo de construção se implementou em português juntamente com a posição de próclise ao segundo verbo em grupos verbais. Os dois fenômenos teriam assim nascido juntos em PB, e a força com que os dois ocorrem em dados escritos atuais leva-nos a pensar que o processo de ruptura tenha sido muito forte, uma vez que são ambos processos recentes em PB.

Por outro lado, os resultados de construções com participio - tanto os atuais quanto os diacrônicos - nos levam a crer que tais construções devem ter - ou devem ter tido - propriedades gramaticais específicas que de alguma maneira se colocaram contra o processo de mudança que se implementava. E finalmente poderíamos supor que a mudança foi desencadeada nos grupos verbais com infinitivo, tomou os grupos com gerúndio, que se implementavam no sistema e por fim os grupos com participio, que talvez tenham resistido com alguma bravura, mas tiveram de dobrar-se ao furacão que estremecia as raízes da língua.

Estas questões serão retomadas mais à frente, quando os resultados forem confrontados a uma teoria gramatical que possa fornecer subsídios para as hipóteses levantadas. Uma pergunta que se pode fazer agora é se a distribuição dos

clíticos pelas quatro variantes sofre alguma restrição por algum fator. Evidentemente, no período que vai do século XVI ao século XVIII temos pouca variação e, por outro lado, os dados mais recentes devem ser lidos como sujeitas a possíveis pressões normativas. O que poderia estar influenciando nos poucos casos de variação?

II.2.2.3. Debulhando o trigo

Quando analisamos a variável A, observamos que a posição ocupada pelo verbo na sentença influenciava decisivamente os dados, mesmo no português clássico, em que, como no caso da presente variável, havia pouca variação. É claro que a pergunta que se faz é: o mesmo fator não estaria aqui também influenciando a distribuição das variantes? Neste caso, esperaríamos que as variantes b, c e d ocorressem com maior frequência quando o verbo não estivesse no começo do período. Para maior facilidade na leitura, apresentamos, na tabela os fatores reunidos, considerando apenas a posição do verbo, estando reunidos também os períodos de tempo.

		a	b	c	d	T
XX	X	0	0	7(58)	5(42)	12(100)
	..V	0	0	5(83)	1(17)	6(100)
	X V	11(28)	1(3)	19(49)	8(21)	39(100)
XIX	V X	0	1(100)	0	0	1(100)
	..V	0	1(100)	0	0	1(100)
	X V	25(86)	2(7)	0	2(7)	29(100)
XVI/ XVIII	V X	0	0	0	0	0
	..V	9(100)	0	0	0	9(100)
	X V	216(94)	2(1)	2(1)	10(4)	230(100)
TOTAL		261(80)	7(2)	33(10)	26(8)	327(100)

TABELA 16 - Posição do clítico nos grupos verbais, segundo a posição do verbo

A nossa expectativa se vê um pouco frustrada nos resultados apresentados pela tabela 16. No século XX, os 11 casos da variante a (cl-V V) ocorrem todos na situação em que o verbo é precedido de algum elemento no interior da sentença (X V). O mesmo tipo de situação se dá no século XIX: não há nenhuma ocorrência da variante a quando o verbo inicia o período (V X), ou quando o verbo inicia a sentença principal precedida de uma outra sentença adverbial (..V). Já no português dos séculos XVI a XVIII não tivemos - infelizmente - nenhum dado em que o verbo encabeçava o período. Nos casos em que o verbo inicia a sentença, precedido de uma adverbial (..V), todos os casos da variável (9 ao todo) se concentraram na próclise ao primeiro verbo, diferentemente dos séculos XIX e XX. Sendo assim, não podemos afirmar tão categoricamente a influência da posição do primeiro verbo, dada a insuficiência de dados referentes ao português clássico. De qualquer forma, os indícios dos

dados do século XX e os resultados já avaliados da variável A podem nos permitir dizer que tenha sido um fator relevante.

Ficamos então, ainda, com os casos de variação por explicar, especialmente nos dados dos séculos XVI a XVIII.

Uma das expectativas em relação aos grupos verbais era que o clítico em si carregasse algum tipo de condicionamento, seja fonológico ou sintático, uma vez que, se se supõe que ele "se movimenta" sobre o verbo, as suas características podem exercer alguma influência sobre o fenômeno. A tabela 17 apresenta a distribuição nos grupos verbais de cada clítico individualmente.

	a	b	c	d	T	
SE	XX	2(22)	0	6(67)	1(11)	9(100)
	XIX	6(75)	1(13)	0	1(13)	8(100)
	XVI/XVIII	77(94)	0	1(1)	4(5)	82(100)
ME	XX	2(22)	0	5(56)	2(22)	9(100)
	XIX	2(100)	0	0	0	2(100)
	XVI/XVIII	26(87)	0	1(3)	3(10)	30(100)
O	XX	4(27)	0	1(7)	10(67)	15(100)
	XIX	2(67)	0	0	1(33)	3(100)
	XVI/XVIII	59(95)	2(3)	0	1(2)	62(100)
LHE	XX	2(11)	1(6)	14(78)	1(6)	18(100)
	XIX	14(88)	2(13)	0	0	16(100)
	XVI/XVIII	50(96)	0	0	2(4)	52(100)
NOS	XX	1(17)	0	5(83)	0	6(100)
	XIX	0	0	0	0	0
	XVI/XVIII	13(100)	0	0	0	13(100)
TE	XX	0	0	0	0	0
	XIX	1(50)	1(50)	0	0	2(100)
	XVI/XVIII	0	0	0	0	0
TOTAL	261(80)	7(2)	33(10)	26(8)	327(100)	

TABELA 17 - Posição de cada clítico nos grupos verbais em três períodos de tempos

O primeiro ponto a destacar é em relação aos resultados do clítico *o* no século XX. Como já vimos, a variante *c* (*V cl-V*) foi majoritária no período, como seria de esperar. Porém, o clítico *o* apresenta-se como uma restrição a essa posição: no seu caso, a ênclise ao segundo verbo é majoritária (67% dos casos), havendo somente um caso de próclise ao segundo verbo. Isto nos leva a pensar que, se o clítico *o* fosse colocado à parte no século XX, o percentual de próclise ao segundo verbo teria sido ainda maior; nos levaria a pensar também que se ele tem tal comportamento em dados escritos do século XX, seria de esperar que os poucos

casos de variação em relação à variante a, nos séculos XVI a XVIII, ficariam concentrados neste clítico. No entanto, não é isso que ocorre. Em tal período, há somente um único caso de ênclise ao segundo verbo com o clítico o. Os dez casos da variante d (V V-cl) registrados no período se distribuem entre os clíticos se (4 casos), me (3 casos) e lhe (2 casos), além da ocorrência com o clítico o. Destes, o clítico me é o que apresenta proporcionalmente maior ocorrência da variante d (V V-cl) - os 3 casos constituem 10% do total de ocorrências da variável no período. No mesmo período que vai do século XVI ao século XVIII vale destacar ainda como a variante a (cl-V V) é forte para todos os tipos de clítico. Isto nos mostra que todos estes clíticos ficavam submetidos aos mesmos princípios sintáticos ou fonológicos, independentemente do peso individual que algum deles pudesse ter. Lembremos a propósito que dos 10 casos referidos acima, 8 estão concentrados no século XVIII, que foi o período em que a turbulência se manifestou na língua. Teria ela começado pelos clíticos se e me? Sabemos agora que os dois casos da variante c (V cl-V) registrados no século XVIII foram com estes dois clíticos, em grupos verbais com infinitivo, que eram as construções permeáveis à variação (cf. análise da tabela 14). Evidentemente, são poucos casos, mas poderíamos, a partir destes casos e dos da variante d no mesmo período levantar hipóteses para o processo de mudança, uma vez que foram estes clíticos os que preencheram no período os casos da variante d (V V-cl)?

Uma forma de responder a esta pergunta é observar o que estes dois clíticos poderiam ter em comum. Um outro grupo de fatores utilizado tem como base o papel do clítico frente à grade temática do verbo. Na tabela 18, podemos observar como os clíticos se distribuem pelos grupos verbais em função da função temática desempenhada por eles.

		a	b	c	d	T
SE	tema	7(78)	0	0	2(22)	9(100)
	pass.	55(100)	0	0	0	55(100)
	pron.	11(79)	0	1(7)	2(14)	14(100)
	indet	4(100)	0	0	0	4(100)
ME	tema	6(100)	0	0	0	6(100)
	benefic.	4(100)	0	0	0	4(100)
	benefac.	16(89)	0	0	2(11)	18(100)
	pron.	0	0	1(50)	1(50)	2(100)

TABELA 18 - Distribuição dos clíticos se e me por papel temático nos séculos XVI a XVIII.

Ressalvando-se novamente que a variação no período era pequena, podem-se, no entanto, levantar alguns indícios pela tabela 18: o clítico se de construções passivas e de indeterminação se concentra categoricamente à esquerda do primeiro verbo, ao passo que os reflexivos admitem a variação (a propósito, os dois casos de próclise ao segundo verbo ocorreram justamente com os pronominais). Poderíamos supor assim que a mudança teria se iniciado com clíticos tematicamente ligados ao verbo, em especial aqueles extremamente ligados, como é o caso dos clíticos que aparecem nos chamados verbos pronominais. Seria interessante confrontar os dados deste período com os do século XX. E o que vemos na tabela 19 abaixo:

		a	b	c	d	T
SE	tema	0	0	0	1(100)	1(100)
	pass.	2(100)	0	0	0	2(100)
	pron.	0	0	6(100)	0	6(100)
	indet.	0	0	0	0	0
ME	tema	0	0	0	0	0
	benef.	0	0	0	2(100)	2(100)
	benefac.	2(40)	0	3(60)	0	5(100)
	pron.	0	0	2(100)	0	2(100)

TABELA 19 - Distribuição dos clíticos se e me nos grupos verbais por papel temático, no século XX

Os dados embora poucos apenas confirmam o que percebemos nos dados do português clássico: os clíticos reflexivos, quando ligados a verbos "pronominais" apresentam uma tendência de se cliticizarem mais ao segundo verbo, ao qual estão tematicamente ligados.

II.2.2.4. Sumarizando descobertas - pequenas conclusões

II.2.2.4.1. A variável A versus a variável B

Podemos agora reler com mais segurança os resultados da primeira variável analisada. Tínhamos observado um alto padrão de próclise neste período de século XVI ao século XVIII e um alto padrão de ênclise nos períodos subsequentes, o que contrariava a nossa expectativa em relação ao PB atual. Havíamos atribuído este fato à pressão da norma, uma vez que todos os dados são de textos escritos, inclusive os do momento sincrônico. Pelos resultados da tabela 13 podemos perceber que a variante c, que é não-padrão, é a mais forte neste momento sincrônico. Isto nos leva a pensar que, diferentemente da primeira variável, no caso dos grupos verbais a pressão da norma não é suficiente para interferir significativamente nos resultados. Isto pode ser interpretado como sinal de que, no caso dos grupos verbais, a mudança foi mais forte e mais profunda do que na primeira variável.

Outro fato interessante a destacar é que a ênclise, no caso da primeira variável estudada, começou a ser majoritária a partir do século XIX. Como estamos trabalhando a partir de um padrão de próclise no PB atual e como os resultados até o século XVIII indicavam um alto percentual de próclise, aventamos a possibilidade de uma mudança, ainda que aparentemente ela não tivesse ocorrido. Confrontados agora aqueles resultados com estes expostos na tabela 13 podemos "sentir" a mudança no caso da variável com verbos

sozinhos: a partir do século XIX os falantes passam a ser sensíveis a pressões normativas, o que indica, assim, que algo havia mudado nas regras da língua. Como os dados até o século XVIII são de autores senão comprovadamente portugueses, ou pelo menos de nacionalidade desconhecida, enquanto os posteriores comprovadamente brasileiros, podemos supor que a mudança operada também em PE, em direção a um padrão de ênclise atuou socialmente sobre o português escrito no Brasil, fazendo com que, contrariamente ao rumo que seguia a própria língua falada, os falantes buscassem o padrão português de ênclise. A próclise, que até o século XVIII era a norma, passa a ser estigmatizada em PB, em função da mudança verificada no PE.

II.2.2.4.2 Assentamentos

Por ora, dada a força que os resultados têm, podemos deixar estabelecido o seguinte:

a) Até o século XVIII, o português apresentava um padrão de próclise ao primeiro verbo de grupos verbais que difere tanto do PB quanto do PE atuais. Todos os clíticos se submetiam a este padrão, sendo que a variação com outras posições se dava com grupos verbais do tipo V + Infinitivo

b) Na 2a. metade do século XVIII deu-se um processo de mudança perceptível nesta variável, no qual a posição pré-primeiro verbo foi substituída pela posição pré-segundo verbo, no PB;

c) Pelos indícios colhidos o processo deve ter se iniciado pelos grupos verbais do tipo V + Infinitivo, afetando mais fortemente os clíticos reflexivos. O clítico o, porém, não ocupou a posição (o que deve ter concorrido para o seu desaparecimento), razões fonológicas ou sintáticas devem ter concorrido para o fato. As construções do tipo V + Particípio parecem ter apresentado um desempenho bem peculiar, tendo sido talvez o último dos grupos verbais que adotaram o padrão.

II.2.3. A Variável C - clítico em relação a advérbios pré-verbais

Conforme já vimos na seção II.1.1. a nossa variável aqui tem as seguintes variantes:

a) c1-ADV/NEG V

b) ADV/NEG c1-V

tendo sido computado um total de 197 casos da variável. A tabela 20 apresenta os resultados totais, sendo especificados os advérbios.

	a	b	T
NEGAÇÃO	44(53)	39(47)	83(100)
FREQUENTATIVO	0	9(100)	9(100)
INTENSIFICADOR	2(10)	18(20)	20(100)
LOCATIVO	1(11)	8(89)	9(100)
MODO	9(16)	47(84)	56(100)
TEMPO	2(10)	18(90)	20(100)
TOTAL	58(30)	139(70)	197(100)

TABELA 20 - Posição do clítico em relação a advérbios pré-verbais.

Nos resultados da tabela 20 o que chama a atenção é o comportamento dos clíticos na negação, que apresenta um padrão bem diferenciado em relação aos advérbios pré-verbais: com a negação, a variante a-(cl-NEG V) é superior à variante b (NEG cl-V); no caso dos advérbios, a maior frequência da variante a (cl-ADV V) se dá com os advérbios de modo, quando chega a 16% dos casos. Dados os resultados que já examinamos para as outras variáveis que mostram mudanças ocorridas na posição dos clíticos, é interessante observar, assim, como teriam se comportado diacronicamente os clíticos em relação a estes elementos pré-verbais. Examinaremos de um lado o comportamento dos clíticos em relação à negação e do outro o comportamento dos clíticos em relação aos advérbios listados acima.

A Tabela 21 apresenta o percurso diacrônico dos clíticos em relação à negação, em períodos de 50 anos.

	a	b	T
XX2	0	4(100)	4(100)
XX1	2(25)	6(75)	8(100)
XIX2	0	9(100)	9(100)
XIX1	0	2(100)	2(100)
XVIII2	10(59)	7(41)	17(100)
XVIII1	6(75)	2(25)	8(100)
XVII2	7(70)	3(30)	10(100)
XVII1	2(40)	3(60)	9(100)
XVI2	6(60)	4(40)	10(100)
XVI1	11(100)	0	11(100)
TOTAL	39(48)	44(52)	83(100)

TABELA 21 - Posição do clítico em relação à negação em períodos de 50 anos

Podemos ver pela tabela 13 que há uma nítida diferenciação entre dois períodos. De um lado, o período que vai do século XVI ao século XVIII apresenta um padrão em que a variante a (cl-NEG V) é sistematicamente superior à variante b (NEG cl-V); do outro lado temos os períodos seguintes em que a variante b (NEG cl-V) é praticamente categórica, refletindo o PB atual. Outro fato que chama a atenção é que a primeira metade do século XVI é a que concentra a maior proporção da próclise à negação. Isto nos sugere que a anteposição do clítico a elementos pré-verbais neste período talvez seja o restinho de um processo que teria sido mais produtivo no português medieval. No caso da negação, parece que a anteposição do clítico foi processo que perdurou e era fenômeno previsto na gramática do período, haja vista os resultados, que dão sempre maioria para a variante a (cl-V V). Vejamos agora os resultados diacrônicos referentes aos outros elementos pré-verbais.

Dada a baixa frequência da variante a, o que nos faz supor pouca variação, a tabela 22 apresenta os percentuais reunindo todos os tipos de advérbios pré-verbais especificados na tabela 20.

	a	b	T
XX2	0	7(100)	7(100)
XX2	0	12(100)	12(100)
XIX2	0	6(100)	6(100)
XIX1	0	5(100)	5(100)
XVIII2	0	12(100)	12(100)
XVIII1	0	7(100)	7(100)
XVII2	0	16(100)	16(100)
XVII1	1(16)	5(84)	6(100)
XVI2	4(25)	12(75)	16(100)
XVI1	9(34)	18(66)	27(100)
TOTAL	14(12)	100(88)	114(100)

TABELA 22 - Posição do clítico em relação a advérbios pré-verbais

A tabela 22 nos mostra a cliticização a advérbios pré-verbais muito pouco produtiva no português. O primeiro caso registrado nos dados se dá somente na primeira metade do século XVII. Os casos restantes se concentram todos no século XVI, especialmente na primeira metade. Isto nos leva a ter a anteposição do clítico a tais advérbios como um processo que deve ter sido produtivo no português medieval, mas que perde a força no português clássico. Se nos reportamos à tabela 21, podemos perceber uma nítida diferença entre a negação e estes advérbios: a anteposição do clítico à negação, como vimos, é processo que continua bem forte até o século XVIII e pode, assim, ser tomado como um fenómeno a ser incluído na gramática deste período, ao lado da próclise aos verbos simples e a próclise ao primeiro

verbo de grupos verbais. Destes, o PB teria ficado apenas com a próclise aos verbos simples, generalizando-a. A comparação da tabela 21 com a tabela 22 nos leva também a observar a anteposição do clítico à negação categórica na primeira metade do século XVI, o que coincide com o alto percentual de anteposição aos advérbios no mesmo período. Seria possível pensar, assim, que a negação e os outros advérbios, no passado da língua, deveriam ter na gramática o mesmo estatuto, que permitiria a anteposição do clítico. Um processo de mudança deve ter ocorrido, o qual opôs a negação aos outros advérbios. No final do século XVIII, também a negação perdeu a propriedade de permitir a próclise a ela, assumindo o PB as suas feições (somente a título de curiosidade, muitos advérbios deixaram a sua posição pré-verbal e foram assentar-se à direita do verbo, como os intensificadores, locativos e os de modo, mas isso já é tema para outra pesquisa).

Valeria a pena, ainda, investigar um pouco mais o comportamento dos clíticos em relação à negação. Os manuais de gramática assinalam que a anteposição do clítico à negação se dá em contextos nos quais é precedida de outro elemento "atrator". Chequemos se tal princípio funcionava na gramática do português clássico.

	a	b	T
somente negação	10(41)	14(59))	24(100)
Compl. + NEG	27(84)	5(16)	32(100)
SP + NEG	4(100)	0	4(100)
ADV + NEG	1(100)	0	1(100)
TOTAL	42(69)	19(31)	61(100)

TABELA 23 - Posição do clítico em relação à negação pela presença ou não de outros "atratores" nos séc. XVI a XVIII.

A tabela 23 é clara ao nos mostrar que a presença de complementizadores antes da negação condiciona fortemente a anteposição do clítico à negação, em oposição à ausência do complementizador, que faz com que o resultado seja o inverso: quando há somente a negação, a variante b (NEG cl-V) é majoritária. Isto nos leva a pensar que o efeito que os complementizadores exercem sobre a posição dos clíticos em português (cf. seção 2 - Introdução), fenômeno ainda não devidamente explicado (cf. discussão sobre ROUVERET, 1989), se dava de tal maneira que a negação se portava como um elemento de tal forma junto ao verbo que não impedia o movimento do clítico sobre ela, ao contrário de outros elementos da sentença (como os advérbios, que teriam da negação se diferenciado, como vimos). No processo de mudança, alguma alteração teria assim ocorrido no estatuto da negação, que passou a impedir o movimento do clítico.

Analisados os casos em que a negação precede um verbo simples (não sinto necessidade aqui de examinar todos os

fatores, por entender que pouca luz isto traria à análise da questão), agora é o caso de examinar os casos em que a negação precede os grupos verbais.

II.2.4. A Variável D - a posição dos clíticos em grupos verbais precedidos de advérbios

Conforme já ressaltai na seção II.1.1. e na nota 8, os dados aqui analisados - um total de 45 - estavam reunidos no total de 327 dados de grupos verbais analisados na seção II.2. O que importa aqui é analisar o comportamento do clítico face a certos advérbios e da negação que parecem ter, como já observamos na seção anterior, um papel peculiar na posição ocupada pelo clítico.

A tabela 24 a seguir apresenta os resultados gerais da variável D, ou seja, a posição dos clíticos em grupos verbais, quando da presença de advérbios pré-verbais e da negação.

	a	b	c	d	e	T
NEG	17(60)	11(37)	0	1(3)	0	29(100)
MODD	0	9(100)	0	0	0	9(100)
FREQ	0	2(50)	0	2(50)	0	4(100)
TEMP	0	1(50)	0	0	1(50)	2(100)
LOC	0	1(100)	0	0	0	1(100)
TOTAL	17(38)	24(53)	0	3(7)	1(2)	45(100)

TABELA 24 - Posição do clítico em grupos verbais precedidos de advérbios ou negação.

Percebemos pela tabela 24 que a negação se distingue dos advérbios no que diz respeito à posição ocupada pelos clíticos quando tais elementos se encontram diante de grupos verbais. Somente a negação, no conjunto de dados admitiu a variante a (cl-NEG V V) - por sinal com maior freqüência, enquanto os advérbios tiveram a variante b (ADV cl-V V) bastante freqüente, ao lado de outras posições. Nos dois casos, provavelmente há uma concentração dos dados no período que vai do século XVI a XVIII, dadas as características que já levantamos.

Como os advérbios não apresentaram nenhuma novidade para aquilo que já dissemos, vamos observar de perto o comportamento dos clíticos através do tempo, passeando um pouco pela tabela 25, onde temos somente os dados com negação antes de grupos verbais, observando somente as variantes a e b.

	a	b	T
XX	0	0	0
XIX	0	5(100)	5(100)
XVIII	8(89)	1(11)	9(100)
XVII	3(100)	0	3(100)
XVI	6(55)	5(45)	11(100)
TOTAL	17(61)	11(39)	28(100)

TABELA 25 - Posição clítico em relação à negação antes de grupos verbais, em períodos de 100 anos.

Era o que se esperava. Da mesma maneira que com os verbos simples, nos grupos verbais a próclise à negação é majoritária no período que vai do século XVI ao século XVIII. O século XVI é que tem, estranhamente, um resultado em que as duas variantes praticamente se igualam (como vimos

para os verbos simples, a próclise à negação e aos advérbios é especialmente alta neste período). Provavelmente isto se explica pelo fato de haver ou não outros "atratores" antes da negação. De fato é isso que ocorre, pois 4 dos 5 casos da variante b (NEG cl-V V) neste século ocorreram quando a negação não era precedida de nenhum outro "atrator", enquanto os outros casos da variável no período caíam sob esta condição.

Novamente pudemos perceber que a negação se diferencia dos advérbios pré-verbais, no português clássico, sendo altamente permeável ao movimento do clítico. Isto criava uma situação por demais estranha ao PB atual, uma vez que um clítico tematicamente amarrado ao segundo verbo de um grupo verbal se colocava antes de negação. Um falante de PB, nos dias de hoje, provavelmente teria dificuldades de processar uma tal sentença. Isto mostra o quanto a estrutura da sentença em português deve ter mudado: tanto o estatuto categorial dos verbos em grupos verbais, bem como a negação devem ter sofrido algum processo de mudança muito forte, o qual passou a impedir a posição do clítico em pausas distantes do verbo ao qual estaria ligado.

II.2.5. Os clíticos em gerúndios e infinitivos

Nesta seção nós vamos analisar como se comportaram diacronicamente os clíticos pronominais em sentenças gerundivas e infinitivas. Estaremos assim observando as quatro variáveis em sentenças sem tempo. Dada a especificidade de gerúndios e infinitivos, esperamos encontrar resultados diferentes daqueles que observamos para sentenças com tempo finito. Com tal descrição, estaremos completando o quadro dos resultados gramaticais do fenômeno aqui analisado, podendo, finalmente, sumarizar todas as descobertas.

II.2.5.1. Os clíticos em gerundivas - verbos simples

Houve um total de 144 sentenças gerundivas com clíticos nas condições da variável A, que tem como variantes: cl-V e V-cl. No caso, os gerúndios estão tanto precedidos de possíveis elementos "atratores", como não precedidos deles. A tabela 26 mostra a distribuição destes clíticos em períodos de 50 anos.

	Próclise	Enclise	TOTAL
XX2	2(33)	4(67)	6(100)
XX1	1(11)	8(89)	9(100)
XIX2	3(11)	24(89)	27(100)
XIX1	0	7(100)	7(100)
XVIII2	0	10(100)	10(100)
XVIII1	1(4)	25(96)	26(100)
XVII2	1(7)	14(93)	15(100)
XVII1	0	9(100)	9(100)
XVI2	1(7)	14(93)	15(100)
XVI1	1(5)	20(95)	21(100)
TOTAL	10(7)	134(93)	144(100)

TABELA 26 - Próclise e ênclise em gerúndios por período de 50 anos

Há nos dados uma tendência à ênclise muito forte como se vê, mesmo nos dados do século XX (considerando os dados dos verbos com tempo finito, no mesmo período, não é de estranhar). Pela tabela 26 percebemos que a posição do clítico em gerúndios diverge radicalmente dos verbos com tempo finito, no período que vai dos séculos XVI a XVIII. Vimos que, com tempo finito a próclise era majoritária no período, o que fazia o português deste período se parecer bastante com o PB atual. Já nos gerúndios, a ênclise é majoritária, havendo uns poucos casos de próclise. Seriam estes casos de próclise motivados pela presença de "atratores"? A tabela 27 esclarece a dúvida, apresentando os dados sem a presença destes elementos. Vejamos o que acontece:

	Próclise	Enclise	TOTAL
XX2	2(33)	4(67)	6(100)
XX1	1(13)	7(88)	8(100)
XIX2	0	22(100)	22(100)
XIX1	0	6(100)	6(100)
XVIII2	0	10(100)	10(100)
XVIII1	0	25(100)	25(100)
XVII2	0	14(100)	14(100)
XVII1	0	9(100)	9(100)
XVI2	0	13(100)	13(100)
XVI1	0	20(100)	20(100)
TOTAL	3(2)	130(98)	133(100)

TABELA 27 - Posição do clítico em gerúndios não precedidos de elementos "atratores" por período de 50 anos.

A tabela 27 nos mostra um sistema no português clássico sem variação na posição dos clíticos em gerúndios. Vemos aqui que os 4 casos de próclise no período registrados na tabela 26 são todos situações em que o verbo está precedido de algum elemento "atrator"; vemos ainda refletido nos dados do século XX um pezinho da mudança: os 3 casos de próclise registrados no período são todos situações em que o verbo não está precedido de elementos "atratores", refletindo, ainda que timidamente, o PB atual.

II.2.5.2. Os clíticos em gerundivas - grupos verbais

Estamos agora trabalhando com a variável B, em sentenças gerundivas. São casos em que os grupos verbais têm o seu primeiro verbo no gerúndio. Houve 24 destes casos, e a tabela 28 apresenta os percentuais das quatro variantes, em períodos de 50 anos.

	a	b	c	d	T
XX2	0	0	0	0	0
XX1	0	0	1(100)	0	1(100)
XIX2	0	2(50)	1(25)	1(25)	4(100)
XIX1	0	1(100)	0	0	1(100)
XVIII2	0	2(50)	0	2(50)	4(100)
XVIII1	0	2(67)	0	1(33)	3(100)
XVII2	1(33)	0	0	2(67)	3(100)
XVII1	1(25)	3(75)	0	0	4(100)
XVI2	1(25)	3(75)	0	0	4(100)
XVI1	0	0	0	0	0
TOTAL	3(13)	13(54)	2(8)	6(25)	24(100)

TABELA 28 - Posição do clítico em grupos verbais de sentenças gerundivas por período de 50 anos.

O que a tabela 28 traz de mais revelante é o alto percentual de ênclises ao primeiro verbo (variante b), especialmente no período do português clássico. Novamente vemos neste período poucos casos de próclise ao primeiro verbo, da mesma maneira que foi baixa a próclise aos gerúndios com verbos simples. Restariam duas variantes, a b (V-cl V) e a d (V V-cl), sendo porém a primeira privilegiada. Isto demonstra que, havendo o impedimento da próclise ao primeiro verbo, pelo fato de termos um gerúndio, mesmo assim o clítico continuava indo até o primeiro verbo, ocorrendo aí os numerosos casos de ênclise. Ou seja, se se formular alguma regra gramatical para dar conta da posição dos clíticos em grupos verbais no português clássico, esta regra não poderia lançar mão da noção de tempo, desde que supomos que os gerúndios não a possuem.

A mudança aparece timidamente detectada nos dois casos da variante c, nos séculos XIX e XX, mas o pequeno número de

dados não nos permite formular qualquer hipótese mais consistente a respeito do processo de mudança. Apenas para confirmar a regra já esboçada na seção anterior, os três casos de próclise ao primeiro verbo registrados no período do século XVI ao XVIII ocorreram quando o grupo verbal era precedido de negação, sendo que os demais dados não se encontravam precedidos de nenhum elemento "atrator".

Pode-se entretanto, levantar a hipótese de que o padrão esboçado pelos resultados do português clássico seja fruto de um demasiado número de casos de construções V + PARTICÍPIO, as quais, conforme já se viu, impedem a ênclise ao segundo verbo. A tabela 29, porém, mostra que este não é o caso. Nela estão reunidos os dados deste período, um total de 18, apresentando-se a distribuição das variantes segundo o verbo principal da construção.

	a	b	c	d	T
INFINITIVO	2(17)	6(50)	0	4(33)	12
PARTICÍPIO	1(20)	4(80)	0	0	5(100)
GERÚNDIO	0	0	0	1	1(100)
TOTAL	3(17)	10(56)	0	5(28)	18(100)

TABELA 29 - Posição do clítico em grupos verbais de grandivas nos sé. XVI a XVIII, segundo o verbo principal.

A tabela 29 nos mostra que a suspeita levantada acima era infundada. Os grupos do tipo V + INFINITIVO são majoritários e permitem a variação, mostrando assim que a ênclise ao primeiro verbo em gerúndios era de fato fenômeno forte no português clássico. Mais uma vez se reafirma que a

cliticização ao primeiro verbo neste período era a forma predileta: quando em tempo finito, ocorria a próclise, quando em gerúndio, a ênclise. Isto demonstra que o PB mudou em relação ao português clássico em mais de uma propriedade. Assim, perdemos a cliticização ao primeiro verbo de grupos verbais - de um lado - e perdemos a ênclise de gerúndios e dos casos em que o verbo inicia o período, com tempo finito. Com certeza, esta ênclise ao gerúndio deve estar relacionada à ênclise nos casos em que o verbo começa o período, como já foi analisada. Observemos os casos com o infinitivo, para completarmos o nosso quadro.

II.2.5.3. A variável A em infinitivos - verbos simples

Da mesma maneira que fizemos com o gerúndio, estaremos nesta seção trabalhando com a variável A, em sentenças infinitivas. Houve um total de 271 sentenças nesta situação, a tabela 30 apresenta os resultados por período de 50 anos.

	Próclise	Enclise	TOTAL
XX2	26(62)	16(38)	42(100)
XX1	6(29)	15(71)	21(100)
XIX2	8(24)	25(76)	33(100)
XIX1	3(43)	4(57)	7(100)
XVIII2	12(48)	13(52)	25(100)
XVIII1	24(49)	25(51)	49(100)
XVII2	10(53)	9(47)	19(100)
XVII1	7(100)	0	7(100)
XVI2	27(75)	9(25)	36(100)
XVI1	21(66)	11(34)	32(100)
TOTAL	144(53)	127(47)	271(100)

TABELA 30 - Posição do clítico em infinitivos por período de 50 anos.

A tabela 30 nos mostra um equilíbrio entre a próclise e a ênclise nos infinitivos que em alguns períodos tende mais para a próclise (como na 2a. metade do século XX, ou no século XVIII) e algumas vezes mais para a ênclise (como na 2a. metade do século XIX, ou na 1a. metade do século XX). A conclusão mais proveitosa que se pode tirar então é que o infinitivo por si só não é um fator que condiciona a posição do clítico, embora se deva dizer que os resultados diferem bastante daqueles com verbos simples (veja-se por exemplo o alto percentual de ênclise no período que vai do século XVI ao século XVIII, que não foi o resultado com os verbos simples). O que se deve pensar, então é que o infinitivo deve estar associado a um outro fator e aqui se pode lembrar a presença de elementos "atratores" e o fato de o verbo estar ou não iniciando a sentença.

Começemos então por verificar se os infinitivos precedidos de preposição teriam um comportamento diferente daqueles não precedidos de preposição, uma vez que ambos

estão reunidos na tabela 30. A tabela 31 apresenta os percentuais de próclise e ênclise em infinitivos precedidos de preposição.

	Próclise	Enclise	TOTAL
XX2	17(57)	13(43)	30(100)
XX1	6(32)	13(68)	19(100)
XIX2	7(39)	11(61)	18(100)
XIX1	3(60)	2(40)	5(100)
XVIII2	12(71)	5(29)	17(100)
XVIII1	22(71)	9(29)	31(100)
XVII2	9(69)	4(31)	13(100)
XVII1	7(100)	0	7(100)
XVI2	25(96)	1(4)	26(100)
XVI1	20(100)	0	20(100)
TOTAL	128(69)	58(31)	186(100)

TABELA 31 - Posição do clítico em infinitivos precedidos de preposição.

O primeiro fato a destacar é que, no total, o percentual de próclises com infinitivos preposicionados cresce em relação ao total observado na tabela 30, sendo que este aumento se reflete em todos os períodos. Isto demonstra que a preposição de algum modo engatilha a próclise. Porém, à exceção dos dois períodos em que ela é categórica, continua a ocorrer variação.

Se lembrarmos os resultados para as sentenças com tempo finito no período que vai do século XVI ao século XVIII, vamos perceber assim uma sensível diferença em relação ao infinitivo. Lá, a próclise só não ocorria quando o verbo era a cabeça do período. Bastava que ele estivesse precedido de algum elemento que se tinha uma forte tendência à próclise. Se fôssemos considerar o mesmo tipo de condicionamento para os infinitivos, esperaríamos que a presença da preposição

engatilhasse fortemente a próclise, mas não é o que ocorre no período. Da 2a. metade do século XVII em diante o percentual fica na casa dos 70%. Sendo assim, vemos reforçado aqui o fato de que o infinitivo em si engatilha a ênclise, num duelo de forças com a preposição presente.

Uma olhada agora nos resultados a partir do século XIX nos mostra um comportamento bastante semelhante aos verbos finitos no mesmo período. Repare-se como cresce a ênclise, apresentando-se a posição dos clíticos de maneira inversa à que seria esperada, se se parte de um PB atual essencialmente proclítico.

A contraparte da tabela 31 é a tabela 32, em que são apresentados os casos em que as encaixadas infinitivas não estão precedidas de preposição (embora seja necessário ressaltar que o infinitivo, neste caso, pode estar precedido de algum elemento).

	Próclise	Enclise	TOTAL
XX2	9(75)	3(25)	12(100)
XX1	0	2(100)	2(100)
XIX2	1(7)	14(93)	15(100)
XIX1	0	2(100)	2(100)
XVIII2	0	8(100)	8(100)
XVIII1	1(6)	17(94)	18(100)
XVII2	1(17)	5(83)	6(100)
XVII1	0	0	0
XVI2	2(20)	8(80)	10(100)
XVI1	1(8)	11(92)	12(100)
TOTAL	16(19)	69(81)	85(100)

TABELA 32 - Posição do clítico em infinitivos não precedidos de preposição, por período de 50 anos.

Os dados são sempre inquietadores. Nos jogos da vida e na pesquisa científica - ela mesma às vezes mais um jogo. Há

5 casos de próclise ao infinitivo no português clássico. Não é muito, mas eles abrem a possibilidade de variação também em encaixadas infinitivas não precedidas de preposição. É sabido que a posição dos clíticos em infinitivas é de capital importância na descrição comparativa das línguas. Seriam estes 5 dados significativos para afirmar que tanto a próclise quanto a ênclise eram possíveis em infinitivos não preposicionados em português clássico?

Dos 5 casos, apenas um é situação em que o verbo está realmente no começo da infinitiva. Os outros, ou são casos em que o verbo é precedido de algum elemento "atrator" ou está precedido do sujeito. Isto mostra que os infinitivos também são sensíveis ao fato de o verbo estar ou não no limite da sentença, uma vez que a presença de elementos antes dele abre a possibilidade de próclise, embora bastante restrita no total dos dados. Por outro lado, a presença da preposição, como se viu na tabela 31, condiciona muito mais fortemente a próclise do que a presença do sujeito ou de outros elementos. Isto é um sinal de que a operação desencadeada pela preposição não é do mesmo gênero que a simples presença fônica de algum elemento antes do verbo. Isto nos levaria a pensar que a preposição nas infinitivas age do mesmo modo que um elemento QU nas sentenças finitas, desencadeando a próclise. Uma boa maneira de observar isto é conferir se numa construção do tipo PREP + NEG + INF o clítico assumirá a posição pré-negação. Caso isto se dê, teremos um resultado que remete à anteposição clítico à

negação nos verbos simples, a qual, como vimos, era desencadeada pela presença de um operador em COMP.

Nos dados do período há um total de 5 casos em que a negação antecede um verbo no infinitivo preposicionado. Nos 5 casos, o clítico antecede a negação. Embora os dados não sejam muitos, o resultado é categórico, corroborando a hipótese de que, no português clássico a preposição tinha a mesma atuação que um elemento QU tem numa sentença finita.

II.2.5.4. Grupos verbais em infinitivas

Aqui estaremos trabalhando com a variável B, quando a ocorrência de suas variantes se deu em encaixadas infinitivas. Dada a diferença que sentimos entre infinitivas preposicionadas e não preposicionadas, seria melhor apresentar separadamente os dados. Houve um total de 37 casos de grupos verbais em encaixadas infinitivas. Destes, porém, só tivemos 3 casos de infinitivas não preposicionadas. Por essa razão, iremos trabalhar somente com os 34 casos de infinitivas preposicionadas restantes. A tabela 33 apresenta os resultados de cada variante, em período de 50 anos.

	a	b	c	d	T
XX2	1(33)	0	2(67)	0	3(100)
XX1	1(33)	0	0	2(67)	3(100)
XIX2	6(100)	0	0	0	6(100)
XIX1	2(67)	0	0	1(33)	3(100)
XVIII2	5(100)	0	0	0	5(100)
XVIII1	2(67)	1(33)	0	0	3(100)
XVII2	0	0	0	0	0
XVII1	4(100)	0	0	0	4(100)
XVI2	4(100)	0	0	0	4(100)
XVI1	3(100)	0	0	0	3(100)
TOTAL	28(82)	1(3)	2(6)	3(9)	34(100)

TABELA 33 - Posição do clítico em grupos verbais de sentenças infinitivas preposicionadas por período de 50 anos.

A tabela 33 confirma o que investigamos sobre o clítico em infinitivas com verbos simples: no português clássico a posição de próclise ao primeiro verbo é praticamente categórica. Isto significa que qualquer hipótese a respeito da cliticização ao primeiro verbo no português clássico não poderia lançar mão de um critério como finitude: tanto nas sentenças finitas como nas infinitivas o padrão é o mesmo. Em relação à atuação da preposição como um elemento "atrator", hipótese que ficou evidenciada pelos resultados com verbos simples. No referido período, vimos apenas um único caso de ênclise ao primeiro verbo e, com relação às infinitivas não preposicionadas, o número de dados é muito pouco, como já dissemos (apenas a título de informação, os dois casos que ocorreram no período compreendido pelo português clássico foram de ênclise ao primeiro verbo). Assim, os resultados da tabela 33 pelo menos não contrariam a hipótese levantada: tudo leva a crer que a preposição

atuava como um elemento QU, engatilhando a próclise aos verbos.

II.2.5.5. Gerúndios e infinitivos - pequenas conclusões

Os resultados em que as variáveis ocorreram com sentenças infinitivas e gerundivas podem ser assim resumidos:

a) Há, no período do século XVI ao século XVIII, uma radical diferença em relação às sentenças com tempo finito. Nas gerundivas e nas infinitivas sem preposição a ênclise é bastante forte; a próclise, quando ocorre, se dá nos casos em que o verbo é precedido de algum elemento. Isto nos conduz às sentenças com tempo finito, nas quais a posição do verbo foi o fator mais relevante, ocasionando a ênclise;

b) As sentenças infinitivas com preposição apresentam um altíssimo percentual de próclise. Isto indica que a preposição atuava, no português clássico como uma espécie de "atrator";

c) Nas sentenças infinitivas e gerundivas, havia a possibilidade de haver cliticização ao primeiro verbo, quando em grupos verbais. Do mesmo modo, havia também a possibilidade de o clítico colocar-se numa posição pré-adverbial. Isto indica que qualquer explicação para o movimento longo do clítico não pode estar correlacionada à finitude;

d) O PB é fruto de mudanças em infinitivos e gerúndios, uma vez que nestes casos, temos próclise. Isto indica que as propriedades estruturais que motivavam as características acima expostas também mudaram. O PB perdeu-as. Ou as perdeu, como queiram..

CAPITULO III. A MUDANÇA - O QUE MUDOU POR QUAL CAMINHO

III.1. O ponto de partida - juntando os trapinhos

Estas são as características que a gramática do português clássico apresentou nos dados analisados:

- a) Próclise aos verbos de sentença raiz, que sofre mais fortemente a restrição da posição do verbo na sentença;
- b) Próclise ao primeiro verbo de grupos verbais;
- c) Próclise à negação como opção favorita quando era precedida de "atratores";
- d) Próclise majoritária a infinitivos preposicionados;
- e) Enclise a infinitivos não preposicionados e gerúndios.

A questão é saber que regras estão por trás destas características. Admitamos que o clítico, em qualquer gramática, deve estar afixado a um núcleo funcional. De que maneira as propriedades expostas acima poderiam ser explicadas e, a partir disso, o que teria ocorrido no processo de mudança?

Podemos reunir as características a, d, e de um lado e b, c do outro. A idéia por trás disso seria que no primeiro grupo não temos o movimento longo do clítico, estando em jogo a questão da finitude; no segundo grupo há, além da possibilidade de movimento longo do clítico, a questão da grande inovação do PB em relação às outras línguas

românicas. Evidentemente as explicações a um e a outro caso não poderiam colidir - melhor até se pudessem convergir numa única explicação.

III.1.1. Posição do clítico em verbos simples

Se quiséssemos dar conta do português clássico quando de verbos únicos em sentenças raiz (a variável a) pela via apresentada por ROUVERET(1989), teríamos que admitir que o português dos séculos XVI-XVIII possuía a indexação V-T por movimento, mas que T sempre se deslocaria até CP. Dado o quadro de condições que regem a posição do clítico, esta situação acarretaria a próclise. Em situações especiais - aquelas em que o verbo não é precedido por nenhum constituinte no nível linear da sentença, ele teria as condições favoráveis ao seu deslocamento até a posição ocupada por T e, então, teríamos a ênclise, uma vez que o verbo, neste caso, não seria lexicalmente ativo, segundo a visão adotada por Rouveret.

Por outro lado, gerúndios e infinitivos apresentaram um padrão bem peculiar: os gerúndios mantiveram sempre a ênclise, da mesma maneira que os infinitivos não preposicionados; quando precedidos de preposição, porém, a próclise foi praticamente categórica. Este estado de coisas não é muito estranho ao quadro delineado por ROUVERET (1989), em relação ao PE.

Para Rouveret, a ênclise aos gerúndios seria explicada pelo fato de que há um núcleo T presente e ele está sob I; as encaixadas infinitivas também teriam T, mas ele não seria selecionado pelo verbo regente. Isso implicaria que T estaria sob I, ocasionando a ênclise. No caso das infinitivas preposicionadas, poderíamos admitir que a preposição ocupa a posição de C^o, da mesma maneira que um QU em uma encaixada finita. Porém, para garantir que T não se encontra sob I, mas em CP, seria preciso pensar que ocorre neste caso algum tipo de seleção. Ou seja, se o fato de T estar em CP decorre do fato de que a sentença encaixada satisfaz a uma seleção de tempo do verbo da sentença matriz, como dar conta das infinitivas preposicionadas (uma vez que elas inclusive ocorrem fora de encaixamento) ? Pode-se admitir que a preposição é que rege CP, mas seria preciso admitir também que ela seleciona T. Teríamos assim uma situação bastante anômala: enquanto o verbo não seleciona T, nas encaixadas infinitivas, a preposição seleciona T, quando rege uma infinitiva.

Mantida a proposta de Rouveret, no processo de mudança, o português teria sofrido uma alteração básica - a impossibilidade de T subir até CP em sentenças raiz. Essa mudança teria ocorrido nas duas variedades, sendo que, em PB, além dessa, teria havido uma outra perda de movimento, no caso o do verbo. Assim, em PB a mudança teria sido mais profunda, uma vez que, eliminada essa possibilidade de movimento, a possibilidade de indexação T- V passou a ser

feita por concordância, ficando o clítico na sua posição de origem. O PE teria conservado o movimento de T até CP somente no caso das encaixadas, mantendo o movimento do verbo até I, que tem como consequência a ênclise em sentenças raiz. A questão agora poderia ir mais longe: por que o português teria perdido a possibilidade de deslocamento de T para CP?

Já a proposta de GALVES(1990) pode ser também ser atraente no caso do presente trabalho: de uma estrutura como c (cf. seção I.3.2), o português teria mudado para uma estrutura como a, no PB, e como b, em PE:

a) (Tense (AGR (cl-V
 TP AGRP VP

b) (Tense (V-AGR-cl (t
 TP AGRP VP

c) (cl-V-AGR-Tense (t (t
 TP AGRP VP

Isto pode ser plausível, na medida em que o português clássico apresentava um padrão de próclise na superfície muito parecido com o PB atual, embora difira deste em outras características. Isto implicaria que outras mudanças teriam se verificado, especialmente na posição de realização do sujeito, que é o ponto tomado por GALVES para demonstrar que no PE o verbo não continua subindo até Tempo, o que ocasionaria a próclise nas sentenças raiz.

Para que a estrutura em c desse conta de todos os fatos da gramática do português clássico, porém, seria preciso admitir que da posição em que se encontra, o verbo e seus afixos se movessem para uma posição externa à TP, para que

se explicasse o padrão de ênclise nas infinitivas e gerundivas.

Ou talvez se devesse relativizar a proposta, admitindo que no caso de infinitivos e gerúndios estaria atuando um processo como o ilustrado na estrutura b. Este padrão misto explicaria porque uma mesma língua teria dado origem a gramáticas tão diferentes.

Pelo sistema proposto por KAYNE (1990), também as infinitivas preposicionadas do português clássico acarretariam problema. No mais, o comportamento do português deste período é semelhante ao italiano: o clítico precede o verbo nas sentenças finitas como opção natural - ambos estão em T. Nas infinitivas não preposicionadas, o verbo se moveria para uma posição de adjunção a TP, enquanto o clítico estaria em T. Mas como dar conta das infinitivas preposicionadas? Mantidos os mesmos parâmetros da sua análise, teríamos T disponível para o movimento do clítico e o verbo poderia estar em adjunção a TP. Por que não o faz?

Se quiséssemos manter a hipótese básica de Kayne, que é a de que a ênclise é fruto de um movimento de V para uma posição para onde o clítico não se desloca, este movimento deveria ser para CP. Isso implicaria que a preposição - tomada como um elemento em CP - impediria o movimento do verbo para lá. Da mesma maneira explicaríamos a ênclise nas finitas quando o verbo não é precedido de nenhum elemento. Mas como fazer com o italiano, neste caso?

A mesma infinitiva preposicionada dá trabalho para SALVI (1990). Ele usa um princípio simples para explicar a posição dos clíticos em galego-português e no português clássico e moderno: o clítico deve estar à direita do primeiro elemento em CP ou IP. CP dá conta das finitas, IP dá conta das não finitas. No caso das infinitivas com preposição, ele supõe uma estrutura como d :

$$d) \left(\begin{array}{c} P \\ PF \end{array} \right) \left(\begin{array}{c} V \\ IP \end{array} \right)$$

Porém, numa configuração como esta, dentro do seu sistema, V seria a primeira categoria sob IP, o que acarretaria a ênclise. Assim, ele precisa supor uma reestruturação neste caso, e P passa a estar adjunta a IP:

$$e) \left(\begin{array}{c} P \\ IP \end{array} \right) \left(\begin{array}{c} V \\ IP \end{array} \right)$$

passando a ser o primeiro elemento de IP, ficando o clítico enclítico a P, portanto, antes de V no nível linear da sentença.

Se vale realmente esta reestruturação, ela poderia ser aplicada à hipótese de KAYNE (1990), só que a preposição estaria adjunta a IP, posição agora impossível para o verbo, ocorrendo a próclise.

No processo de mudança, mantida a proposta de Kayne, o PB teria hoje as feições do francês, ou seja, a próclise nas sentenças finitas seria a opção, tendo o verbo perdido a possibilidade de movimento para uma posição mais externa - como CP - o que explicaria a próclise mesmo nos casos em que o verbo inicia a sentença. Nas infinitivas e gerundivas, a

impossibilidade de um movimento de V para T explicaria os casos de próclise.

Nas várias possibilidades de explicação, percebemos que, ainda que por caminhos diferentes, está em jogo a possibilidade de movimento de V e, por conseguinte de AGR, até o constituinte T. Ou seja, já percebe o leitor que do fenômeno da posição do clítico estamos abrindo o leque para mudanças em pontos da gramática não perceptíveis a olho nu. No entanto, é preciso aventar estes caminhos porque pelo menos uma parte do processo não é perceptível em resultados superficiais - quais sejam a próclise no português clássico.

III.1.2. Movimento longo do clítico e estruturas com auxiliar

Os resultados descritos na seção II.2.2.2 nos permitem identificar o fenômeno de *clitic climbing* como altamente produtivo no português clássico. Vimos como a anteposição do clítico à negação reforça esta hipótese e temos de admitir assim que há movimento do clítico independentemente de outros elementos da sentença. A questão é que esta regra de movimento longo do clítico individualmente precisa conviver com o movimento conjunto com o verbo, se se admite que este também exista nesta gramática, ou se tenta explicar todos os fenômenos somente pelo movimento do clítico, explicando-se a ênclise nos casos em que o verbo inicia a sentença pelo movimento do verbo.

Vimos como o português dos séculos XVI a XVIII apresentavam um padrão de cliticização ao primeiro verbo que não fazia distinção entre verbos mais auxiliares e estruturas de encaixamento. Poderíamos então estabelecer que havia construções em que o clítico subia de uma sentença mais baixa para uma sentença mais alta, e casos em que isto não se dava, conforme aponta CYRINO(1990). No primeiro caso estariam as construções com querer e mandar e os aspectuais que exigem preposição; no segundo caso estariam as construções com os modais, e os grupos com gerúndio e participio.

Este caminho eliminaria a aplicação das hipóteses de ROUVERET (1989) aos dados, uma vez que, como vimos, ele pressupunha em verbos como querer uma dúbia estrutura, conforme a cliticização ao primeiro ou ao segundo verbo.

Poderíamos aqui seguir a hipótese de KAYNE (1987), ao tratar do francês e do italiano. Admitiríamos assim que o português clássico possuía o *clitic climbing* e que ele ocorria devido a alguma propriedade especial do I do infinitivo. Embora Kayne tenha reformulado as suas hipóteses com respeito às encaixadas infinitivas, podemos manter a idéia básica de seu trabalho de 1987, e supor que o enfraquecimento de I do infinitivo ocasionou a perda do *clitic climbing*, que hoje não mais ocorre em PB.

As construções com participio e gerúndio seriam analisadas como envolvendo um auxiliar no primeiro verbo e, como vimos, há mais de uma maneira de dar conta delas.

Seguindo a hipótese de ROUVERET (1989), teríamos que admitir que o clítico é cliticizado diretamente ao auxiliar. No auxiliar ocorreria a próclise ou a ênclise em função do que foi exposto na seção anterior, com os mesmos problemas de análise. Porém, a análise de Rouveret deixa poucas brechas para explicar o processo de mudança. Como dar conta do surgimento da próclise ao participio em PB atual?

Aqui é preciso estabelecer que a melhor saída para a postulação de uma hipótese estrutural para o português clássico seja aquela que leve em conta as feições que adquiriu o PB atual. Quais seriam as particularidades do participio passivo que teriam se colocado contra a mudança ocorrida, por exemplo?

O que estou querendo dizer é que é relativamente fácil dar conta do padrão de cliticização ao primeiro verbo no português clássico em estruturas com auxiliar. Porém, ao levar em conta que dele se originou o PB e que este tem a próclise ao segundo verbo, é preciso garantir que esta posição já estava disponível naquele período, embora não ocupada pelo clítico por alguma restrição da gramática.

Um dos caminhos possíveis é considerar a hipótese de GALVES (1990b), segundo a qual em PB atual o verbo não se moveria até AGR. Ao contrário, já estaria afixado a ele, formando uma categoria mista V + AGR. A próclise é

generalizada porque se houvesse ênclise o estatuto desta categoria mista seria alterado. CYRINO (1990) toma esta hipótese para explicar por que o português teria perdido a cliticização ao primeiro verbo. Uma vez que AGR se enfraqueceu em PB, o auxiliar já teria passado a ser V + AGR, não permitindo a ênclise a ele, ficando o clítico na posição de base, junto ao verbo principal. A questão em que Cyrino não toca e é uma das perguntas levantadas por SILVA (1990) é por que o clítico, ao invés de ficar proclítico ao verbo principal não fica proclítico ao verbo auxiliar. O que ocorre é que Cyrino parte do pressuposto de que o português até o século XVIII tinha ênclise ao auxiliar em sentenças raiz. Sendo assim, a partir do momento em que o PB passou a ter o auxiliar como V + AGR, o clítico não teria mais condições de estar cliticizado a ele. Mais ainda, esta hipótese, por si só, não dá conta das passivas em PB: estaria o movimento do verbo disponível ainda nelas?

De qualquer maneira, a intuição de relacionar a mudança à realização de AGR é uma sugestão bem interessante.

Poderíamos seguir a sugestão de SILVA (1990) a partir do trabalho de KAYNE (1989) e supor que as construções AUX + PARTICÍPIO e AUX + GERÚNDIO tinham uma configuração em que havia antes do participio um nóculo X para onde se movia o verbo; nos casos de TER/HAVER + PARTICÍPIO esta posição seria T e nos casos de SER + PARTICÍPIO, seria AGR.

Os clíticos neste período, por outro lado, deveriam estar sempre associados a um nóculo AGR. Assim, em ambos os tipos

de construção, ele subiria ao AGR disponível no auxiliar. Isto ocorreria mesmo nas passivas, pois o particípio, neste caso, se moveria até o AGR para receber o afixo de número/gênero.

No processo de mudança, este movimento do verbo principal teria cessado (como cessou nas sentenças gerundivas e infinitivas), ficando no entanto a posição antes do particípio disponível para a cliticização. Porém, tal posição não seria do tipo AGR. Isto teria levado a uma redução drástica nos clíticos em PB, uma vez que, como eram associados a AGR, tiveram de ajeitar-se à nova casa para poder sobreviver. A ausência de AGR nesta posição teria levado a que houvesse uma reanálise na categoria dos clíticos. De marcadamente Dx teriam passado a Nx, com propriedades morfológicas bem restritas.

E sintomático que os clíticos em PB, conforme assinalam GALVES (1990b), SILVA (1990) e CYRINO (1990) tenham se reduzido a um grupo que não dispõe de marcas de concordância, sendo também ambíguos em relação a caso: me, te, lhe, se. (Sabe-se bem o uso acusativo de lhe que é feito hoje em dia, que deixa os professores de gramática de cabelos em pé).

Explica-se ainda por que o clítico o não cabe proclítico ao verbo principal. Explica-se também por que em construções passivas não podem entrar outros clíticos. Embora tais construções sejam pouco frequentes em PB atual, como atestam MOINO (1989) e SILVA (1990), pode-se perceber

que elas conservam a concordância, especialmente a de gênero. Isto nos leva a que, mesmo hoje, a posição de AGR está disponível, que para lá o verbo se move, mas ela é incompatível com os atuais clíticos, que seriam de categoria que não se coaduna com concordância.

III.2. Alguma coisa mais sobre o processo - começamos e não terminamos

O leitor deve ter percebido que na seção anterior apenas trouxe para a interpretação dos resultados as dúvidas que têm permeado os trabalhos que lidam com a questão dos clíticos. As análises convergem, porém, para alguns pontos principais:

- a) o PB perdeu o movimento do verbo;
- b) o PB perdeu o movimento longo dos clíticos.

A perda destas duas características que eram presentes no português clássico teriam levado ao padrão de próclise generalizada em PB e a uma reanálise dos clíticos, que teria ocasionado a morte de alguns deles.

Aqui seria importante retomar uma hipótese aventada quando da descrição dos resultados dos grupos verbais. O processo de mudança teria se iniciado com as construções com infinitivo, onde se dava a subida do clítico, associada a uma perda do movimento do verbo nas infinitivas, dado o enfraquecimento de AGR. A entrada da construção V cl-V no sistema deve ter provocado um grande baque, especialmente na

fonologia, acelerando o processo de perda do movimento do verbo nos outros tipos de construção, deixando uma posição disponível para os clíticos se colocarem. As construções com gerúndio, que estavam começando a entrar forte no sistema, assimilaram a nova forma, impulsionando ainda mais a mudança. Ao mesmo tempo, os clíticos tiveram que se adaptar para sobreviver, num processo de seleção em que só restaram os que puderam disfarçar-se, usando os recursos que sua face morfológica fornecia.

A hipótese de que as construções com possibilidade de *clitic climbing* é que tenham dado o primeiro pontapé pode ser corroborada com o fato de que, desde de muito tempo os clíticos vinham perdendo a propriedade de poder cliticizar-se a posições mais altas na sentença. SALVI (1990) trabalha nesta direção, e aqui mesmo neste trabalho pudemos conferir como a próclise a advérbios pré-verbais ocorre nos dados somente até a primeira metade do século XVII. Assim, é natural que o processo tenha começado por aí.

Podemos dizer que estamos diante de um fenômeno de mudança acabado, no que diz respeito à posição dos clíticos, embora a língua como um todo ainda esteja em processo de mudança - isto é - existe a sensação de que os clíticos tendem a desaparecer do português, mas por outro lado, há a certeza de que, caso sobrevivam, a sua posição é radicalmente pré-verbal. Dada a unanimidade dos trabalhos que lidam com a questão do ponto de vista sincrônico em afirmar as características do PB e do PE em relação à posição

do clítico, o que temos é uma guerra terminada, em que os vencidos ainda encontram guarida sob o telhado já inseguro dos textos escritos.

O fenômeno aqui tem algumas especificidades que merecem algumas considerações mais detalhadas. Em LABOV (1982) vamos encontrar de que maneira se podem detectar em dados sincrônicos mudanças lingüísticas. Apesar de a presente pesquisa se valer apenas de dados escritos, mesmo assim eles podem constituir uma preciosa fonte de conclusões acerca do processo. Os 54% de próclise, contra 46% de ênclise em verbos simples, no corpus sincrônico, revelam que a posição do clítico é suscetível a estilo, se se toma por princípio que a próclise domina a fala do PB atual. Se comparados aos 67% da variante c (V cl-V) dos grupos verbais, percebemos que esta última é menos suscetível de estilo. Ou seja, a posição do clítico em verbos simples é mais sensível a estilo do que em grupos verbais. A conclusão a que se chegaria a partir destes resultados é que a próclise ao segundo verbo em grupos verbais é uma variante mais antiga do que a próclise em verbos simples.

Porém, os dados diacrônicos nos mostraram exatamente o contrário. A variante c (V cl-V) não é encontrável nos dados até a 2a. metade do século XVIII, enquanto a próclise aos verbos simples até este período tem percentuais acima de 80%. Embora a minha hipótese seja que mesmo neste caso houve mudança, no nível superficial a próclise não seria sentida como diferente do curso que tomava a língua, no caso do PB.

Temos então uma língua que passa a seguir dois caminhos diferentes, sendo que uma das vertentes - no caso o PE - passa a exercer pressão sobre a outra. O filho passa a perseguir no irmão quase gêmeo os traços herdados da mãe pródiga. Isto tem levado alguns pesquisadores a uma interpretação meio equivocada dos resultados dos clíticos. SILVA(1990) parte do princípio de que o português da segunda metade do século XIX tenha sido muito semelhante ao PE atual, dados os resultados que ela encontra da posição dos clíticos em textos literários. De certa maneira estes resultados coincidem com os apresentados neste trabalho, mas a interpretação deles não pode pressupor que a mudança tenha ocorrido no final do século XIX e começo do século XX. CYRIND(1990) que utilizou textos de peças de teatro, já observa resultados que refletem mais proximamente um processo de mudança, que teria se iniciado anteriormente. Porém, deixa implícito que a gramática do português clássico teria um padrão de ênclise em sentenças raiz. E isto que lhe possibilita imaginar a mudança nos grupos verbais como um processo de reanálise em que a ênclise ao primeiro verbo passou a ser "ouvida" como próclise ao segundo verbo. Uma vez que ela trabalha a partir da segunda metade do século XVIII e, tendo obtido neste período um alto percentual de próclises em verbos simples, atribui isto ao fato de que a mudança já estava em andamento. Porém, a confiar pelos dados aqui apresentados, pode-se dizer que a situação não era

esta, e SALVI (1990) também encontra resultados semelhantes, trabalhando com textos literários do PE clássico.

De fato, são já conhecidos os embates que se travaram no século passado em torno da existência ou não de um idioma "brasileiro", uma discussão que estava embutida na questão da nacionalidade, na emergência de uma literatura nacional, etc. José de Alencar viveu arduamente tais debates, e uma das críticas que lhe imputavam seus opositores portugueses dizia respeito à posição dos clíticos. No pós-fácio à segunda edição de Iracema ele rebate as críticas:

"E também matéria de escândalo a colocação dos pronomes pessoais que servem de complemento ao verbo, *me, te, lhe e se*. Entendem que nós brasileiros afrancesamos o discurso, (o grifo é meu) fazendo em geral preceder o pronome, quando em português de bom cunho a regra é pospor o pronome (...). Nos clássicos achamos exemplos dessas variedades: Na Cronica do Condestável lê-se nos arrasta e logo depois morriam-nos, se obrigam e acendeu-se. (...) Em Vieira se prezava e resolve-se..." (ALENCAR, 1965, in Iracema Edição do Centenário, p.174)

Assim, os resultados sincrônicos, no seu caráter avaliativo, não devem ser lidos como refletindo épocas mais antigas do idioma, mas especificamente relativos a um passado bem recente, em que o PE, após ter mudado em relação ao português clássico, conforme atestou SALVI (1990) passou a exercer pressão sobre o PB.

Dito isto, poderíamos agora voltar à hipótese de que, mesmo no caso das sentenças raiz houve mudança. Mantida a hipótese de que houve uma alteração no estatuto categorial dos clíticos, devido ao fato de que não havia mais posição de AGR disponível e mantida a hipótese de que o verbo perdeu a capacidade de mover-se o que teria acontecido nas

sentenças raiz com verbos simples? Há dois caminhos que gostaria de esboçar apenas:

1) Mantendo que os clíticos são adjuntos a núcleos funcionais e que eles estão disponíveis em PB atual, poderíamos pensar que:

a) no português clássico tínhamos cl-V em AGR ou T nas sentenças raiz com verbos simples, segundo a proposta de KAYNE(1989) - nestas situações a próclise é regra.

b) no PB atual teríamos o clítico em T e o verbo na sua posição de origem.

2) Supondo a possibilidade de cl-V e a existência de categorias mistas, teríamos que:

a) no português clássico a próclise teria uma estrutura em que o conjunto cl-V em T

b) no PB atual teríamos cl-V AGR sem movimento do verbo para AGR, que seria gerado adjunto a ele.

Nos dois casos, é preciso garantir uma certa especificidade da posição do clítico em relação à sua suposta mudança de categoria, no PB atual. No primeiro caso, a posição onde o clítico se adjunge não é AGR. A proposta teria que ser refinada no sentido de que o clítico não passa por AGR. No segundo caso, pode-se imaginar que a posição do clítico não sendo um núcleo funcional, assemelha-se à posição de um prefixo, onde não caberiam clíticos de natureza Dx.

Olhando a posição do clítico em verbos simples agora com estes olhos, podemos com mais tranquilidade falar em processo de mudança. Embora não exista um resultado superficial visível, é possível supor que as mesmas alterações tenham se verificado no caso dos verbos simples. O clítico ficou na mesma posição no nível linear da sentença, mas o sistema mudou. Evidentemente, isso só é aceitável numa teoria que lide diferentemente com estes dois níveis de representação da língua. Assim, quando GALVES(1990) postula duas interpretações sintáticas diferentes para a próclise em PB e em outras línguas românicas, está dando duas visões diferentes para fatos que na superfície se igualam. O fato de um francês dizer:

1) Elle me dit belle mots.

e de um brasileiro dizer:

2) Ela me diz palavras bonitas.

adquirem neste caso feições completamente diferentes, à luz da teoria utilizada. Poderemos assim dizer o mesmo de duas sentenças do português, uma escrita no século XVIII e outra escrita no século XX. As duas sentenças com o mesmo pronome, cercado das mesmas palavras, na mesma posição no nível linear, seriam atribuídas estruturas diferentes. Para uma resposta afirmativa, é preciso que o fenômeno em questão esteja equacionado em todas as suas implicações. Se este é realmente o caso, somente uma teoria que lide com a mudança, separando estes dois níveis de representação pode dar conta do fato.

O interessante em tudo isto é que a próclise em verbos simples é menos estigmatizada hoje do que a próclise ao segundo verbo dos grupos verbais. Aqui talvez devamos nos reportar a Labov(1982), quando afirma que os mesmos fatores que agem na variação atuam também na mudança. Quando em verbos simples, observamos que o fator mais relevante era a posição do verbo na sentença. Isso condicionava tanto a distribuição no presente quanto no decorrer do tempo. Talvez este fator seja ainda o mais forte levado em consideração e, desta forma, o clítico entre dois verbos nunca terá a possibilidade de estar começando a sentença.

Uma outra forma de ver o problema é pensar que a alteração em direção a esta posição representou uma mudança mais radical do que a posição do clítico em verbos simples. Uma vez que a posição não estava disponível em português antigo, a sua adoção deve ter representado uma forte ruptura com os estágios anteriores da língua. Uma alteração que envolvia tanto o componente mais abstrato da gramática, como os padrões de ritmo da fala. De fato, para nós brasileiro, é praticamente impossível traduzir na fala a ênclise representada na escrita em

3) Ele quer-me dizer tudo.

Para nós brasileiros a sensação é de um capricho da escrita, enquanto um falante português "ouve" efetivamente o hífen. Se esta interpretação é válida, novamente estamos diante de um fenômeno que é um tanto estranho à Teoria da Variação e da Mudança - a variante mais recente é a que

sofre menor estigma no texto escrito, um fato só aceitável se se leva em consideração o aspecto estrutural da mudança ocorrida - foi de tal forma radical que, embora relativamente recente, afetou a diversas faces da gramática, que penetrou no uso dos falantes, sem que pudesse ser impedida por fatores sociais externos. Ela não estava disponível nos estágios anteriores da gramática e, portanto, temos que colocá-la como produto de uma série de perdas e acomodações no nível abstrato do sistema. Esse processo de entrada no sistema não é lento nem gradual, mas uma explosão repentina.

CONCLUSÃO

A língua prega peças no pesquisador. Tivemos de nos debater com resultados sincrônicos e diacrônicos que surpreenderam as expectativas. Os clíticos foram atores altamente dissimulados, resistindo a ser desmascarados. Não se entregaram de todo, mas algumas falas puderam ser desvendadas, seja recorrendo a uma interpretação social dos dados, no caso dos momentos mais recentes, seja recorrendo ao aparato da Teoria Gerativa, no caso do português clássico.

Dos resultados, vistos à luz que a Teoria Gerativa lança sobre o palco dos problemas, pudemos chegar ao fato de que o PB perdeu o movimento do verbo e o movimento longo do clítico. Esta alteração teria levado a uma mudança no

estatuto categorial dos clíticos, que teve como uma de suas conseqüências o desaparecimento de alguns deles (estariam todos condenados?).

Vimos também que esta visão da questão é que permite falar em mudança, mesmo no caso da posição dos clíticos em verbos simples. Se o conjunto de características do português clássico permite que se fale em movimento do verbo e do clítico, da mesma maneira que as características do PB atual permitem que se fala na ausência deles, podemos dizer que na trama das duas gramáticas a próclise a verbos simples é diferente em uma e outra.

A dissimulação dos atores. Não deveríamos dizer como José de Alencar, "afrancesamos o discurso". Nem tanto. Apenas na aparência. Por trás das luzes, os clíticos em PB são muito, muito diferentes, o que me faz lembrar ao leitor que o espetáculo não pôde acabar (e nem poderia ser de outra maneira).

BIBLIOGRAFIA

- 1) ALENCAR, J.M. Iracema . José Olympio , Rio de Janeiro, 1965.
- 2) BERLINCK, R. de A., A ordem no português do Brasil: Sincronia e Diacronia, UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1988.
- 3) CHOMSKY, N. Barriers , Linguistics Inquiry Monographs v.13. Cambridge, MA: MIT - Press. 1986
- 4) CYRINO, S.M.L., "Objeto nulo no português do Brasil: uma mudança paramétrica?" ms.1990.
- 5) DUARTE, I.S. "Variação Paramétrica e Ordem dos Clíticos" In: Revista da Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa. 1983
- 6) GALVES, C. "Enclise e Próclise: Geometria ou Algebra, Morfologia ou Sintaxe?" In: D.E.L.T.A. V. 6:2. 1990
- 7) KAYNE, R. "Null Subjects and Clitic Climbing". In: O. Jaeggli e K. Safir (eds) The Null Subject Parameter. Reidel: Dordrecht. 1989
- 8) KAYNE, R. "Romance Clitics and PRO " to appear in Proceedings of NELS 20. Cuny, 1990.
- 9) LABOV, W. "Building on Empirical Foundations". In: W. Lechmann e Y. Malkiel (orgs) Perspectives on Historical Linguistics. Amsterdam/Philadelphia: I.B. Publishing Co. 1982
- 10) LOBO, T. "A colocação dos pronomes átonos: um estudo comparativo" ms. Lisboa, 1990.
- 11) MOINO, R.L. Passivas no discurso oral e escrito: Sintaxe Sintaxe e Variação. Dissertação de Mestrado. PUC - SP, 1988.
- 12) NUNES, J.M. O famigerado SE: uma Análise Sincrônica e e Diacrônica das Construções com se Apassivador e e Indeterminador. Dissertação de Mestrado: IEL, UNICAMP 1990.
- 13) RAMOS, J. "O emprego de preposições no português do Brasil" In TARALLO, F. (org.) Fotografias Sociolingüísticas , Pontes, Campinas, 1989.
- 14) RIZZI, L. "Ristrutturazione", Rivista di Grammatica Generativa, 1, 1976.

- 15) ROUVERET, A. "Cliticização e tempo em português europeu"
in Cadernos de Estudos Linguísticos 17, 1989, UNICAMP,
pp 9 - 37
- 16) SALVI, G. "La sopravvivenza della legge di Wackernagel nei
dialetti occidentali della Penisola Iberica". In:
Medievo Romano Società editrice il Mulino, Bologna,
v. XV, 1990.
- 17) SILVA, M.C.F. "Les clitiques en portugais du Brésil:
notes pour une étude".ms.1990
- 18) SPORTICHE, D. "Conditions on silent Categories" , ms UCLA
1988.
- 19) TARALLO, F. e KATO, M.A. "Harmonia Trans-sistêmica: Varia-
ção Intra- e Inter-Linguística". Campinas: Preedição.
1989
- 20) TARALLO, F. Relativization strategies in Brazilian
Portuguese, University of Pennsylvania, Tese de
Tese de Doutorado, 1983.